

CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA EXECUÇÃO DO PROJETO DE REFORMA PARCIAL DO FÓRUM CLÓVIS BEVILÁQUA, REFERENTE À REFORMA PARCIAL DOS SALÕES DO JÚRI E AUDITÓRIO, MEDIANTE O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, CELEBRADO ENTRE O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ E A EMPRESA DPCON – PROJETOS, CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI. (PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 8526648-10.2022.8.06.0000). LOTE 1

CT N.º 57/2023

CÓDIGO PAC: TJCESEADI 2023 5002 e TJCESEADI 2023 5003

O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, situado no Centro Administrativo Governador Virgílio Távora, Cambeba em Fortaleza – CE, inscrito no CNPJ sob o número 09.444.530/0001-01, doravante denominado simplesmente de TJCE ou CONTRATANTE, neste ato representado por seu Presidente, Des. Antônio Abelardo Benevides Moraes e por seu Secretário de Administração e Infraestrutura, Pedro Ítalo Sampaio Girão, e a empresa, **DPCON – PROJETOS, CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA.**, com endereço na Av. Humberto Monte, nº 2929, Sala 1012, Torre Norte – Ed. Harmony Premium, Fortaleza/CE, inscrita no CNPJ sob o número 26.371.667/0001-94, representada neste ato por Davi Pinheiro Moreira, CPF nº 038.939.943-43, daqui por diante simplesmente denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, que se regerá pela Lei n. 8.666/1993 e suas alterações.

Cláusula Primeira – Da Fundamentação Legal

A presente contratação obedecerá ao estipulado neste instrumento de Contrato, bem como às disposições constantes dos documentos adiante enumerados, que integram o Processo Administrativo n. 8526648-10.2022.8.06.0000, e que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste contrato.

Parágrafo Único – Fundamenta-se o presente Instrumento no Edital da Licitação sob a modalidade CONCORRÊNCIA PÚBLICA n. 003/2023 e, em especial, no Anexo I – Projeto Básico, incluindo todos os desenhos, caderno de encargos e demais elementos pertinentes, bem como os documentos de habilitação e de proposta de preço, apresentados pela Contratada na CONCORRÊNCIA, em 14 de abril de 2023, todos assinados ou rubricados pelo Contratante.

Cláusula Segunda – Do Objeto

O objeto deste instrumento consiste na contratação de empresas para execução do projeto de reforma parcial do Fórum Clóvis Beviláqua referente à reforma parcial dos Salões do Júri e Auditório, mediante o regime de empreitada por preço unitário, pelo critério de julgamento do menor preço global por lote, conforme especificações técnicas e demais condições expressas neste Contrato, bem como nas informações contidas no Edital da Concorrência Pública n. 003/2023, e seus anexos, todos, partes integrantes deste Instrumento.

Parágrafo Único – A prestação dos serviços obedecerá ao estipulado neste Contrato, bem como às disposições assumidas na proposta firmada pela CONTRATADA, dirigida ao CONTRATANTE, independentemente da transcrição, a qual faz parte integrante e complementar deste Contrato, no que não o contrarie.

Cláusula Terceira – Das Obrigações das Partes

São obrigações das partes no respectivo termo de contrato:

§ 1º DO CONTRATANTE:

I. Expedir a Ordem de Serviço no prazo máximo definido no §9º da Cláusula Quarta (Da Vigência e do Prazo de Execução dos Serviços).

II. Esclarecer eventuais dúvidas sobre detalhes dos serviços a serem executados e possíveis interferências que porventura não tenham sido suficientemente esclarecidas ou previstas.

III. Permitir acesso dos empregados da CONTRATADA às suas dependências, sempre que necessário à execução dos serviços, nos horários previamente acordados.

IV. Solicitar o reparo, a correção, a remoção, a substituição, a alteração e/ou refazimento dos serviços não aprovados pela FISCALIZAÇÃO.

V. Notificar, por escrito, à CONTRATADA a ocorrência de quaisquer imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

VI. Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato por um ou mais representante(s) especialmente designado(s), nos termos do art. 67 da Lei n. 8.666/1993.

VII. Efetuar os pagamentos devidos pela execução do objeto, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do Contrato.

VIII. Fornecer as plantas, desenhos e projetos necessários à perfeita compreensão dos serviços e especificações técnicas a eles relacionadas.

IX. Aplicar as penalidades previstas em lei e neste Termo de Contrato.

§ 2º DA CONTRATADA:

I. Executar os serviços objeto deste Termo de Contrato, em conformidade com o respectivo planejamento, normas e especificações técnicas e, ainda, com as instruções emitidas pelo CONTRATANTE.

II. Manter-se durante toda a execução contratual em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

III. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os percentuais de acréscimos ou supressões limitados ao estabelecido no §1º do art. 65 da Lei Federal n. 8.666/1993, tomando-se por base o valor contratual.

IV. Prestar imediatamente as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATANTE, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidas no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento do pedido de informação.

V. Equipe Técnica: a CONTRATADA deverá manter como profissional responsável pela execução dos serviços, no mínimo 1 (um) engenheiro civil, 1 (um) mestre de obras devidamente qualificado, conforme o **inciso I, §3º da Cláusula Treze (Das Especificações)**.

a. É de responsabilidade da CONTRATADA o cumprimento das prescrições referentes às Leis Trabalhistas, de Previdência Social e de Seguro de Acidentes do Trabalho bem como assumir todos os ônus, encargos sociais, trabalhistas, fiscais e previdenciários concernentes à execução de seus serviços.

b. As despesas com alimentação, vigilância e transporte de pessoal serão de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA.

c. Admitir e dirigir, sob sua inteira responsabilidade, o pessoal adequado e capacitado de que necessitar, em todos os níveis de trabalho, para a execução dos serviços, correndo por sua conta exclusiva todos os encargos e obrigações de ordem trabalhista, previdenciária e civil, apresentando, ainda, ao CONTRATANTE, quando solicitado, a relação atualizada desse pessoal.

d. A CONTRATADA será representada na obra pelo “Engenheiro Responsável Técnico” indicado na proposta, o qual dirigirá os trabalhos e a representará legalmente, com amplos poderes para decidir, em seu nome, nos assuntos relativos aos serviços contratados.

e. Submeter, em tempo hábil, à aprovação do gestor do contrato, para posterior ratificação pelo seu superior, em caso de justificada necessidade de substituição, o nome do profissional substituto indicado para execução dos serviços, assim como os documentos que comprovem sua capacidade técnica. A documentação do profissional será analisada de acordo com os critérios definidos neste Termo de Contrato. O profissional substituto deverá ter, obrigatoriamente, qualificação técnica, no mínimo, igual à do substituído;

f. Substituir, por exigência da FISCALIZAÇÃO, qualquer profissional participante da obra, desde que seja constatada a sua desqualificação para a execução de suas tarefas ou que apresente hábitos nocivos e prejudiciais aos usuários da área destinada à construção.

g. Cumprir rigorosamente as NORMAS DE ENGENHARIA DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO, emanadas da legislação pertinente, fornecendo aos empregados prestadores dos serviços contratados os EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI), bem as determinações da NR-5, em especial, quanto à constituição da CIPA.

g.1. Caso a CONTRATADA seja obrigada, pela legislação pertinente, a apresentar um cronograma com descrição da implantação das medidas preventivas (definidas no Programa de Gerenciamento de Risco – PGR; no Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO) e seus respectivos responsáveis, deve fazê-lo antes da 1ª medição, sob pena de retardar o processo de pagamento. Em caso de dispensa, a CONTRATADA deverá apresentar declaração de sua não exigência devidamente fundamentada.

VI. Procedimentos Legais. A CONTRATADA deverá:

a. Encaminhar a fatura e a nota fiscal com a cópia da quitação das seguintes obrigações patronais referentes ao mês anterior à realização dos serviços/ etapa da obra:

a.1. Recolhimento das contribuições devidas ao INSS (parte do empregador e parte do empregado), relativas aos empregados envolvidos na execução do objeto deste instrumento, bem como a eventuais contratados, sócio(s) e diretor(es);

-
- a.2. Recolhimento do FGTS, relativo aos empregados referidos na alínea anterior;
- a.3. Comprovante de recolhimento do PIS e ISS, quando for o caso, dentro de 20 (vinte) dias a partir do recolhimento destes encargos;
- a.4. Folha de pagamento relativa aos empregados utilizados nos serviços contratados;
- a.5. Atestação de conformidade do serviço executado;
- a.6. Apresentação de certidão conjunta negativa de débitos relativos a tributos federais e à dívida ativa da União;
- a.7. Apresentação de certidão negativa de débitos junto aos governos Estadual e Municipal;
- a.8. Apresentação de certificado de regularidade do FGTS – CRF;
- a.9. Certidão negativa de débitos trabalhistas.
- b. Ao final da execução dos serviços para o recebimento definitivo, deverá ainda fornecer a seguinte documentação relativa à obra:
- b.1. Prova de regularidade trabalhista e com as Fazendas Federal (Certidão conjunta negativa de débitos relativos a tributos federais e à dívida ativa da União – RFB/PGFN), Estadual e Municipal do domicílio ou sede da empresa, válidas, ou outra equivalente, na forma da lei;
- b.2. Certidão de regularidade junto ao INSS de toda a obra;
- b.3. Certidão de regularidade do FGTS;
- b.4. Certidão de quitação do INSS referente ao contrato;
- b.5. Certidão de regularidade junto ao Município onde a obra foi executada;
- b.6. Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (se for o caso);
- b.7. Habite-se (se for o caso);
- b.8. Baixa da ART da execução dos serviços;
- b.9. Certidão de averbação da construção na matrícula do terreno em cartório.

VII. Procedimentos Administrativos: as relações entre a CONTRATADA e o CONTRATANTE serão mantidas por intermédio da FISCALIZAÇÃO.

a. A CONTRATADA deverá abrir **Diário de obra** para acompanhamento dos serviços, assinado pelo engenheiro responsável. Todo e qualquer acontecimento deverá ser anotado nesse livro em 3 (três) vias.

VIII. Providenciar antes do início dos serviços, objeto deste termo de contrato, as licenças, as aprovações e os registros específicos, junto às repartições competentes, necessários para a execução dos serviços contratados, em particular a ART junto ao CREA competente.

IX. A CONTRATADA deverá arcar com todas as responsabilidades e custos para liberações necessárias junto ao CREA, às concessionárias locais, bem como arcar com o pagamento de todas as despesas que se fizerem necessárias à completa execução dos serviços, dentre eles, o pagamento de impostos, taxas e outras obrigações financeiras que vierem a incidir sobre a execução da obra ou serviços.

a. Antes do início material das obras, a CONTRATADA deverá apresentar o alvará de construção (ou declaração do Município de sua não exigência), evitando o retardamento do início das obras e consequente aplicação das sanções previstas na **Cláusula Dezoito (Das Sanções Administrativas)**.

b. Após o recebimento de Ordem de Serviço, autorizando a mobilização de pessoal técnico no **prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis**, providenciar a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART desses profissionais no CREA da região onde os serviços serão executados,

entregando uma via de cada anotação à FISCALIZAÇÃO da CONTRATANTE e outra via aos profissionais mobilizados. Esses comprovantes são indispensáveis para o início dos serviços por parte desses profissionais.

X. Executar, às suas custas, os refazimentos dos serviços executados em desacordo com este termo de contrato.

a. Substituir, quando rejeitados, os equipamentos, componentes e serviços, dentro do prazo estabelecido pela FISCALIZAÇÃO.

XI. Fornecer, a qualquer momento, todas as informações de interesse para a execução dos serviços que a CONTRATANTE julgar necessárias conhecer ou analisar.

XII. Facilitar o pleno exercício das funções da FISCALIZAÇÃO. O não atendimento das solicitações feitas pela FISCALIZAÇÃO será considerado motivo para aplicação das sanções contratuais. O exercício das funções da FISCALIZAÇÃO não desobriga a CONTRATADA das suas responsabilidades, de acordo com as disposições deste contrato.

XIII. Responsabilizar-se durante a execução dos serviços contratados por qualquer dano que ocasionar, direta ou indiretamente, a bens do CONTRATANTE ou sob sua responsabilidade ou ainda de terceiros.

a. Constatado dano a bens da CONTRATANTE ou sob a sua responsabilidade ou, ainda, a bens de terceiros, a CONTRATADA de pronto os reparará ou, se assim não proceder, o CONTRATANTE lançará mão dos créditos daquela para ressarcir os prejuízos de quem de direito.

b. A CONTRATADA será responsável pela existência de toda e qualquer irregularidade ou simples defeito de execução, comprometendo-se a removê-lo, desde que provenham da má execução do serviço, sem ônus para o CONTRATANTE.

c. A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado (Art. 70 da Lei 8.666/93).

d. A CONTRATADA também será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis (Art. 71, § 1º, da Lei 8.666/93).

e. A CONTRATADA não poderá transferir qualquer responsabilidade para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou subempreiteiros, ainda que referentes a serviços subcontratados.

XIV. A CONTRATADA deverá comunicar ao CONTRATANTE, por meio do responsável pela Gerência de Engenharia, sempre que houver necessidades de adequações de projeto, por imposição técnica ou impedimento físico, bem como nos casos em que se verificarem dúvidas ou eventuais omissões de detalhes construtivos.

a. Toda e qualquer dimensão fornecida no projeto, especificações e orçamento deverá ser conferida “*in loco*” pela CONTRATADA.

b. No caso de divergência de informações entre os desenhos fornecidos e as especificações, ressalvado o disposto na **Cláusula Vinte e Um (Das Discrepâncias e Interpretações)**, prevalecerá primeiramente o contido nas especificações, seguido dos desenhos e, por último, da planilha orçamentária, sempre consultada previamente a FISCALIZAÇÃO.

c. Os casos não abordados serão definidos pela FISCALIZAÇÃO, de maneira a manter o padrão de qualidade previsto para os serviços em questão.

d. Se, para facilitar seus trabalhos, a CONTRATADA necessitar elaborar desenhos de execução, deverá fazê-lo às suas expensas exclusivas, submetendo-os à aprovação prévia da FISCALIZAÇÃO.

XV. A conferência por parte da CONTRATADA deverá ser feita também no tocante a duplicidade de dados, em que haja diferença entre as especificações, o projeto e o orçamento, ou entre quaisquer dos documentos citados, caso que deverá ser levado ao conhecimento do CONTRATANTE antes da apresentação da proposta de execução de serviço, para que este possa dirimir a dúvida a tempo, não cabendo, identicamente ao inciso anterior, reclamação a qualquer título nem sob qualquer alegação, após a assinatura do respectivo contrato.

XVI. Será de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA a quantificação dos materiais e serviços para a execução da obra, que assumirá sua execução integral e completa independente do que for indicado na proposta e da estimativa do roteiro de serviços.

XVII. A execução dos serviços, bem como os materiais a serem empregados deverão ser novos e comprovadamente de primeira qualidade, deverá atender ao exigido neste documento, no conteúdo da planilha de orçamento, no projeto elaborado, no contrato firmado, e, nos casos omissos, nas Normas e especificações da ABNT e dos fabricantes dos materiais.

XVIII. Evitar situações que gerem inquietação ou agitação na execução dos serviços, em especial as pertinentes a atraso de pagamento do seu pessoal ou subcontratados.

XIX. Manter, durante a vigência deste contrato, as mesmas condições que propiciaram a sua habilitação e classificação no processo licitatório, em especial a equipe de técnicos, indicados para fins de capacitação técnico-profissional, admitindo-se, excepcionalmente, a substituição por profissionais conforme **inciso V, alínea “e” deste parágrafo**.

XX. Se for necessária a prorrogação do Contrato, a CONTRATADA ficará obrigada a providenciar a renovação do prazo de validade da “Garantia de cumprimento do contrato”, nos termos e condições originalmente aprovados pelo CONTRATANTE.

XXI. A CONTRATADA cuidará para que as obras a serem executadas acarretem a menor perturbação possível às vias de acesso e a todo e qualquer bem público ou privado do entorno em questão.

XXII. Quando houver necessidade de movimentar ou modificar outros equipamentos e elementos existentes, a fim de facilitar a execução de seus serviços, a CONTRATADA deverá solicitar previamente à FISCALIZAÇÃO autorização para tais deslocamentos e modificações.

XXIII. Todo o transporte vertical e horizontal de materiais e equipamentos ficará a cargo da CONTRATADA.

XXIV. A CONTRATADA deverá executar os serviços previstos neste documento nos horários compreendidos entre 8 h e 18 h nos dias úteis. Caso os serviços dessa natureza ocorram fora do horário especificado, a CONTRATADA deverá solicitar autorização da FISCALIZAÇÃO que avaliará a possibilidade de realização desses serviços.

a. Quando a CONTRATADA pretender executar serviços durante os fins de semana e/ou feriados, a relação dos serviços a serem executados nesse período deve ser enviada à FISCALIZAÇÃO com uma antecedência mínima de 24 horas, para que seja avaliada a necessidade de acompanhamento da FISCALIZAÇÃO.

XXV. A CONTRATADA deverá manter na obra, cópia da planta necessária à compreensão do projeto e afixá-la em local visível.

XXVI. Os projetos e especificações técnicas fornecidas pelo CONTRATANTE, as planilhas de preços da CONTRATADA, os critérios de medição, o Cronograma Físico-Financeiro com respectivos detalhes e complementos, bem como o Projeto Básico serão partes integrantes deste termo de contrato.

XXVII. Para a perfeita execução e completo acabamento das obras e serviços, a CONTRATADA obriga-se, sob as responsabilidades legais vigentes, a prestar toda assistência técnica e administrativa necessárias para imprimir andamento conveniente aos trabalhos.

XXVIII. Cronograma Físico-Financeiro Executivo:

a. O Cronograma Físico-Financeiro deverá ser ajustado ao efetivo início da obra, quando da emissão da Ordem de Serviços (OS), assim como atualizá-lo mensalmente, conforme o andamento dos serviços.

b. A CONTRATADA deverá apresentar em até 5 (cinco) dias úteis, após a emissão da Ordem de Serviços (OS), uma representação gráfica do desenvolvimento das etapas de serviços que deverão ser executadas ao longo do tempo de duração da obra, demonstrando em cada período o percentual físico a ser executado e o respectivo valor financeiro a ser despendido, usando datas reais a partir da Ordem de Serviço. Essa proposta de cronograma físico-financeiro deve ser submetida à aprovação da FISCALIZAÇÃO. O não cumprimento mensal desse Cronograma será notificado pela FISCALIZAÇÃO no diário de obra, caracterizando o atraso nos serviços que poderá subsidiar a aplicação de sanções previstas no contrato.

c. A periodicidade poderá ser inferior a um mês calendário, na primeira e última etapa, quando o início ou término das obras/serviços ocorrer no curso do mês.

d. O cronograma físico-financeiro deverá representar todo o **caminho crítico** da obra, o qual não poderá ser alterado sem motivação circunstanciada e sem o correspondente aditamento do Contrato, independente da não alteração do prazo final.

e. O cronograma deverá identificar previamente as etapas mais relevantes para o cumprimento dos prazos pactuados, de modo a permitir o acompanhamento da execução parcial do objeto contratado e a aplicação das sanções descritas na **Cláusula Dezoito (Das Sanções Administrativas)**.

f. O cronograma físico-financeiro estará também sujeito a ajustes em função de motivos de interesse do CONTRATANTE.

g. Quando a execução dos serviços for prevista dentro da quadra invernos, considerar tal previsão no cronograma a fim de evitar descontinuidade dos serviços.

h. A CONTRATADA deverá manter as entregas relativas a cada etapa da obra estabelecida no cronograma físico-financeiro, sujeitando-se às penalidades a título de multa, incidente no percentual não realizado de cada etapa da obra, conforme **Cláusula Dezoito (Das Sanções Administrativas)**.

i. O cronograma físico-financeiro deverá representar todas as atividades da planilha orçamentária, com grau de detalhamento compatível com o planejamento de execução da CONTRATADA.

j. Compete à CONTRATADA cumprir fielmente os prazos de término de cada etapa de acordo com o seu Cronograma Físico-Financeiro.

k. O período de avaliação dos serviços executados relacionado ao cumprimento do cronograma físico-financeiro tomará como base o primeiro e o último dia do mês em que o serviço foi prestado pela CONTRATADA e recebido pela FISCALIZAÇÃO.

l. Considerar que a representação gráfica do cronograma físico-financeiro se dará através de planilha em “*Open Project*” ou similar, em que as etapas serão identificadas nas linhas e

os prazos nas colunas. Na planilha serão definidos os percentuais entre o valor global da obra para cada etapa e o valor correspondente ao período de execução da etapa, compatibilizando com o cronograma físico. Identificar os valores mensais a serem pagos, como também os valores acumulados dos pagamentos ao longo da execução da obra.

XXIX. A CONTRATADA deverá manter na obra conjunto completo e atualizado dos projetos, ART(s) e alvará de construção.

XXX. Ao final da obra, a CONTRATADA deverá entregar à comissão técnica de recebimento do CONTRATANTE a baixa da ART da execução dos serviços, condição a ser cumprida até o recebimento definitivo da obra.

XXXI. Sobre os **materiais, ferramentas e equipamentos**, a CONTRATADA deverá:

a. Manter vigilância que guarde e controle os materiais, equipamentos e ferramentas, com registro diário de suas movimentações dentro do canteiro de obras, não se eximindo a CONTRATADA pelo ressarcimento ou reposição total em caso de dano ou extravio.

b. Providenciar, guardar, controlar e utilizar todos os materiais, as ferramentas, máquinas, aparelhos e equipamentos necessários à perfeita execução dos serviços contratados.

c. Facilitar a inspeção dos materiais, ferramentas e equipamentos por parte da FISCALIZAÇÃO, facultando o acesso às dependências que, direta ou indiretamente, se relacionem com o objeto do Contrato.

d. Solicitar prévia e expressa autorização do CONTRATANTE durante as ocasiões de eventual substituição de materiais especificados.

e. Providenciar a imediata troca, sem ônus para o CONTRATANTE, de todos os materiais, ferramentas ou equipamentos impugnados pela FISCALIZAÇÃO, por má qualidade, por reprovação em ensaios ou discrepância com as especificações de Projeto.

f. Apresentar amostras de materiais e equipamentos para verificação e eventuais ensaios técnicos normatizados, aleatórios e a critério do CONTRATANTE com ônus do custo para a CONTRATADA quando e se ocorrerem.

g. Fornecer materiais em quantidades que não permitam a interrupção do Cronograma Físico aprovado pelo CONTRATANTE.

h. Fornecer também todos os dispositivos e acessórios, materiais ou ferramentas, eventualmente não mencionados em especificações e/ou não indicados em desenhos do Projeto, mas imprescindíveis à completa e perfeita realização da obra.

XXXII. A CONTRATADA deverá garantir todos os serviços, quer sejam de construção civil, quer sejam referente ao fornecimento e instalações de equipamentos, de uma forma geral, contra vícios, defeitos ou incorreções, nos termos e nos prazos da legislação vigente reparando-as imediatamente após o recebimento da comunicação.

Cláusula Quarta – Da Vigência e do Prazo de Execução dos Serviços

§ 1º Para o LOTE 01, será de 390 (trezentos e noventa) dias consecutivos com eficácia a partir da expedição de ordem de serviço (OS), sendo 300 (trezentos) dias consecutivos para execução das obras/serviços objeto deste Contrato e Recebimento Provisório, 60 (sessenta) dias consecutivos para expedição do Termo de Aceite e Recebimento Definitivo das obras e serviços e mais 30 (trinta) dias consecutivos para procedimentos administrativos com vistas a finalizar o vínculo contratual entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, devendo ser rigorosamente respeitado.

§ 2º O “termo inicial”, para contagem do prazo e início dos serviços, contar-se-á a partir da data definida na(s) “Ordem de Serviço” expedida(s) pelo CONTRATANTE, por meio da Gerência de Engenharia, a(s) qual(is) somente se efetivará(ão) após a publicação do extrato do contrato no Diário Justiça.

§ 3º Na contagem dos prazos, o dia do começo é excluído e incluído o dia do vencimento.

§ 4º Fica desde já acordado que, caso haja necessidade, devem ser instituídos pela CONTRATADA turnos adicionais de trabalho, inclusive noturnos, de forma a cumprir o estabelecido no prazo de execução dos serviços, conforme o cronograma, sem qualquer custo adicional para o CONTRATANTE, inclusive em relação aos custos necessários para implantação de condições adicionais de segurança, garantidos os direitos trabalhistas decorrentes.

§ 5º Ficam ressalvadas e dispensadas da aplicação das sanções previstas na **Cláusula Dezoito (Das Sanções Administrativas)**, as hipóteses de caso fortuito externo e força maior, previstas em lei, ou situações de atraso decorrentes de ações do próprio CONTRATANTE ou de terceiros, alheios à responsabilidade da CONTRATADA.

§ 6º O prazo de execução dos serviços apenas poderá ser prorrogado em caso de motivo justo, a critério do CONTRATANTE, desde que a prorrogação seja solicitada por escrito, pela CONTRATADA, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do final do prazo contratual.

I. A eventual prorrogação do prazo somente será admitida nas condições estabelecidas no parágrafo 1º, incisos I a VI do art. 57 da Lei n. 8.666/1993.

II. O pedido de prorrogação deverá vir acompanhado de novo Cronograma Físico-Financeiro, relação dos dias, justificativa da impossibilidade de execução dos serviços e comprovação dos motivos que o fundamentem.

§ 7º A expedição da Ordem de Serviço somente se efetivará após a publicação do extrato do Termo de contrato no Diário de Justiça eletrônico (DJe).

§ 8º A Ordem de Serviço deverá ser expedida no **prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos**, contados a partir da assinatura deste termo de contrato.

Cláusula Quinta – Do Valor do Contrato

O Contratante pagará à Contratada, pela execução dos serviços objeto deste termo de contrato o valor total de **R\$ 2.836.793,42 (dois milhões, oitocentos e trinta e seis mil, setecentos e noventa e três reais e quarenta e dois centavos)** que incluirá todas as despesas necessárias à sua perfeita conclusão.

§ 1º O valor deste termo de contrato utiliza as Composições de Custos Unitários, os Coeficientes e os Preços dos Insumos da tabela do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI), mantidos e divulgados pela Caixa Econômica Federal (CEF).

I. Para os serviços e insumos não constantes na tabela SINAPI, são utilizadas as Composições de Custos Unitários, os coeficientes e os preços dos insumos da tabela da Secretaria de Infraestrutura do Estado do Ceará (SEINFRA), composições próprias do TJCE e cotações de mercado, conforme observação da Planilha Orçamentária (Orçamento Sintético) anexa.

§ 2º No valor contratado são consideradas as seguintes taxas de Bonificação e Despesas Indiretas (BDI) e de Encargos Sociais:

I. BDI – 25,00% (vinte e cinco vírgula zero zero por cento);

II. Encargos Sociais – 84,35% (oitenta e quatro vírgula trinta e cinco por cento) para mão de obra horista;

III. BDI – 18,12% (dezoito vírgula doze por cento) no caso dos equipamentos.

3º O valor do contrato é de inteira responsabilidade da CONTRATADA e contempla o orçamento sintético e orçamento analítico.

I. No valor do termo de contrato estão incluídos todos os insumos que os compõem, tais como despesas com impostos, taxas, fretes, seguros e quaisquer outros que incidam na contratação do objeto.

II. Todos os dados informados pela CONTRATADA em sua planilha devem refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.

III. Na composição de preços unitários, a CONTRATADA deverá apresentar valores referentes à mão de obra de acordo com o estabelecido pela tabela SINAPI, não podendo ser inferiores aos pisos salariais normativos da categoria correspondente, estabelecido em Dissídio Coletivo, Acordos ou Convenções Coletivas de Trabalho.

4º A CONTRATADA deverá apresentar o detalhamento analítico das respectivas composições de BDI e encargos sociais em conformidade com planilha orçamentária.

I. Caso optante do Simples Nacional deverá apresentar os percentuais de ISS, PIS e COFINS discriminados na composição do BDI compatíveis com as alíquotas em que a empresa está obrigada a recolher, previstas no Anexo IV da Lei Complementar 123/2006, bem como que a composição de encargos sociais não inclua os gastos relativos às contribuições que essas empresas estão dispensadas de recolhimento (Sesi, Senai, Sebrae etc.), conforme dispõe o art. 13, § 3º, da referida Lei Complementar.

II. Caso sujeita ao regime de tributação de lucro real, que tem incidência não cumulativa de PIS e COFINS, deverá apresentar demonstrativo de apuração de contribuições sociais, comprovando que os percentuais dos referidos tributos adotados na taxa de BDI correspondem à média dos percentuais efetivos recolhidos em virtude do direito de compensação dos créditos previstos no art. 3º das Leis n. 10.637/2002 e n. 10.833/2003.

5º É de inteira responsabilidade de a CONTRATADA obter dos órgãos competentes informações sobre a incidência ou não de tributos e taxas de qualquer natureza devidas para o fornecimento do objeto deste contrato, nos mercados interno e/ou externo, não se admitindo alegação de desconhecimento de incidência tributária, ou outras correlatas;

§ 6º A data-base desta contratação deve ter como referência a versão à época da elaboração do orçamento, utilizando as tabelas do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI) e Secretaria de Infraestrutura do Estado do Ceará (SEINFRA).

§ 7º Os Tributos IRPJ (Imposto de Renda da Pessoa Jurídica) e CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) não compõem o cálculo do BDI, tampouco a planilha de custo direto, por se constituírem em tributos de natureza direta e personalística, que oneram pessoalmente a CONTRATADA, não devendo ser repassado ao CONTRATANTE.

§ 8º Visando a uma maior transparência, o item Administração Local da Obra deve constar na planilha orçamentária e não no BDI.

Cláusula Sexta – Dos Recursos Orçamentários

Os recursos financeiros correrão por conta do Fundo Especial de Reparelhamento e Modernização do Poder Judiciário do Estado do Ceará - FERMOJU, tendo como Fonte os Recursos Diretamente Arrecadados, nas seguintes dotações orçamentárias:

04200121.02.122.512.20582.15.44905100.759.70.1.20

§ 1º Nenhuma contratação será efetuada sem a prévia indicação da disponibilidade orçamentária.

Cláusula Sétima – Dos Critérios de Medição e do Pagamento

Os representantes do CONTRATANTE e da CONTRATADA farão, conjuntamente, **medições mensais**, 30 (trinta) dias a partir do dia correspondente ao autorizado para início da obra, ou no primeiro dia útil subsequente, de acordo com as etapas do cronograma físico-financeiro apresentado pela CONTRATADA e aprovado pelo CONTRATANTE, sendo considerado como etapa o período de cada medição.

§ 1º Poderá ser ultrapassado o limite previsto para cada etapa, para antecipação de serviços previstos no Cronograma, desde que solicitado com, no mínimo, 30 (trinta) dias de antecedência e autorizado pelo CONTRATANTE.

I. Poderão ser medidos serviços executados antecipadamente ao previsto no cronograma, a fim de compensar outros em atraso, desde que o valor total da medição não ultrapasse o total previsto na etapa e não haja prejuízo em relação à qualidade e ao bom andamento da obra.

§ 2º A medição dos serviços será sempre feita a cada período de 30 (trinta) dias corridos com base no cronograma aprovado e nas especificações e projetos, considerando os serviços efetivamente executados e aprovados pela FISCALIZAÇÃO.

I. A periodicidade poderá ser inferior a um mês-calendário na primeira e última medição, quando o início ou término das etapas das obras/serviços ocorrer no curso do mês. Neste caso o cronograma será ajustado à situação.

II. A etapa cujo dia 31 de dezembro estiver contido no respectivo período deverá ser apurada em duas medições, as quais obedecerão à seguinte forma:

a. A primeira realizada em 31 de dezembro, relativa aos serviços executados entre a medição anterior até a data em questão;

b. A segunda será realizada no dia correspondente à próxima medição mensal, referente aos serviços executados entre 1º de janeiro e o dia em questão.

§ 3º Concluída cada etapa constante do Cronograma Físico-Financeiro, a FISCALIZAÇÃO terá **5 (cinco) dias úteis**, após formalmente comunicada pela CONTRATADA, para a conferência da medição, compatibilizando-a com os dados da planilha das obras/serviços e preços constantes de sua proposta, bem como da documentação hábil de cobrança.

§ 4º O critério de medição a ser utilizado será baseado em obras e serviços reais, ou seja, nos quantitativos das obras/serviços efetivamente executadas e materiais efetivamente aplicados, não sendo levados em consideração descontos, acréscimos, perdas e outros elementos similares que deverão ser considerados na composição de custos dos serviços.

§ 5º Somente será medido o serviço executado conforme o previsto no cronograma, observados os respectivos projetos, especificações e preços das planilhas e o disposto nos incisos seguintes:

I. Somente serão realizadas medições mensais dos serviços efetivamente concluídos em cada etapa, conforme Cronograma Físico-Financeiro.

II. Não serão medidos serviços executados em desacordo com os projetos e as especificações que integram este Contrato.

III. Não será medido o fornecimento de material em separado da execução do respectivo serviço.

IV. Os preços unitários servirão para permitir medições de eventuais acréscimos ou deduções de serviços decorrentes de modificações nos projetos ou nas especificações, autorizadas pelo CONTRATANTE.

§ 6º Só serão medidos e autorizados os pagamentos dos itens comprovadamente executados ou instalados na obra através de vistoria do CONTRATANTE.

§ 7º A discriminação e quantificação dos serviços e obras considerados na medição deverão respeitar rigorosamente as planilhas de orçamento apresentadas pela CONTRATADA e integrante do respectivo contrato, inclusive critérios de medição e pagamento.

§ 8º A medição deverá ser baseada em relatórios elaborados pela CONTRATADA constando de levantamentos, memória de cálculo, gráficos e outros necessários à perfeita determinação das quantidades dos serviços efetivamente executados.

§ 9º Combinado a cada medição, os documentos listados abaixo deverão ser entregues pela CONTRATADA:

I. Cronograma executivo (físico) realizado;

II. Quadro resumo financeiro;

III. Planta iluminada, especificando o nome da obra e o Nº do contrato;

IV. Relatório fotográfico, acompanhado do comentário por foto;

V. Cópia do Diário de Obra, especificando as datas conforme o período da medição, preenchido conforme os acontecimentos dos eventos e assinado pelo engenheiro da obra (da CONTRATADA) e da fiscalização (CONTRATANTE ou interveniente técnico);

VI. Cópia do seguro-garantia (apenas na 1ª medição);

VII. Cópia da renovação do seguro-garantia

§ 10 Os pagamentos serão efetuados de acordo com os percentuais estabelecidos no Cronograma Físico-Financeiro da CONTRATADA, desde que observada a efetiva execução dos serviços correspondentes e em concordância com projetos, especificações e preços das planilhas.

§ 11 Os valores referentes às obras/serviços que forem rejeitados, relativos a uma medição, serão pagos após a CONTRATADA refazê-los, sem ônus adicional para o CONTRATANTE.

§ 12 Quebras, desperdícios, aquisição ou aluguel de equipamentos para execução de serviços, aquisições de miudezas, preparos diversos, cortes, embutimentos, recomposições, testes, estudos de solo, tecnologias de execução e outros elementos auxiliares previstos nas especificações, lixamentos, andaimes, cantoneiras, sistema de transporte, horários especiais de trabalho, critérios de descontos de vãos e outros itens similares são considerados como elementos constituintes da composição de custos propostos pela CONTRATADA.

§ 13 O pagamento da última medição estará condicionado à conclusão total da obra, sanadas todas as pendências e conforme o Recebimento Definitivo previsto no **§7º da Cláusula Dezesseis (Do Recebimento e Aceitação do Serviço)** e atestado por comissão designada para esse fim.

§ 14 O CONTRATANTE realizará o pagamento em até **30 (trinta) dias** contados da apresentação do documento fiscal correspondente.

§ 15 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, creditada na conta-corrente da CONTRATADA.

§ 16 A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela CONTRATADA, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação, da proposta e contida no próprio instrumento do CONTRATO, não se admitindo notas fiscais/faturas emitida com outro CNPJ, mesmo aqueles de filiais ou da matriz.

§ 17 As Notas Fiscais/Faturas apresentadas em desacordo com o estabelecido neste Contrato, na nota de empenho, ou com qualquer circunstância que desaconselhe o pagamento será devolvida à adjudicatária e nesse caso o prazo previsto no **§14 desta Cláusula** será interrompido.

§ 18 A contagem do prazo previsto para pagamento (30 dias) será reiniciada a partir da respectiva regularização, desconsiderado o prazo anteriormente decorrido durante a análise das Notas Fiscais/Faturas consideradas irregulares.

§ 19 A nota fiscal/fatura será emitida pela CONTRATADA em inteira conformidade com as exigências legais, especialmente as de natureza fiscal, acrescida das seguintes informações:

- I. Indicação do número do CONTRATO;
- II. Indicação do objeto do CONTRATO;
- III. Indicação da medição a que se refere o faturamento;
- IV. Matrícula CEI da obra;

V. Destaque, conforme regulação específica, das retenções incidentes sobre o faturamento (ISS, INSS, IRRF e outros), se houver;

VI. Destaque de valor relativo a qualquer retenção aplicada pelo TJCE, para produzir, exclusivamente, efeitos financeiros no ato de pagamento, não podendo alterar o valor total do documento fiscal;

VII. Conta bancária, conforme indicado pela CONTRATADA na nota fiscal.

§ 20 Deverão ser apresentados pela CONTRATADA, podendo acarretar possível atraso no pagamento na pendência de qualquer uma das situações abaixo especificadas, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira:

- I. Atestação de conformidade do serviço executado;
- II. Documento fiscal preenchido em acordo com o **§19 desta Cláusula**;
- III. Apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- IV. Apresentação de Certidão Negativa de Débitos junto aos Governos Estadual e Municipal;
- V. Apresentação de Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;
- VI. Garantia contratual vigente;
- VII. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

§ 21 O CONTRATANTE poderá sustar o pagamento de qualquer fatura apresentada pela CONTRATADA, no todo ou em parte, nos seguintes casos:

- I. Execução defeituosa dos serviços;
- II. Paralisação dos serviços por culpa da CONTRATADA.

§ 22 O CONTRATANTE fará a retenção, com repasse ao Órgão Arrecadador, de qualquer tributo ou contribuição determinada por legislação específica, sendo que o CONTRATANTE reserva-se o direito de efetuar-la ou não nos casos em que for facultativo.

§ 23 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação

financeira devida pelo CONTRATANTE, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{i}{365}$$

$$I = \frac{6/100}{365}$$

$$I = 0,00016438$$

no qual i = taxa percentual anual no valor de 6%.

Cláusula Oitava – Da Garantia Contratual

A CONTRATADA deverá entregar ao Gestor do Contrato, que submeterá à Coordenadoria Central de Contratos e Convênios do TJCE, no prazo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do TJCE, contados a partir da data de assinatura deste termo de contrato, a título de garantia, a quantia equivalente a 5% (cinco por cento) do valor global da contratação, cabendo-lhe optar dentre as modalidades previstas no art. 56, § 1º, da Lei Nº 8.666/93. A garantia será devolvida à CONTRATADA somente depois do cumprimento integral das obrigações assumidas, inclusive recolhimento de multas e satisfação de prejuízos causados ao CONTRATANTE.

§ 1º A garantia deverá ter validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação.

§ 2º A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

I. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

II. Prejuízos causados ao TJCE ou terceiros, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

III. Multas moratórias e punitivas aplicadas pelo TJCE à CONTRATADA; e

IV. Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber.

§ 3º A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no parágrafo anterior, observada a legislação que rege a matéria.

§ 4º A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em instituição bancária indicada pelo CONTRATANTE, com correção monetária, em favor do CONTRATANTE.

§ 5º A não renovação, tempestivamente, da Garantia do Contrato ensejará a suspensão de pagamentos até a regularização do respectivo documento, independentemente da aplicação das sanções contratuais.

§ 6º Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

§ 7º No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

§ 8º Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento de multas, ela deve ser complementada no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, contado da solicitação do CONTRATANTE, a partir do qual se observará o disposto abaixo:

I. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato, por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento);

II. O atraso superior a 10 (dez) dias acarretará a rescisão unilateral do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666, de 1993, sem prejuízo da multa prevista no inciso anterior.

§ 9º O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

§ 10º Será considerada extinta a garantia:

I. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato;

II. No prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência, caso o CONTRATANTE não comunique a ocorrência de sinistros.

§ 11 Na garantia deverá constar expresso o prazo de validade superior a 90 (noventa) dias do prazo final de vigência contratual.

§ 12 A ausência de prestação da garantia equivale à recusa injustificada para a contratação, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida, ficando a adjudicatária sujeita às penalidades legalmente estabelecidas, inclusive multa e rescisão unilateral do contrato administrativo.

§ 13 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

Cláusula Nona – Do Reajuste e dos Acréscimos

Face ao prazo de duração dos serviços, os preços serão fixos e irremovíveis.

§ 1º Somente ocorrerá reajuste para as parcelas que ultrapassem o período de um ano da data do orçamento referencial e caso o adimplemento da obrigação das parcelas a realizar não estejam atrasadas por culpa da CONTRATADA, conforme cronograma físico aprovado pela FISCALIZAÇÃO.

§ 2º Os preços contratuais poderão ser reajustados de acordo com o parágrafo anterior utilizando a variação do **Índice Nacional de Custo da Construção – INCC**, coluna 35 (do mês correspondente à data fixada para entrega da proposta), calculado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, e publicado na seção de Índices Econômicos da Revista "Conjuntura Econômica", pela fórmula a seguir relacionada:

$$R = V \times \left(\frac{I - I_0}{I_0} \right)$$

onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual dos serviços a serem reajustados;

I₀ = Índice inicial - refere-se ao índice de custos do mês correspondente à data fixada para entrega da proposta;

I = Índice relativo ao 12º mês após a data da apresentação da proposta.

OBS: O FATOR $[(I - I_0) / I_0]$ deve ser truncado na quarta casa decimal, ou seja, desprezar totalmente da quinta casa decimal em diante.

§ 3º A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos que se fizerem necessários até 50% (cinquenta por cento) do valor inicial do Contrato, conforme previsto no art. 65, §1º, da Lei n. 8.666/1993.

§ 4º Na hipótese de ocorrência do previsto no art. 65, inciso II, alínea “d”, da Lei n. 8.666/1993, a CONTRATADA deverá, primeiramente, observar os prazos de execução que foram pactuados, enquanto for apreciado o pedido de restabelecimento de equilíbrio econômico-financeiro, sob pena de incorrer em inadimplência, com a consequente aplicação das penalidades legais e as previstas neste instrumento.

Cláusula Décima – Da Fiscalização

Durante o curso da execução dos serviços, e quando de sua conclusão, reserva-se o CONTRATANTE, por meio da Gerência de Engenharia, o direito de fiscalizar o fiel cumprimento das especificações exigidas, a fim de assegurar o seu recebimento ou manifestar sua recusa.

§ 1º A FISCALIZAÇÃO representará o CONTRATANTE e terá as atribuições delegadas em ato específico e será composta por engenheiros com autoridade para exercer, em seu nome, toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização das obras/serviços de construção.

§ 2º A FISCALIZAÇÃO será exercida no interesse exclusivo do CONTRATANTE, não suprimindo a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, não implicando corresponsabilidade objetiva ou subjetiva do CONTRATANTE.

§ 3º As decisões e (ou) providências que ultrapassarem a competência da FISCALIZAÇÃO do contrato deverão ser levadas, por escrito, ao conhecimento do Secretário de Infraestrutura e Administração, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes e necessárias a cada caso.

§ 4º A FISCALIZAÇÃO será exercida pela Gerência de Engenharia e Arquitetura do TJCE, por meio de Engenheiro ou Comissão, devidamente designado(a) para esse fim, o qual exercerá o controle e a fiscalização da execução da obra em suas diversas fases, e decidirá sobre dúvidas surgidas no decorrer da construção, devendo:

I. Promover as avaliações das etapas executadas, observado o disposto no Cronograma Físico-Financeiro.

II. Atestar os documentos referentes à conclusão de cada etapa, nos termos contratados, para efeito de pagamento.

§ 5º A presença da FISCALIZAÇÃO na obra não diminuirá a responsabilidade da CONTRATADA quanto à perfeita execução do trabalho.

§ 6º As anotações necessárias e a discriminação de todos os eventos ocorridos na obra serão obrigatoriamente registradas no livro Diário de Obra, dentre elas:

I. As condições meteorológicas durante todos os dias de execução dos serviços;

II. Os dias de chegada de cargas e insumos;

III. Número de operários em atividade com discriminação de suas funções;

IV. Equipamentos utilizados;

V. As modificações efetuadas no decorrer da obra;

VI. As consultas à FISCALIZAÇÃO;

VII. As datas de início e de conclusão dos serviços;

VIII. As datas de início e de conclusão de etapas, de acordo com o cronograma físico-financeiro aprovado;

IX. Os acidentes ocorridos no decurso dos trabalhos;

X. As respostas às interpelações da FISCALIZAÇÃO;

XI. Medições das etapas de obras e respectivos valores a serem faturados;

XII. Falta de materiais;

XIII. Quaisquer outros fatos que devam ser objeto de registro.

§ 7º Comunicar oficialmente à CONTRATADA quaisquer falhas verificadas no cumprimento do contrato.

§ 8º Autorizar a execução de serviços durante os fins de semana e/ou feriados, uma vez que solicitados em tempo e puderem ser realizados sem a presença da FISCALIZAÇÃO.

I. Restringir a realização de atividades que julgar necessitarem de seu acompanhamento tendo sua execução restrita aos horários compreendidos entre 8h e 18h de dias úteis.

§ 9º Agir e decidir em nome do CONTRATANTE, inclusive, para rejeitar os serviços executados em desacordo com os projetos, especificações técnicas ou com imperfeição, levando-se em consideração também as Normas Técnicas da ABNT e outras aplicáveis.

§ 10º Certificar as Notas Fiscais correspondentes após constatar o fiel cumprimento dos serviços executados, medidos e aceitos.

§ 11 Transmitir suas ordens e instruções por escrito, salvo em situações de urgência ou emergência, sendo reservado à CONTRATADA o direito de solicitar da FISCALIZAÇÃO, por escrito, a posterior confirmação de ordens ou instruções verbais recebidas.

§ 12 Para quaisquer serviços mal executados, a FISCALIZAÇÃO reservar-se-á o direito de determinar sua modificação, o seu reparo ou a substituição da forma de execução, com os materiais que entender serem os mais adequados, sem que tal fato acarrete em solicitação de ressarcimento financeiro por parte da CONTRATADA, nem extensão do prazo para conclusão da obra.

§ 13 Solicitar que a CONTRATADA, através de comunicação oficial, afaste o empregado ou subcontratado que não esteja cumprindo fielmente este Contrato.

§ 14 A FISCALIZAÇÃO não aceitará a transferência de qualquer responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou subempreiteiros, ainda que referentes a serviços subcontratados.

§ 15 Solicitar através da Central de Contratos e Convênios do TJCE a aplicação, nos termos contratuais, de multa(s) à CONTRATADA, dando-lhe ciência do ato por escrito bem como comunicar ao Órgão Financeiro do CONTRATANTE para que proceda a dedução da multa da garantia contratual.

I. Instruir informação acerca do(s) recurso(s) da CONTRATADA, no tocante ao pedido de cancelamento de multa(s), quando a CONTRATADA discordar do CONTRATANTE.

§ 16 No exercício de suas atribuições fica assegurado à FISCALIZAÇÃO, sem restrições de qualquer natureza, o direito de acesso ao local de execução dos serviços, bem como a todas as informações que julgar necessárias, relacionadas às obras/serviços.

Cláusula Onze – Do Escopo dos Serviços

Os serviços serão executados conforme projetos referenciados na **Cláusula Doze (Dos Memoriais e Projetos)**, bem como outros serviços caracterizados pelo escopo que se segue.

§ 1º **LOCAL DE EXECUÇÃO:** aos serviços deverão ser executados no prédio do Fórum Clóvis Beviláqua (Salões do Júri e Auditório e Acessibilidade Vertical), localizado à R. Des. Floriano Benevides Magalhães, 220 – Edson Queiroz, Fortaleza – CE, 60811-690.

§ 2º Genericamente, os principais serviços que caracterizam o objeto deste termo de contrato e que, conseqüentemente, se expressam numericamente na composição do orçamento da obra, são os descritos a seguir:

Lote	Obra	Principais Serviços	
Lote 01	Reforma Parcial Salões do Júri e Auditório	Administração Local; Canteiro de Obras; Serviços Preliminares; Demolições; Paredes e Painéis; Esquadrias e Ferragens; Pavimentação; Impermeabilização; Pintura; Instalações de Prevenção e Combate a Incêndio; Instalações Hidrossanitárias;	Louças, Metais e Acessórios; Instalações Elétricas; Climatização; Sinalização; Diversos; Revestimento; Forro; Plataforma Elevatória; Serviços Finais.

§ 3º A execução desses serviços será de acordo com os detalhes dos projetos, as especificações e o Caderno de Encargos e Especificações Técnicas.

§ 4º Todos os materiais a serem empregados na execução dos serviços em referência serão novos, de fabricantes consagrados, sem imperfeições ou defeitos e serão fornecidos pela CONTRATADA que ficará responsável também pelo ferramental necessário à sua execução e limpeza final da obra.

I. Os materiais miúdos de fixação, derivação, conexão, etc. (tais como: buchas, arruelas, parafusos, porcas, vedantes, colas, luvas, curvas, terminais, identificadores, anilhas, fitas isolantes, tintas, protetores, conexões, suportes, braçadeiras, tirantes etc.) não constam das planilhas dos materiais e tem os seus custos diluídos nos custos unitários das mesmas.

II. Todos os materiais envolvidos na instalação possuirão certificado fornecido pelo INMETRO ou empresa certificadora de reconhecimento nacional, e serão previamente aprovados pela FISCALIZAÇÃO.

III. Todo material será vistoriado pela FISCALIZAÇÃO, antes de sua instalação.

§ 5º Quanto à **qualidade e garantia**, deve-se observar o seguinte:

I. A liberação dos projetos pela Gerência de Engenharia não desobrigará a CONTRATADA de sua plena responsabilidade com relação à sua implantação, incluindo quaisquer fatos que venham a impossibilitar, prejudicar ou retardar a execução dos serviços, submetendo-a a todas as penalidades da legislação em vigor.

II. Os produtos instalados, deverão ser garantidos contra vícios de fabricação relacionados a projetos, mão de obra e materiais aplicados, por um período de 5 (cinco) anos, a contar da data de Recebimento Definitivo.

Cláusula Doze – Dos Memoriais e Projetos

Constituem partes integrantes deste termo de contrato o Projeto Básico (Anexo I do Edital de Concorrência Pública n. 003/2023) e os seguintes Projetos e documentos disponíveis na Gerência de Engenharia:

§ 1º LOTE 01 - Reforma Parcial dos Salões do Júri e Auditório:

I PROJETOS: (fls. 0003 a 0010 do P.A. n.º 8526648-10.2022.8.06.0000)

- a) Projeto de Arquitetura (Partes 1 e 2) – 45 (quarenta e cinco) pranchas;
- b) Projeto Acústico – 10 (dez) pranchas;
- c) Projeto de Climatização – 12 (doze) pranchas;
- d) Projeto de Instalações Elétricas – 24 (vinte e quatro) pranchas;
- e) Projeto de Instalações Hidrossanitárias – 04 (quatro) pranchas;
- f) Projeto de Proteção de Combate a Incêndio e Pânico – 04 (quatro) prancha;
- g) Projeto de Telecomunicações – 12 (doze) pranchas;
- h) Projeto de Canteiro de Obras: (fl. 0219).

II DOCUMENTOS (anexado ao P.A. n.º 8526648-10.2022.8.06.0000):

- a) Orçamento Sintético: quantitativos estimados em projeto (fls. 0177 a 0194);
- b) Orçamento Analítico: composições dos serviços (fl. 0195);
- c) Cronograma Físico-Financeiro: (fl. 0196);
- d) Encargos Sociais e BDI 2022: (fls. 0197 a 0199);
- e) Metodologia SINAPI para cálculo de encargos complementares: (fl. 0033);
- f) Caderno de Encargos e Especificações Técnicas: (fl. 0034).
- g) Declaração quantitativo e custos de acordo com projetos e tabelas TJCE:
 - i Eng.º Alexandre Carneiro Walter: (fl. 0200);
 - ii Eng.º David Oliveira Almeida (fl. 0201);
- h) RRT – Registro de Responsabilidade Técnica e ART – Anotação de Responsabilidade Técnica (fl. 0202).

§ 2º As pranchas de desenhos integrantes do Projeto Básico (Anexo I do Edital de Concorrência Pública) foram disponibilizadas pela Gerência de Engenharia e Arquitetura do TJCE, em formato “PDF” e no tamanho original.

I. Caso necessário, permanecem disponíveis para a CONTRATADA as pranchas e desenhos em formato “DWG”.

§ 3º Os Projetos, as especificações, os quantitativos da Planilha Orçamentária e demais documentos técnicos elaborados pela Gerência de Engenharia e Arquitetura do TJCE para a execução da obra e que acompanham este contrato passaram por criteriosa análise e comparação feitas pela CONTRATADA, a qual coube conferi-los e, ainda na fase de licitação, apresentar as observações necessárias para a correção de eventuais ocorrências.

I. Os quantitativos estimados em projeto não poderão ser alterados pela CONTRATADA, exceto quando devidamente estabelecido em ERRATA e/ou ESCLARECIMENTO DE DÚVIDAS.

II. Esses documentos referidos constituem a totalidade da contratação.

§ 4º Após a celebração do contrato, não será levada em conta reclamação ou solicitação de alteração dos preços constantes da proposta da CONTRATADA, salvo motivo devidamente justificado.

§ 5º Os projetos apresentados pela Gerência de Engenharia e Arquitetura do TJCE deverão, caso necessário, sofrer correções e complementações para se adaptarem às normas existentes no local, sempre precedidas da aprovação do CONTRATANTE.

§ 6º As especificações técnicas identificam os tipos de serviços, materiais e equipamentos, contendo informações que permitem o estudo e dedução de métodos construtivos, instalações e condições organizacionais para a obra, sem frustrar o caráter competitivo.

I. Em hipótese alguma, poderá ser sugerida modificação nos preços, peças, prazos ou condições de sua proposta apresentada sob a alegação da insuficiência de dados e/ou informações sobre as obras ou condições locais.

II. As especificações técnicas determinam as condições gerais, e mínimas, a serem atendidas pela CONTRATADA na execução das obras indicadas no projeto. Contêm informações complementares aos desenhos e planilhas, e possibilitam uma compreensão completa do serviço requisitado.

III. O Projeto Básico foi desenvolvido apresentando soluções técnicas globais com detalhes, visando minimizar a necessidade de reformulação e atender aos requisitos de funcionalidade e adequação ao interesse público, economia na execução, conservação e operação, de acordo com o art. 12 da Lei n. 8.666/1993.

Cláusula Treze – Das Especificações

As especificações da obra são assim delineadas:

§ 1º Considerações Preliminares

I. A execução dos serviços deverá atender aos dispostos no Código de Obras do Município, demais legislações vigentes e normas técnicas relativas aos serviços diversos, devendo ser desenvolvida com todas as proteções e a segurança necessária, a fim de não causar interferências ou danos de qualquer espécie a terceiros e às edificações vizinhas.

II. A CONTRATADA deverá implantar, no canteiro de obras, procedimentos de segregação dos resíduos gerados, para fins de reutilização e/ou de reciclagem, em consonância com a Resolução CONAMA 307/02 e alterações posteriores, independentemente das exigências de legislação municipal.

III. A CONTRATADA deverá estar apta a desenvolver projeto de gestão de resíduos da construção civil, que assegure a segregação no canteiro de obras dos resíduos gerados, para fins de reutilização e/ou reciclagem, em conformidade com a legislação municipal vigente ou que vier a ser implantada no decorrer da execução dos serviços.

IV. Os serviços deverão ser executados em conformidade com o projeto, seus detalhes, recomendações e especificações técnicas.

V. As cotas definidas nos detalhes serão preponderantes sobre as cotas especificadas em plantas e cortes gerais.

VI. Os serviços serão desenvolvidos com o prédio ocupado e em funcionamento.

a) Os serviços deverão priorizar os horários normais (segunda à sexta, das 08:00h às 18:00h), somente sendo executados em horários extraordinários e com a devida justificativa apresentada pela CONTRATADA com autorização prévia da FISCALIZAÇÃO.

VII. A programação de atividades deverá ser realizada de forma a manter a área onde os serviços serão executados devidamente isolada e sinalizada (com a utilização de tapumes, cones, fitas zebradas, placas de advertências, etc.) de modo a evitar quaisquer tipos de incidentes envolvendo servidores e/ou usuários com os serviços decorrentes da execução da reforma.

a) A CONTRATADA será responsabilizada por quaisquer acidentes envolvendo servidores e/ou usuários.

VIII. Deverá ser providenciado, caso necessário, o cobrimento provisório da cobertura, no período em que estiverem sendo executados os serviços, de modo a proteger os materiais, equipamentos e divisórias existentes no prédio.

a) Casos tais elementos existentes no prédio vierem a se danificar em decorrência dos serviços ou infiltrações de água de chuva, é de responsabilidade da CONTRATADA a recuperação e/ou substituição das partes afetadas, obedecendo ao padrão existente no local.

IX. A CONTRATADA utilizará a energia elétrica do Fórum.

a) No caso da utilização de equipamentos de alto consumo de energia, tal como máquina de solda, a CONTRATADA deverá consultar a FISCALIZAÇÃO para proceder com a instalação no equipamento na rede existente.

X. Tal como ocorrerá com o consumo de energia elétrica, a CONTRATADA poderá se utilizar das infraestruturas de água existente no Fórum. Contudo, deverá zelar para que a utilização desses insumos não perturbe os trabalhos dos servidores e magistrados, bem como não cause danos às instalações existentes.

a) A CONTRATADA responderá e reparará, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE, qualquer dano ou avaria nos subsistemas supracitados decorrente da utilização destes na execução dos serviços.

XI. A limpeza do terreno deverá ser feita de acordo com as normas e autorizações da municipalidade e de forma a evitar danos a terceiros.

XII. A CONTRATADA deverá arcar com todas as despesas decorrentes da eventual execução de trabalhos, quer com os insumos, a mão de obra, as instalações e equipamentos necessários à plena execução dos serviços contratados, bem como todos os testes necessários à aceitação e recebimento deles.

XIII. A CONTRATADA deverá obter junto à Prefeitura Municipal o alvará de construção e, se necessário, o alvará de demolição, na forma das disposições em vigor ou declaração do Município de sua não exigência, sem ônus adicional para o CONTRATANTE.

XIV. Os ensaios, testes e demais provas exigidos por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto do contrato correm por conta da CONTRATADA.

XV. Conforme o art. 75 da Lei n. 8.666/1993, salvo disposições em contrário constante do edital, do convite ou de ato normativo, os ensaios, testes e demais provas exigidos por normas técnicas oficiais, para a boa execução do objeto do contrato, correm por conta da CONTRATADA.

XVI. A CONTRATADA deverá refazer de imediato, às suas exclusivas expensas, qualquer trabalho inadequadamente executado e/ou recusado pelo CONTRATANTE, sem que isso represente custo adicional.

a) Não haverá, por isso, tolerância de atrasos ou prorrogação dos prazos previstos para a execução da obra.

XVII. Todos os materiais sucateados e entulhos resultantes dos serviços executados pela CONTRATADA, sem exceção, deverão ser removidos, durante o desenvolvimento dos serviços e imediatamente após a conclusão dos serviços.

XVIII. Proceder, ao final da execução dos serviços, à desmobilização das instalações provisórias dos canteiros, limpeza e remoção do material desnecessário indesejável.

§ 2º Serviços Preliminares

I. Placa da Obra: A CONTRATADA deverá providenciar placas da obra em chapa de aço galvanizado com tamanho de 2 m² e *layout* definido pela Gerência de Engenharia, contendo os dados da obra, do CONTRATANTE, da CONTRATADA e de seus responsáveis técnicos. A placa deverá ser fixada pela CONTRATADA no local indicado pela FISCALIZAÇÃO.

a. Placas adicionais referentes a informações do CREA ou a interesses próprios da CONTRATADA serão às suas exclusivas expensas, sem nenhum ônus para CONTRATANTE.

II. A CONTRATADA planejará as construções e instalações provisórias que sejam necessárias ao bom andamento da obra. O local de acomodação está indicado no projeto de Canteiro de Obras disponibilizado pela Gerência de Engenharia.

a. Para o Lote 01: as instalações mínimas necessárias ao bom funcionamento da obra incluem: barracão para escritório, execução de depósito em canteiro de obra em chapa de madeira compensada, tapume com telha metálica, locação mensal de andaime metálico e demais itens necessários a atender as normas relativas à segurança e qualidade de prestação do serviço.

III. A CONTRATADA manterá organizada, limpas e em bom estado de higiene as instalações do canteiro de serviço, especialmente as vias de circulação, passagens, escadarias e refeitórios, coletando e removendo regularmente as sobras de materiais e providenciando, inclusive, a regular e apropriada coleta do lixo e dos entulhos.

IV. Correrão exclusivamente por conta da CONTRATADA, todas as despesas com relação à construção, à manutenção e à administração do canteiro da obra.

V. A CONTRATADA será responsável pela manutenção da ordem nas áreas sob sua responsabilidade, mantendo serviço de vigilância no canteiro, até a conclusão da execução dos serviços contratados.

VI. O CONTRATANTE em hipótese alguma responderá por eventuais danos ou perdas de materiais e equipamentos da CONTRATADA que venham a ocorrer nas áreas de sua propriedade.

VII. A CONTRATADA será a responsável pelo desvio das redes e tubulações de água, energia, esgotos sanitários, águas pluviais, telefônicas, etc. que passem pelo local da realização dos serviços se necessário à execução deste, sem que seja prejudicado ou interrompido o funcionamento dos sistemas de abastecimento e serviços correspondentes, sem ônus para o CONTRATANTE.

§ 3º Administração da Obra

I. A administração local da obra refere-se às despesas de manutenção das equipes técnica e administrativa, como engenheiro, mestre de obras e etc., bem como a infraestrutura necessária para a execução da obra.

II. A CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, fornecer o acompanhamento técnico, através do seu engenheiro responsável pelos serviços, durante todo o prazo deste, abrangendo, desta maneira, a quantidade mínima de horas prevista no orçamento. Este engenheiro deverá permanecer no local dos serviços sempre que a FISCALIZAÇÃO se fizer presente. Durante esse período deverá acompanhar, planejar, fiscalizar e orientar seu quadro de funcionários além de preencher e assinar o livro de ocorrências, verificando orientações e observações da FISCALIZAÇÃO. Os serviços somente poderão ser iniciados com esse profissional já definido e aprovado pela FISCALIZAÇÃO.

a. A CONTRATADA deverá dispor de 1 (um) Mestre de Obras devidamente qualificado, em tempo integral e exclusivo nessa obra, para acompanhamento dos serviços especificados, conforme discriminado na Planilha Orçamentária.

i. Em caso de prorrogação do prazo da obra, conforme §7º da Cláusula Quarta (Da Vigência e do Prazo de Execução dos Serviços), a necessidade de Administração da obra será avaliada em cada caso concreto, bem como a determinação da equipe necessária a essa administração.

b. O pagamento/medição deste item será estimado em parcelas mensais divididas pelo prazo da obra, sendo que o valor a ser efetivamente pago/medido da administração local será proporcional aos demais itens do Cronograma Físico-Financeiro do mês em questão que estiverem concluídos e aceitos pela FISCALIZAÇÃO.

i. Caso os demais itens do mês em questão não estiverem concluídos ou não sejam aceitos pela FISCALIZAÇÃO, será descontado do pagamento a título de ADMINISTRAÇÃO um percentual deste item proporcional ao montante não executado ou não aceito.

ii. Sempre que for constatada, pela FISCALIZAÇÃO, divergência quanto ao número de profissionais e outros insumos no canteiro de obra, em contrapartida ao efetivamente planilhados, deverá ser anotado em diário de obra para desconto dos respectivos valores na medição.

III. O valor a ser pago a título de ADMINISTRAÇÃO é relativo à execução da obra dentro do prazo efetivo de execução de serviços, previsto na Cláusula Quarta (Da Vigência e do Prazo de Execução dos Serviços). Caso haja modificação deste prazo por solicitação do CONTRATANTE, o valor mensal deverá ser renegociado em comum acordo entre as partes.

a. Caso a alteração do prazo supracitado seja ocasionada pela CONTRATADA, não caberá ao CONTRATANTE qualquer pagamento por conta da dilatação do prazo.

b. Caso haja necessidade de acréscimo da administração local com ressarcimento à CONTRATADA, será estimada, pela FISCALIZAÇÃO, a equipe de administração local necessária com os demais custos correlatos (alimentação, transporte e etc.) conforme cada caso, devendo ser registrado o motivo desta alteração no diário de obras.

IV. Quaisquer serviços que interfiram em áreas fora da obra deverão ser previstos, planejados e programados junto à FISCALIZAÇÃO com tempo hábil para isolamento e proteção das áreas a serem afetadas.

V. Todo serviço realizado em horário extraordinário somente poderá ser realizado e remunerado se devidamente autorizado pela FISCALIZAÇÃO e com a devida justificativa apresentada pela CONTRATADA.

§ 4º Materiais, ferramentas e equipamentos

I. A não ser quando especificado em contrário, os materiais a serem empregados nos serviços serão todos nacionais, novos, de fabricantes consagrados, sem imperfeições ou defeitos, de primeira qualidade (assim entendida a gradação de qualidade superior, quando existirem diferentes gradações de qualidade de um mesmo produto) e de acordo com as especificações da ABNT e da Gerência de Engenharia, sendo expressamente vedado o uso de material improvisado em substituição ao especificado, assim, como não se admitirá a adaptação de peças, seja por corte ou por outro processo, a fim de usá-las em substituição a peças recomendadas e de dimensões adequadas.

II. Toda a fiação deverá ser não halogenada.

III. Serão admitidos materiais similares aos especificados, desde que suas condições de similaridade sejam previamente submetidas à FISCALIZAÇÃO e por ela aceitas. Quando não houver consenso em relação à similaridade dos materiais, a CONTRATADA poderá recorrer à certificação por meio de laudo técnico fornecido por entidade certificadora (universidades, laboratórios, etc.). O CONTRATANTE reserva-se o direito de, a qualquer momento, solicitar ensaios de comprovação de qualidade dos materiais empregados na obra, à custa da CONTRATADA.

IV. Conservar na obra durante a execução dos serviços as amostras dos materiais aprovados pela FISCALIZAÇÃO, de forma a facilitar, a qualquer tempo, a verificação de sua correspondência com os materiais fornecidos e empregados, devendo, dessa forma, todos os lotes ou partidas de materiais utilizados serem confrontados com as respectivas amostras.

V. Todos os custos referentes aos consumos de ferramentas leves e acessórios para execução de serviços, a exemplo de colheres, carrinhos, baldes, prumos e outros, estão contemplados no orçamento. Assim como os equipamentos de proteção individual (EPI), luvas, óculos, galochas de tamanhos e tipos variados, protetores auriculares e diversos. Os valores excedentes aos custos dimensionados serão ônus da CONTRATADA.

VI. Todos os materiais a serem empregados na execução dos serviços em referência serão fornecidos pela CONTRATADA, que ficará responsável também pelo ferramental necessário à sua execução e limpeza final da obra.

VII. Os equipamentos, materiais e acessórios, em total conformidade com as especificações e projetos, deverão ser todos de primeiro uso, dentro dos prazos de validade, íntegros e de acordo com as normas vigentes.

VIII. A FISCALIZAÇÃO examinará todos os materiais recebidos no canteiro da obra antes de sua utilização e poderá impugnar o emprego daqueles que, a seu juízo, forem julgados inadequados. Neste caso, em presença do responsável pela execução da obra, serão retiradas amostras para a realização de ensaios de caracterização das qualidades dos materiais à custa da CONTRATADA conforme inciso XV do parágrafo primeiro da presente Cláusula.

a. Retirar do local da obra todos os materiais impugnados pela FISCALIZAÇÃO e, em caso de substituição de materiais, esta não poderá ser procedida sem a prévia autorização, por escrito, da FISCALIZAÇÃO.

IX. Quando houver motivos ponderáveis para a substituição de um material especificado por outro, a CONTRATADA, em tempo hábil, apresentará por escrito à FISCALIZAÇÃO a proposta de substituição, instruindo-a com as razões determinantes do pedido e orçamento comparativo, sendo que sua aprovação só poderá efetivar-se quando a CONTRATADA:

a. Firmar declaração de que a substituição se fará sem ônus para o CONTRATANTE;
b. Apresentar provas de equivalência técnica do produto proposto em substituição ao especificado, compreendendo, como peça fundamental, o laudo de exame comparativo dos materiais, efetuado por laboratório tecnológico idôneo, a critério do CONTRATANTE.

X. A CONTRATADA deverá armazenar os materiais e equipamentos de forma que eles não obstruam a abertura de portas e saídas de emergência, o acesso de equipamentos de prevenção e combate a incêndio e a circulação de outros materiais, além de não prejudicarem o trânsito de pessoas.

XI. Todos os materiais deverão ser mantidos afastados do contato direto com o solo, cortes de terreno ou paredes de alvenaria, mesmo quando fornecidos em embalagens. Os locais de armazenamento deverão ser especialmente preparados pela CONTRATADA e previamente

designados e/ou aprovados pelo CONTRATANTE, além de mantidos constantemente limpos, em perfeita e permanente arrumação.

XII. Os agregados utilizados na fabricação de concretos e argamassas deverão ser armazenados em montes ou pilhas, separados (conforme a espécie, tipo, qualidade ou outro fator de diferenciação) por compartimentos ou a distância suficiente para impedir a ação da natureza e/ou erosão e a mistura entre eles. Todos os locais de depósitos deverão ser abrigados contra raios solares diretos, chuvas e vento. Deverá ser dedicado, por parte da CONTRATADA, especial cuidado ao armazenamento de produtos voláteis ou facilmente inflamáveis, os quais deverão ser resguardados do calor intenso, fagulhas, brasas e chamas, bem como afastados das outras dependências da obra.

XIII. Todos os equipamentos e ferramentas necessários para a execução dos serviços do tipo betoneira, guinchos, andaimes de fachada, torres e barrotamento para escoramentos, vibradores, e qualquer outro que se fizer necessário deverão ser fornecidos e operados por profissionais qualificados e habilitados, não será motivo de solicitação de termo aditivo caso o equipamento não esteja relacionado em planilha, a CONTRATADA deverá definir e determinar os equipamentos que se farão necessários na execução da totalidade das obras.

XIV. Os materiais fornecidos deverão ser de um único fabricante de modo a garantir as características de desempenho de cada sistema (lógica, climatização, alarme, elétrico, etc.) e a empresa instaladora deverá ser habilitada pelo fabricante.

XV. Soluções a serem adotadas para o suprimento de materiais:

a. Apresentar relação dos principais materiais e cronograma de abastecimento de material, compatível com os demais cronogramas.

b. Considerar um **prazo mínimo de 30 (trinta) dias** antes da encomenda da compra dos materiais passíveis de aprovação pela FISCALIZAÇÃO, de forma a atender o cronograma pactuado entre as partes.

§ 5º Serviços Técnicos

I. Projeto “*as built*”

a) Ao final da execução da obra, a CONTRATADA deverá apresentar todos os projetos com as devidas correções, de acordo com o efetivamente executado na obra;

b) Deverá ser fornecida mídia física contendo os arquivos eletrônicos (compatível com software CAD) totalmente abertos, sem senhas ou proteções contra gravação, de todas as pranchas completas com os desenhos atualizados de como foi executado realmente o previsto nos projetos (desenhos “*as built*”);

c) O projeto deverá ser apresentado em arquivo digital e impresso.

d) Deverá ser fornecida ART de cada projeto de “*as built*” (caso tenha ocorrido alteração de projeto);

e) Na conclusão da obra, a instaladora deverá entregar toda a documentação dos equipamentos e materiais aplicados na obra, os seguintes documentos deverão estar em única pasta:

- e.1. Projeto “*as built*” e sua respectiva ART;
- e.2. Manuais e catálogos dos Equipamentos/Materiais;
- e.3. Certificados de garantia;
- e.4. Folhas de dados dos equipamentos;
- e.5. Todos os relatórios de Medição do Aterramento;

e.6. Relatório contendo o resultado dos testes de Certificação de todo o cabeamento (certificação UL, de acordo com a ANSI/EIA/TIA-568- B2.1 para categoria 6).

II. Projeto de gestão de resíduos

a) A CONTRATADA deverá elaborar e implementar, nessa obra, o Plano de Gestão de Resíduos da Construção Civil (PGRCC), conforme o disposto na Resolução CONAMA 307 de 5 de julho de 2002 e alterações posteriores.

b) A CONTRATADA deverá viabilizar a coleta seletiva de resíduos no canteiro de obra, ação que envolve o desenvolvimento do PGRCC específico para a obra, além da conscientização e sensibilização da mão de obra e introdução de rotinas de segregação/armazenamento de resíduos e a organização dos seus fluxos.

c) O PGRCC deve ser elaborado por um profissional ou equipe técnica devidamente habilitada.

d) O PGRCC deverá ser entregue à FISCALIZAÇÃO para anuência antes da realização da primeira medição.

e) A constatação por parte da FISCALIZAÇÃO do não cumprimento do PGRCC implicará em penalidades para a CONTRATADA.

f) Caso a CONTRATADA seja dispensada de elaborar o PGRCC, deverá apresentar declaração do Município de sua não exigência, bem como comprovação do destino ambientalmente adequado do resíduo gerado, por meio de declaração do local licenciado para receber o material, contrato com empresa particular de coleta cadastrada pelo município e/ou Manifesto de Transporte de Resíduo – MTR – assinado pelo transportador e pelo destino final licenciado.

§ 6º Mão de obra/Assistência Técnica, a CONTRATADA deverá ter entre suas obrigações o seguinte:

I. Fornecer toda a mão de obra necessária à execução dos serviços, com experiência, devidamente capacitada, regularizada com suas carteiras trabalhistas (CTPS), identificada com crachás, uniformizada e equipada (botina, calça comprida, blusa, capacete e demais equipamentos necessários, conforme a NR-6 do Ministério do Trabalho).

a. Utilizar profissionais habilitados, qualificados e treinados para cada tipo de tarefa, sob a sua supervisão direta.

b. Não será permitido o uso de sandálias ou de outros tipos inadequados de calçados pelos empregados da CONTRATADA.

II. Identificar o pessoal na obra, de acordo com sua função, pela cor do capacete. O capacete branco será utilizado apenas pelos Engenheiros e Arquitetos e os demais ficarão a critério da CONTRATADA.

III. Requerer dos fabricantes de materiais, bem como de montadores ou instaladores especializados descritos na fase de habilitação técnica, a prestação de ininterrupta assistência técnica durante o desenvolvimento dos trabalhos realizados e até a sua conclusão.

IV. Coordenar e dirigir toda a sua mão de obra, inclusive a mão de obra da execução e da assistência técnica de empresas parceiras que sejam requeridas para trabalhos especializados específicos, sendo sempre de sua total responsabilidade técnica e operacional por quaisquer desses serviços.

V. Responder, integral e exclusivamente, pela idoneidade e comportamento de seus empregados, subordinados e eventuais empresas parceiras, assim como, evidentemente, por todos os serviços em tela, afastando sempre que exigido pela FISCALIZAÇÃO, de forma incontinente, qualquer empregado cuja atuação, permanência ou comportamento seja inconveniente ou insatisfatório ao bom atendimento e ao interesse do serviço público.

VI. Manter com o mestre de obras ou o responsável técnico uma relação atualizada com nome completo e identidade de todo o pessoal presente no local da obra.

a. Apresentar uma comprovação de que todos os profissionais alocados para prestação dos serviços estarão regularmente contratados de acordo com o que estabelece a legislação trabalhista.

b. Fornecer toda a mão de obra necessária à execução completa do objeto deste Termo de Contrato, com os respectivos encargos sociais e incluindo orientação e direção técnica de todos os serviços.

c. Em conformidade com a Resolução n. 114 do CNJ, de 20.4.2010, a CONTRATADA está obrigada a contratar egressos do sistema carcerário e de cumpridores de medidas e penas alternativas em percentual não inferior a 2%.

§ 7º Medidas de segurança

I. A execução do serviço deverá ser realizada com a adoção de todas as medidas relativas à proteção dos trabalhadores e de pessoas ligadas às atividades da CONTRATADA, observadas as leis em vigor; deverão ser observados os requisitos de segurança com relação às redes elétricas, máquinas, andaimes e guinchos, presença de chamas e metais aquecidos, uso e guarda de ferramentas e aproximação de pedestres.

II. Compete à CONTRATADA tomar as providências para a colocação, às expensas próprias, de placas e sinais luminosos de advertência ou orientação durante o dia e à noite.

III. A CONTRATADA deverá prever, instalar e manter cercas, barreiras, tapumes ou outra forma de sinalização, indicando a terceiros as condições perigosas resultantes dos trabalhos, a fim de prevenir danos pessoais ou materiais.

IV. A FISCALIZAÇÃO poderá exigir da CONTRATADA a colocação de sinais, correntes ou outros, que julgar necessários para a segurança de veículos e pedestres.

V. A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado (Art. 70 da Lei n. 8.666/1993).

VI. A CONTRATADA manterá Seguro de Acidentes do Trabalhador para todos os seus empregados que exerçam atividades no canteiro de obra e responderá, nos termos da legislação vigente, por qualquer acidente ocorrido com o pessoal, material, instalações e equipamentos sob a sua responsabilidade, bem como de terceiros, durante a execução dos serviços.

VII. A CONTRATADA deverá fornecer aos funcionários todos os equipamentos de proteção individual exigidos pela NR6 - Equipamentos de Proteção Individual (EPI), tais como: capacetes e óculos especiais de segurança, protetores faciais, luvas e mangas de proteção, botas de borracha e cintos de segurança, ou quaisquer outros necessários, dependendo da atividade que se realize.

VIII. Os EPIs básicos para todos os operários serão a botina de couro e o capacete. Será terminantemente proibida a permanência de qualquer operário descalço, usando chinelos ou sapatos abertos.

IX. O fornecimento, manutenção e reposição dos EPIs são de obrigação da CONTRATADA e serão fornecidos aos operários sem ônus adicional ao CONTRATANTE.

X. Além da proteção individual, a CONTRATADA deverá oferecer, na execução de quaisquer que sejam os trabalhos, a plena proteção coletiva contra riscos de acidentes ao seu pessoal e a terceiros, independentemente da transferência do custo dos riscos a companhias ou institutos seguradores, que caso a efetue, não implicará ônus para o CONTRATANTE.

XI. Os empregados da CONTRATADA deverão ter conhecimentos básicos sobre prevenção e combate a incêndios.

XII. A FISCALIZAÇÃO realizará inspeções periódicas no canteiro, a fim de verificar o cumprimento das medidas de segurança adotadas nos trabalhos, o estado de conservação dos equipamentos de proteção individual e dos dispositivos de proteção de máquinas e ferramentas, que ofereçam riscos aos trabalhadores, bem como a observância das demais condições estabelecidas pelas normas de segurança e saúde no trabalho.

XIII. A CONTRATADA manterá no canteiro equipamentos de proteção contra incêndio e brigada de combate a incêndio, na forma das disposições em vigor.

XIV. A CONTRATADA deverá manter no canteiro medicamentos básicos e pessoas orientadas para os primeiros socorros nos acidentes que possam ocorrer durante a execução dos trabalhos, obedecendo ao disposto nas “Normas de Segurança de Trabalho nas Atividades da Construção Civil”, em especial a NR 18 – Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção.

XV. A CONTRATADA deverá obedecer as Normas Regulamentadoras (NRs) expedidas pelos órgãos governamentais competentes e as Normas Brasileiras (NBRs) da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) que tratam da Segurança e Medicina do Trabalho.

XVI. A NR-10 estabelece os requisitos e condições mínimas objetivando a implementação de medidas de controle e sistemas preventivos, de forma a garantir a segurança e a saúde dos trabalhadores que, direta ou indiretamente, interajam em instalações elétricas e serviços com eletricidade.

XVII. A CONTRATADA deverá comunicar formalmente à FISCALIZAÇÃO, às autoridades e aos órgãos competentes, de maneira mais detalhada possível, os casos de acidentes, fatais ou não, que eventualmente ocorram durante a execução dos serviços, inclusive princípios de incêndio, quedas de materiais ou acidentes com veículos, etc.

XVIII. Não poderão ser usados na execução de serviços, ferramentas ou sistemas de quaisquer Tipos que exijam carga explosiva.

XIX. Deverão ser protegidos:

- a. Os serviços adjacentes já realizados ou em execução;
- b. Os serviços a serem realizados, de acordo com a respectiva especificação;
- c. Áreas e obras vizinhas.

Cláusula Quatorze – Da Regulamentação

A CONTRATADA deverá observar a todo instante as normas vigentes da ABNT e especialmente as disposições particulares estabelecidas neste Contrato, além das instruções que venha a receber do CONTRATANTE em cada caso específico.

§ 1º Devem ser seguidas as normas e determinações abaixo listadas, nas suas últimas revisões em vigor, bem como a legislação ou norma técnica aplicável que venha a entrar em vigor

depois da assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, quando não houver repercussão financeira. Quando houver, a CONTRATADA deverá demonstrar tal repercussão por meio de planilhas, para que possa solicitar os necessários ajustes financeiros. Segue relação:

- I. Normas e especificações constantes deste Contrato;
- II. Normas da ABNT;
- III. Prescrições e recomendações dos fabricantes;
- IV. Normas internacionais consagradas, na falta das normas da ABNT;
- V. Normas regulamentadoras da Secretaria do Trabalho do Ministério da Economia;
- VI. Códigos e posturas dos órgãos oficiais competentes que jurisdicionem a localidade onde será executada a obra referente a cada projeto;
- VII. Manual de Obras Públicas - Edificações - Práticas da SEAP (Secretaria de Estado da Administração e Patrimônio) – Projeto, construção e manutenção.

Cláusula Quinze – Das Vedações

É vedada à CONTRATADA qualquer uma das hipóteses previstas nos Parágrafos a seguir.

§ 1º Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira.

§ 2º Transferir ou ceder direitos ou obrigações deste contrato, salvo com autorização expressa do CONTRATANTE, concedida após análise e aprovação da documentação exigida.

§ 3º Interromper a execução dos serviços/atividades sob alegação de inadimplemento por parte do CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

§ 4º A contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do CONTRATANTE durante a vigência do contrato.

§ 5º É vedada a CONTRATADA ter em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, em atenção à Resolução do CNJ n. 7/2005, alterada pela Resolução n. 229/2016.

I. A vedação se estende às contratações cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os magistrados e servidores geradores de incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como às licitações iniciadas até 6 (seis) meses após a desincompatibilização.

II. A contratação de empresa pertencente a parente de magistrado ou servidor não abrangido pelas hipóteses expressas de nepotismo poderá ser vedada pelo tribunal, quando, no caso concreto, identificar risco potencial de contaminação do processo licitatório.

§ 6º Em função do art. 4º da Resolução n. 156/2012 do CNJ, é vedada a manutenção, o aditamento ou a prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que tenha entre seus empregados colocados à disposição dos Tribunais para o exercício de funções de chefia, pessoas que incidam na vedação dos arts. 1º e 2º daquela, devendo tal condição constar expressamente dos editais de licitação.

§ 7º A veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração do CONTRATANTE.

Cláusula Dezesseis – Do Recebimento e Aceitação do Serviço

Os serviços somente serão recebidos pelo CONTRATANTE após o atendimento de todas as condições estabelecidas neste termo de contrato, documentos, projetos e orçamento dele integrante, desde que atingido o fim que se destinam, com eficácia e qualidade requerida.

§ 1º O Recebimento dos serviços executados pela CONTRATADA será efetivado em duas etapas sucessivas:

- I. Recebimento Provisório;
- II. Recebimento Definitivo.

§ 2º A CONTRATADA deverá solicitar à Gerência de Engenharia, por comunicação escrita e com antecedência mínima de 15 (quinze) dias do término do prazo de execução dos serviços, a vistoria da obra pela FISCALIZAÇÃO para verificação dos serviços executados com fins de recebimento provisório, o qual deverá coincidir com o prazo estipulado no **caput da Cláusula Quarta (Da Vigência e do Prazo de Execução dos Serviços)**.

I. A FISCALIZAÇÃO poderá recusar o recebimento provisório da obra, caso haja não conformidades significativas quanto às especificações.

II. Nos casos que não impeçam o recebimento provisório, as não conformidades serão relacionadas em documento anexo ao termo circunstanciado e deverão estar corrigidas até o recebimento definitivo.

§ 3º O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo.

§ 4º O CONTRATANTE realizará inspeção minuciosa de todos os serviços e obras executadas por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pela obra com a finalidade de verificar a adequação dos serviços, constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

§ 5º Após tal inspeção, será lavrado o **Termo de Recebimento Provisório**, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, ambas assinadas pela FISCALIZAÇÃO, relatando as eventuais pendências verificadas, em até 15 (quinze) dias.

§ 6º A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à FISCALIZAÇÃO não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Termo de Recebimento Provisório.

§ 7º O Termo de Recebimento Definitivo das obras e/ou serviços contratados será lavrado, pela comissão técnica de recebimento definida pela Gerência de Engenharia, em até 60 (sessenta) dias corridos após a lavratura do Termo de Recebimento Provisório, desde que tenham sido devidamente atendidas todas as exigências da FISCALIZAÇÃO quanto às pendências observadas e somente após solucionadas todas as reclamações porventura feitas quanto à falta de pagamento a operários ou fornecedores de materiais e prestadores de serviços empregados na execução do contrato.

I. Na etapa de recebimento definitivo dos serviços, a CONTRATADA deverá entregar ao CONTRATANTE:

- a. Toda a documentação dos materiais e equipamentos aplicados na obra;
- b. Termo de Garantia, conforme **§3º da Cláusula Dezessete (Da Garantia da**

Obra).

§ 8º O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra ou do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do

contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato (Art. 73, § 2º, da Lei n. 8.666/1993).

§ 9º Havendo discrepâncias, incompatibilidades com memoriais e projetos ou performances dos equipamentos abaixo das especificadas, será aberto prazo de 5 (cinco) dias úteis para correções e complementações consideradas necessárias para a realização de nova tentativa de recebimento. Caso seja impossível o cumprimento do prazo citado, a CONTRATADA deverá apresentar, formalmente, justificativa fundamentada que será analisada pela Gerência de Engenharia.

§ 10 No tempo do Contrato estão incluídos os tempos para recebimento, inclusive aqueles necessários para eventuais correções, caso haja discrepâncias ou incompatibilidades, sob pena de aplicação de sanções cabíveis.

§ 11 A obra só se dará por concluída após o término de todas as etapas especificadas, retirada dos entulhos e completa limpeza de todas as áreas trabalhadas. Os detritos resultantes das operações de transporte ao longo de qualquer via pública deverão ser removidos imediatamente pela CONTRATADA, sob suas expensas.

Cláusula Dezessete – Da Garantia da Obra

Durante 5 (cinco) anos após o Recebimento Definitivo dos serviços e obras, a CONTRATADA responderá por sua qualidade e segurança nos termos do Artigo 618 do Código Civil Brasileiro, devendo efetuar a reparação de quaisquer falhas, vícios, defeitos ou imperfeições que se apresentem nesse período, independentemente de qualquer pagamento do CONTRATANTE.

§ 1º A CONTRATADA deverá apresentar o certificado de qualidade de acordo com as normas da ABNT e os padrões técnicos dos materiais, bem como para os equipamentos eletromecânicos e eletroeletrônicos.

§ 2º Será considerado como data base para contagem do período de garantia, tanto da obra bem como dos equipamentos nela instalados, a data da emissão do **Termo de Recebimento Definitivo**, emitido pela comissão técnica de recebimento.

§ 3º A CONTRATADA deverá apresentar após a conclusão dos serviços, o **Termo de Garantia**, com prazo de 5 (cinco) anos, a contar da data do recebimento definitivo, de todos os materiais fornecidos e dos serviços executados, conforme legislação em vigor.

Cláusula Dezoito – Das Sanções Administrativas

Durante a execução do contrato por falha, inexecução total ou parcial dos serviços contratados, pela execução desses serviços em desacordo com o estabelecido no Ato Convocatório e seus Anexos e/ou pelo descumprimento das obrigações assumidas, o CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa e observada gravidade da ocorrência, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- ✓ ADVERTÊNCIA;
- ✓ MULTA;
- ✓ SUSPENSÃO TEMPORÁRIA de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;
- ✓ DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE para licitar ou contratar com a Administração Pública.

§ 1º As sanções de advertência, de multa, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à CONTRATADA de forma distinta ou cumulativa.

§ 2º Advertência:

I. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, e nas situações que ameacem a qualidade do produto ou serviço, ou a integridade patrimonial ou humana.

II. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do CONTRATANTE, a critério da FISCALIZAÇÃO, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

§ 3º Multas:

I. Poderá ser aplicada multa nas seguintes condições:

a. 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor global do contrato por infração a qualquer das cláusulas ou condições do Contrato;

b. 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor global do contrato por dia de atraso para o início da execução dos serviços;

c. 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o saldo contratual da execução dos serviços relativos a(s) etapa(s), por dia de não cumprimento, injustificado, do prazo para término da execução da(s) etapa(s) em atraso;

d. 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor do saldo contratual da execução dos serviços, por dia de não cumprimento, injustificado, do prazo para término da execução dos serviços, até 30 (trinta) dias;

e. De 10% (dez por cento) sobre o valor do saldo contratual da execução dos serviços, por não cumprimento, injustificado, do prazo para término da execução dos serviços, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias;

f. De 10% (dez por cento) sobre o valor global do contrato pela recusa da adjudicatária em assinar o contrato de execução de obra;

g. De 10% (dez por cento) sobre o valor global do contrato, no caso de rescisão unilateral por falta cometida pela CONTRATADA.

II. O valor da multa aplicada, esgotado o prazo recursal, será deduzido da Garantia Contratual que houver sido prestada.

III. Caso a Garantia Contratual seja insuficiente para o pagamento da multa, o saldo devedor será deduzido em qualquer fatura de crédito que a CONTRATADA mantenha junto à CONTRATANTE ou será cobrado judicialmente.

§ 4º Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração.

I. A suspensão do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração poderá ser aplicada à CONTRATADA se, por culpa ou dolo, prejudicar ou tentar prejudicar a execução do Contrato, nos seguintes prazos e situações:

a - Por até 6 (seis) meses:

Execução insatisfatória do objeto contratado, se antes tiver havido aplicação da sanção de advertência ou multa.
--

b - Por até 2 (dois) anos:

Conclusão parcial dos serviços contratados, desde que o montante executado seja inferior a 50% do

valor do contrato.
Prestação do serviço em desacordo com as solicitações do CONTRATANTE, não efetuando sua correção após solicitação do mesmo.
Cometimento de quaisquer outras irregularidades que acarretem prejuízo ao CONTRATANTE, ensejando a rescisão da avença por culpa da CONTRATADA.
Apresentação ao CONTRATANTE de qualquer documento falso ou falsificado, no todo ou em parte, com o objetivo de participar da licitação ou para comprovar, durante a execução do objeto, a manutenção das condições apresentadas na habilitação.
Ocorrência de ato capitulado como crime pela Lei n. 8.666/1993, praticado durante o procedimento licitatório, que venha ao conhecimento do CONTRATANTE após o recebimento da Ordem de Serviço.

§ 5º Declaração de Inidoneidade

I. A declaração de inidoneidade será aplicada quando constatada má-fé, ação maliciosa e premeditada em prejuízo do CONTRATANTE, atuação com interesses escusos, reincidência em faltas que acarretem prejuízo ao CONTRATANTE ou aplicações anteriores de sucessivas outras sanções, implicando proibição da CONTRATADA de transacionar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, podendo ser aplicada, dentre outros casos, quando:

- a. Tiver sofrido condenação definitiva por ter praticado, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b. Praticar atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;
- c. Demonstrar, a qualquer tempo, não possuir idoneidade para licitar ou contratar com o CONTRATANTE, em virtude de atos ilícitos praticados;
- d. Reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão da execução do objeto, sem consentimento prévio do CONTRATANTE;
- e. Cometer ato capitulado como crime pela Lei n. 8.666/1993, praticado durante o procedimento licitatório, que venha ao conhecimento do TJCE após a assinatura do contrato;
- f. Apresentar ao TJCE qualquer documento falso ou falsificado, no todo ou em parte, com o objetivo de participar da licitação ou para comprovar, durante a execução do contrato, a manutenção das condições apresentadas na habilitação.

II. A sanção estabelecida **neste parágrafo** é de competência exclusiva do Presidente do TJCE, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

§ 6º Os recursos previstos no Art. 109, inciso I da Lei 8.666/93 deverão ser obrigatoriamente apresentados, em seu estado original, devidamente protocolados no TJCE, observado o prazo recursal, visando a instruir o respectivo processo licitatório.

Cláusula Dezenove – Da Rescisão

A inexecução total ou parcial deste termo de contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento.

§ 1º Sem prejuízo de outras sanções, constituem motivos para rescisão do Contrato pelo CONTRATANTE:

-
- I. Atraso superior a 10 dias para entrega da garantia contratual.
- II. O não cumprimento das condições técnicas constantes das especificações e dos projetos.
- III. A lentidão na execução dos serviços, que leve o CONTRATANTE a presumir sua não conclusão no prazo contratual.
- IV. O atraso injustificado no início dos serviços.
- V. A paralisação injustificada dos serviços.
- VI. A subcontratação, ainda que parcial, e no que for permitido, dos serviços conforme **Cláusula Vinte (Da Subcontratação)**, sem a prévia e expressa autorização do CONTRATANTE.
- VII. A cessão ou transferência do objeto contratado.
- VIII. O desatendimento às determinações da FISCALIZAÇÃO designada para acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços.
- IX. O cometimento reiterado de faltas na execução dos serviços, anotadas na forma do §1º do art. 67 da Lei n. 8.666/1993.
- X. A decretação de falência.
- XI. A dissolução da sociedade.
- XII. A alteração societária que modifique a finalidade ou a estrutura da CONTRATADA que, a juízo do CONTRATANTE, inviabilize ou prejudique a execução do Contrato.
- XIII. A prática de qualquer ato que vise fraudar ou burlar o fisco ou órgão/entidade arrecador/credor dos encargos sociais e trabalhistas ou de tributos.
- XIV. Quebra de sigilo sobre as informações e documentos recebidos do CONTRATANTE para a execução dos serviços contratados, bem como sobre os desenvolvidos pela CONTRATADA.
- XV. Razões de interesse público.
- XVI. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior regularmente comprovada, impeditiva da execução do objeto contratado.
- § 2º Constituem motivos para rescisão do Contrato pela CONTRATADA:
- I. A supressão de serviços, por parte do CONTRATANTE, sem a anuência da CONTRATADA, acarretando modificações do valor inicial do Contrato, além do limite permitido em lei;
- II. A suspensão de sua execução por ordem escrita do CONTRATANTE por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
- III. O atraso superior a 90 (noventa) dias nos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE relativos aos serviços já recebidos e faturados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
- IV. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior regularmente comprovado, impeditivo da execução do objeto contratado.

§ 3º Nos casos relacionados nos **incisos I e II do §2º desta Cláusula**, a CONTRATADA será ressarcida dos prejuízos até então sofridos, desde que regularmente comprovados, ainda tendo direito a:

I. Devolução da garantia prestada;

II. Recebimento dos serviços que executou, desde que aceitos, até a data da rescisão do Contrato, porventura ainda não pagos.

§ 4º A rescisão do termo de contrato, efetivada pelo CONTRATANTE, com base no ajuste constante nos **incisos I a XIV do §1º desta Cláusula**, acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste contrato e na lei:

I. Assunção imediata, pelo CONTRATANTE, dos serviços objeto do termo de contrato, no estado e no local em que se encontram, por ato próprio seu;

II. Ocupação e utilização, pelo CONTRATANTE, com autorização prévia e expressa do presidente do TJCE, do local, instalações, equipamentos, materiais e pessoal empregado na execução dos serviços, indispensáveis a sua continuidade, os quais serão devolvidos ou ressarcidos posteriormente à CONTRATADA, mediante avaliação prévia;

III. Execução, imediata, da garantia contratual, que houver sido prestada, para se ressarcir de danos, inclusive multas aplicadas;

IV. Retenção dos créditos decorrentes do objeto deste Contrato, até o limite dos prejuízos causados pela CONTRATADA;

V. Suspensão e/ou declaração de inidoneidade da CONTRATADA para contratar e licitar com o CONTRATANTE e/ou Administração Pública, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

§ 5º A rescisão do termo de contrato, seja decretada pelo CONTRATANTE ou pela CONTRATADA, não impedirá que o CONTRATANTE dê continuidade à execução dos serviços, mediante contratação de terceiros.

§ 6º A rescisão fundamentada por razões de interesse público ou a ocorrência de caso fortuito externo ou de força maior dará à CONTRATADA o direito à liberação da garantia contratual, após análise e decisão da Presidência do TJCE, e ao recebimento do(s) valor(es) pertinente(s) aos serviços executados e aceitos.

Cláusula Vinte – Da Subcontratação

A subcontratação total do objeto deste termo de contrato é vedada, sendo permitida a subcontratação parcial de apenas alguns serviços especializados, conforme **§2º desta Cláusula**, uma vez que a gestão de vários subcontratados relativos a serviços suplementares poderia acarretar possíveis prejuízos para a Administração, como paralisações da obra entre etapas e atrasos no cronograma desta, além de poder causar deterioração da etapa já construída e de materiais já instalados. Objetiva-se, também, facilitar a imputação de responsabilidades por falhas construtivas.

§ 1º São expressamente vedadas à CONTRATADA:

I. A contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do CONTRATANTE durante a vigência do Contrato.

II. A veiculação de publicidade acerca deste Contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração do CONTRATANTE.

§ 2º É vedada a subcontratação total dos serviços objeto deste termo de contrato.

I. Será admitida a subcontratação parcial, com autorização prévia da FISCALIZAÇÃO, exclusivamente para os serviços relacionados abaixo, devendo a empresa indicada pela CONTRATADA, antes do início da realização dos serviços, apresentar comprovante de registro no

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA e prova de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, nos termos previstos neste Contrato e de acordo com a justificativa apresentada no **caput desta cláusula**.

- a. Testes, certificações e controle tecnológico;
- b. Execução de infraestrutura de climatização;
- c. Execução de impermeabilização;
- d. Projeto “*as built*”;
- e. Execução da sinalização.

§ 3º A subcontratação depende de autorização prévia do CONTRATANTE. Além disso, a subcontratada deverá cumprir os requisitos de regularidade fiscal e trabalhista.

§ 4º Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante o CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

Cláusula Vinte e Um – Das Discrepâncias e Interpretações

Os serviços e obras serão realizados com rigorosa observância aos desenhos do projeto e respectivos detalhes, bem como estrita obediência às prescrições e exigências contidas neste termo de contrato.

§ 1º Todas as imperfeições verificadas nos serviços vistoriados, bem como discrepâncias em relação aos desenhos e especificações, deverão ser corrigidas antes do prosseguimento dos trabalhos. Para efeito de interpretação de divergências entre os documentos contratuais, fica estabelecido o seguinte:

I. Em caso de divergência entre as cotas do desenho e suas dimensões medidas em escala, prevalecerão sempre as primeiras;

II. Em caso de dúvidas quanto à interpretação dos projetos e/ou das especificações, a Gerência de Engenharia do TJCE deverá ser consultada, conforme §2º, inciso XIV, alínea “b” da **Cláusula Terceira**;

III. As normas da ABNT prevalecem sobre quaisquer especificações aqui citadas ou demais adotadas durante a execução;

IV. Todos os detalhes e serviços constantes nos desenhos do Projeto e não mencionados neste termo de contrato serão interpretados como partes integrantes do objeto.

§ 2º Em caso de divergências entre o Orçamento e o Projeto, a CONTRATADA terá que notificar, por escrito, à FISCALIZAÇÃO, para que esta decida sempre da maneira mais favorável para o CONTRATANTE.

Cláusula Vinte e Dois – Das Responsabilidades

As responsabilidades inerentes à execução do objeto contratual deste instrumento serão orientadas, dentre outras, pelas regras que seguem.

§ 1º A presença da FISCALIZAÇÃO durante a execução dos serviços e obras, quaisquer que sejam os atos praticados no desempenho de suas atribuições, não implicará solidariedade ou corresponsabilidade com a CONTRATADA, que responderá única e

integralmente pela execução dos serviços, inclusive pelos serviços executados por suas subcontratadas, na forma da legislação em vigor.

§ 2º A CONTRATADA, nos termos da legislação vigente, assume integral responsabilidade técnica e civil sobre todos os serviços de execução da obra, garantindo boas práticas técnicas e atuando com eficiência em todos os serviços que efetuar. A responsabilidade inclui também os possíveis danos causados às instalações existentes decorrentes da realização dos serviços.

§ 3º Se a CONTRATADA recusar, demorar, negligenciar ou deixar de eliminar as falhas, vícios, defeitos ou imperfeições apontadas, poderá o CONTRATANTE efetuar os reparos e substituições necessários, seja por meios próprios ou de terceiros, transformando-se os custos decorrentes, independentemente do seu montante, em dívida líquida e certa da CONTRATADA.

§ 4º A CONTRATADA responderá diretamente por todas e quaisquer perdas e danos causados em bens ou pessoas, inclusive em propriedades vizinhas, decorrentes de omissões e atos praticados por seus funcionários e prepostos, fornecedores e subcontratadas, bem como originados de infrações ou inobservância de leis, decretos, regulamentos, portarias e posturas oficiais em vigor, devendo indenizar o CONTRATANTE por quaisquer pagamentos que seja obrigado a fazer a esse título, incluindo multas, correções monetárias e acréscimos de mora.

§ 5º A CONTRATADA será responsável, nas áreas em que estiver executando os serviços, pela proteção de toda a propriedade pública e privada, rede de energia elétrica, telefone, dutos de água, esgoto e drenagem pluvial e outros serviços de utilidade pública, nas áreas do canteiro e adjacentes, devendo corrigir imediatamente, às suas expensas, quaisquer avarias que nelas provocar, deixando-as coincidentes com o seu estado original.

§ 6º A CONTRATADA deverá estudar e analisar detalhadamente o Projeto Executivo, as especificações técnicas e detalhes relativos à execução dos serviços, assumindo a responsabilidade solidária pela viabilidade técnica destes. Não poderão ser introduzidas modificações nas presentes especificações. Se porventura alterações se mostrarem necessárias, elas somente poderão ser executadas depois de tecnicamente fundamentadas e autorizadas, por escrito, pela FISCALIZAÇÃO após a formalização do respectivo documento hábil.

§ 7º A CONTRATADA não poderá alegar desconhecimento de quaisquer especificações e nem do local da obra. Para tanto, é facultado seu comparecimento ao local para confirmar ou retificar os valores quantitativos e técnicas apresentados no conjunto fornecido com as especificações (Projeto Executivo e Planilha Orçamentária).

§ 8º Correrá por conta exclusiva da CONTRATADA a responsabilidade por quaisquer acidentes de trabalho na execução dos serviços contratados.

§ 9º A CONTRATADA deverá manter (antes, durante e após o término dos serviços) sigilo absoluto sobre o conteúdo dos documentos e informações dos quais tenha tomado conhecimento em função da execução do objeto contratual, ficando expressamente vedada qualquer forma de divulgação, sob pena de responder por perdas e danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, sem prejuízo da aplicação de outras sanções cabíveis.

§ 10 As demolições porventura necessárias serão efetuadas dentro da mais perfeita técnica, tomados os devidos cuidados de forma a serem evitados danos a terceiros.

§ 11 A remoção e o transporte de todo o entulho e detritos, provenientes das demolições, serão executados pela CONTRATADA de acordo com as exigências da FISCALIZAÇÃO e da municipalidade local.

§ 12 Todas as situações de conflito ou necessidades de compatibilizações de projetos deverão ser registradas em diário de obra e serão discutidas em reuniões de trabalho entre os

responsáveis técnicos das partes e a Gerência de Engenharia e Arquitetura do TJCE, que definirá a solução final.

§ 13 Quaisquer resultados de sondagens, estudos ou ensaios do subsolo, de que disponha o CONTRATANTE, serão fornecidos a CONTRATADA, a título apenas de orientação sobre as condições do local a receber a edificação.

§ 14 Será também de sua responsabilidade, ainda que resultante de caso fortuito e por qualquer causa, a destruição ou danificação da obra em construção até a definitiva aceitação da mesma pelo CONTRATANTE, bem como indenizações que possam vir a ser devidas a terceiros por fatos oriundos dos serviços contratados, ainda que ocorridos na via pública.

Cláusula Vinte e Três – Da Legislação Aplicável

Este termo de contrato rege-se pela Lei n. 8.666/1993, suas alterações e demais leis federais correlatas, decretos, medidas provisórias, bem como pelos preceitos de Direito Público, regulamentos, instruções normativas e ordens de serviços emanados de órgãos públicos, aplicando-se, supletivamente, nos casos omissos, os princípios gerais dos contratos e demais disposições de Direito Privado.

Cláusula Vinte e Quatro – Da Publicação

Incumbirá ao CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário da Justiça eletrônico (DJe), no prazo previsto na Lei n. 8.666/1993.

Cláusula Vinte e Cinco – Das Prescrições Gerais

O Gestor do Contrato será a(o) Gerente da Gerência de Engenharia e Arquitetura do TJCE ou profissional designado, devidamente oficializado, por meio de publicação no Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal de Justiça (DJe).

§ 1º O(s) Ordenador(es) de Despesas será(ão) a Presidente do TJCE, conjuntamente com o Secretário de Administração e Infraestrutura do TJCE, que correspondem a toda e qualquer autoridade administrativa de cujos atos resultarem em emissão de empenho, autorização de pagamento, suprimento ou dispêndio, ou Autoridade por ele designado, em atendimento à Portaria n. 320/2021, datada de 17 de fevereiro de 2021, que trata de delegação de competências administrativas no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Ceará.

§ 2º As eventuais dúvidas acerca do teor das especificações deste termo de contrato deverão ser encaminhadas formalmente ao seguinte endereço: Tribunal de Justiça do Estado do Ceará – Gerência de Engenharia – (GE) - Avenida General Afonso Albuquerque Lima, s/n - Centro Administrativo Governador Virgílio Távora - Bairro Cambé - CEP 60.822-325 - Fortaleza, CE.

§ 3º Contatos poderão ser mantidos por meio dos telefones: (85) 3207.7458/3207.7456, ou pelo endereço eletrônico ge@tjce.jus.br, para esclarecimentos.

Cláusula Vinte e Seis – Da Possibilidade do Peticionamento pelo Portal do TJCE

Em caso de eventuais demandas da contratada, o novo Portal de Atendimento do TJCE para protocolo exclusivamente administrativo (CPA) permitirá consultas processuais, petições iniciais e intermediárias no âmbito dos processos administrativos, desde que realize cadastro prévio no Portal (<https://portaladmin.tjce.jus.br/atendimento/>) e possua certificado digital.

Visando a facilitar a utilização do Portal, foram disponibilizados 3 (três) vídeos tutoriais, cujos links seguem abaixo:

1) Cadastro de Usuário:

<https://www.youtube.com/watch?v=J00Yow2ywRc>

2) Peticionamento Inicial:

<https://www.youtube.com/watch?v=TNhHA6vQKdg>

3) Peticionamento Intermediário:

<https://www.youtube.com/watch?v=dT5pLHNwXyw>

Os vídeos tutoriais referenciados constarão do site do TJCE (<https://www.tjce.jus.br/>) de forma permanente.

Cláusula Vinte e Sete – Do Foro

Fica eleito o foro de Fortaleza (CE), para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Termo de Contrato, caso não possam ser resolvidos por via administrativa, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Parágrafo Único - E, por estarem justos e acertados, firmam o presente em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença da(s) testemunha(s) que também o assinam, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, devendo seu extrato ser publicado no Diário da Justiça.

Fortaleza/CE, DATA DA ÚLTIMA ASSINATURA REGISTRADA PELO SISTEMA.

ANTONIO ABELARDO BENEVIDES
MORAES:1161329730
0

Assinado de forma digital por
ANTONIO ABELARDO
BENEVIDES
MORAES:11613297300
Dados: 2023.09.11 19:34:05

Antônio Abelardo Benevides Moraes

DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TJCE

PEDRO ITALO SAMPAIO
GIRAO:01032707364

Assinado de forma digital por PEDRO
ITALO SAMPAIO GIRAO:01032707364
Dados: 2023.09.11 11:42:18 -03'00'

Pedro Ítalo Sampaio Girão

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA DO TJCE

DAVI PINHEIRO
MOREIRA:038939943
43

Assinado de forma digital por
DAVI PINHEIRO
MOREIRA:03893994343
Dados: 2023.09.07 13:31:00 -03'00'

Davi Pinheiro Moreira

REPRESENTANTE DA EMPRESA DPCON – PROJETOS, CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI.

ANEXO I DO CONTRATO

FICHA DE DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL

Dados pessoais do(s) representante(s) e/ou procurador(es), devidamente habilitados, do futuro FORNECEDOR, indicado(s) para assinatura do Contrato:

NOME	:	Davi Pinheiro Moreira
NACIONALIDADE	:	Brasileiro
ESTADO CIVIL	:	Casado
PROFISSÃO	:	Empresário
RG	:	CREA-CE 061383671-5
CPF	:	038.939.943-43
DOMICÍLIO	:	Rua Estrada do Pici, 101, Apto, 305, bloco A – Joquei Clube
CIDADE	:	Fortaleza
UF	:	CE
FONE	:	85 4101-3996
CELULAR	:	85 98542-2321
E-MAIL	:	dpcon-engenharia@hotmail.com

ANEXO II DO CONTRATO
ORÇAMENTO SINTÉTICO E ANALÍTICO

*Orçamento Analítico: composições dos serviços (págs. 1938 à 2013) do P.A. n. 8526648-10.2022.8.06.0000 digital)

CLIENTE: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ

EMPRESA: DPCON, PROJETOS CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA EXECUÇÃO DO PROJETO DE REFORMA PARCIAL DO FÓRUM CLÓVIS BEVILÁQUA EM LOTE 01 REFERENTE À REFORMA PARCIAL DOS SALÕES DO JÚRI E AUDITÓRIO, MEDIANTE O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, PELO CRITÉRIO DE JULGAMENTO DO MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE.

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA N. 003/2023 - PROCESSO N.: 8526648-10.2022.8.06.0000

FONTE: SINAPI/CE 12/2022 (COM DESONERAÇÃO)_ENCARGOS 84,35% (HORA)_SEINFRA/CE 27.1_COMPOSIÇÃO PRÓPRIA (TJCE)_BDI SERVIÇOS 25,00% - BDI EQUIPAMENTO 18,12%.

LOTE I - REFORMA PARCIAL DOS SALÕES DO JURI E AUDITÓRIO

ADMINISTRAÇÃO LOCAL

Referência	Código	Serviço	Quantidade	Unid.	Valor unitário	Custo Parcial
01.00.0001	90777	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	256,000	H	126,38	32.353,28
01.00.0002	90780	MESTRE DE OBRAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	1.344,000	H	40,05	53.827,20
Total da Obra:						86.180,48

CANTEIRO DE OBRAS

Referência	Código	Serviço	Quantidade	Unid.	Valor unitário	Custo Parcial
02.00.0001	C0370	BARRAÇÃO PARA ESCRITÓRIO TIPO A1	1,000	UD	5.756,98	5.756,98
02.00.0002	93584	EXECUÇÃO DE DEPÓSITO EM CANTEIRO DE OBRA EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA, NÃO INCLUSO MOBILIÁRIO. AF_04/2016	7,200	M2	977,60	7.038,72
02.00.0003	98459	TAPUME COM TELHA METÁLICA. AF_05/2018	25,700	M2	119,65	3.075,01
02.00.0004	C4125	LOCAÇÃO MENSAL DE ANDAIME METÁLICO	18,000	M3	6,14	110,52
Total da Obra:						15.981,23

SERVIÇOS PRELIMINARES

Referência	Código	Serviço	Quantidade	Unid.	Valor unitário	Custo Parcial
03.00.0001	TJCE51513	ART DE EXECUÇÃO DE EDIFICAÇÃO COM CONTRATO ACIMA DE R\$ 15.000,00	1,000	UN	233,94	233,94
03.00.0002	74209/1	PLACA DE OBRA EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO	2,000	M2	420,34	840,68
03.00.0003	TJCE113146	ELABORAÇÃO DE PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL (PGRCC), OBRA DE MÉDIO PORTE, INCLUINDO ART E TAXAS SEUMA	1,000	UN	1.791,82	1.791,82
03.00.0004	TJCE113150	ELABORAÇÃO DE PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS (PGR), OBRA DE MÉDIO PORTE	1,000	UN	2.474,88	2.474,88
03.00.0005	TJCE122848	ELABORAÇÃO DE PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL (PCMSO), OBRA DE MÉDIO PORTE	1,000	UN	2.469,75	2.469,75
03.00.0006	TJCE61964	APROVAÇÃO DE PROJETO E CONCESSÃO DE ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO	2.200,000	M2	1,60	3.520,00
Total da Obra:						11.331,07

REFORMA DE AUDITÓRIO

Referência	Código	Serviço	Quantidade	Unid.	Valor unitário	Custo Parcial
04.01						
DEMOLIÇÕES						
04.01.0001	97633	DEMOLIÇÃO DE REVESTIMENTO CERÂMICO, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	23,480	M2	19,28	452,69
04.01.0002	97631	DEMOLIÇÃO DE ARGAMASSAS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	90,490	M2	2,81	254,28
04.01.0003	97622	DEMOLIÇÃO DE ALVENARIA DE BLOCO FURADO, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	5,540	M3	48,18	266,92
04.01.0004	C3039	RETIRADA DE CARPETE S/REAPROVEITAMENTO	423,140	M2	4,61	1.950,68
04.01.0005	97640	REMOÇÃO DE FORROS DE DRYWALL, PVC E FIBROMINERAL, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	21,540	M2	1,40	30,16
04.01.0006	C1055	DEMOLIÇÃO DE FORRO DE TÁBUAS DE PINHO	145,420	M2	6,43	935,05
04.01.0007	TJCE123024	RETIRADA DE POLTRONAS/CADEIRAS FIXADAS COM PARAFUSOS	60,000	UN	18,70	1.122,00
04.01.0008	C1068	DEMOLIÇÃO DE PISO E VIGAS DE MADEIRA	11,000	M2	25,69	282,59
04.01.0009	C1049	DEMOLIÇÃO DE CONCRETO SIMPLES	0,570	M3	270,46	154,16
04.01.0010	C2095	RASGO EM ALVENARIA P/TUBULAÇÕES D=15 A 25mm(1/2" A 1")	177,000	MT	6,96	1.231,92
04.01.0011	72897	CARGA MANUAL DE ENTULHO EM CAMINHAO BASCULANTE 6 M3	38,220	M3	24,06	919,57
04.01.0012	C2536	TRANSPORTE HORIZONTAL ATÉ 30M DE MATERIAIS À GRANEL	38,220	M3	46,11	1.762,32
Total do Grupo:						9.362,34

Referência	Código	Serviço	Quantidade	Unid.	Valor unitário	Custo Parcial
04.02						
PAREDES E PAINÉIS						
04.02.0001	C4620	GUIA DE BALIZAMENTO EM ALVENARIA ESP.=10cm ALTURA ATÉ 15cm COMPLETAMENTE EXECUTADA E ACABAMENTO EM TEXTURA ACRÍLICA E TOPO EM CHAPIM EM PMC	2,310	MT	182,80	422,27
04.02.0002	96359	PAREDE COM PLACAS DE GESSO ACARTONADO (DRYWALL), PARA USO INTERNO, COM DUAS FACES SIMPLES E ESTRUTURA METÁLICA COM GUIAS SIMPLES, COM VÃOS AF_06/2017_PS	140,320	M2	110,52	15.508,17
04.02.0003	96372	INSTALAÇÃO DE ISOLAMENTO COM LÃ DE ROCHA EM PAREDES DRYWALL. AF_06/2017	140,320	M2	30,99	4.348,52
Total do Grupo:						20.278,96

Referência	Código	Serviço	Quantidade	Unid.	Valor unitário	Custo Parcial
04.03						
ESQUADRIAS E FERRAGENS						

CLIENTE: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ

EMPRESA: DPCON, PROJETOS CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA EXECUÇÃO DO PROJETO DE REFORMA PARCIAL DO FÓRUM CLÓVIS BEVILÁQUA EM LOTE 01 REFERENTE À REFORMA PARCIAL DOS SALÕES DO JÚRI E AUDITÓRIO, MEDIANTE O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, PELO CRITÉRIO DE JULGAMENTO DO MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE.

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA N. 003/2023 - PROCESSO N.: 8526648-10.2022.8.06.0000

FONTE: SINAPI/CE 12/2022 (COM DESONERAÇÃO)_ENCARGOS 84,35% (HORA)_SEINFRA/CE 27.1_COMPOSIÇÃO PRÓPRIA (TJCE)_BDI SERVIÇOS 25,00% - BDI EQUIPAMENTO 18,12%.

LOTE I - REFORMA PARCIAL DOS SALÕES DO JURI E AUDITÓRIO						
04.03.0001	90845	KIT DE PORTA DE MADEIRA PARA PINTURA, SEMI-OCA (PESADA OU SUPERPESADA), PADRÃO MÉDIO, 80X210CM, ESPESSURA DE 3,5CM, ITENS INCLUSOS: DOBRADIÇAS, MONTAGEM E INSTALAÇÃO DO BATENTE, FECHADURA COM EXECUÇÃO DO FURO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	2,000	UN	1.328,76	2.657,52
04.03.0002	90846	KIT DE PORTA DE MADEIRA PARA PINTURA, SEMI-OCA (PESADA OU SUPERPESADA), PADRÃO MÉDIO, 90X210CM, ESPESSURA DE 3,5CM, ITENS INCLUSOS: DOBRADIÇAS, MONTAGEM E INSTALAÇÃO DO BATENTE, FECHADURA COM EXECUÇÃO DO FURO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	2,000	UN	1.402,98	2.805,96
04.03.0003	TJCE123026	PORTA ACÚSTICA ISOLANTE DE RUÍDO, DE ABRIR, UMA FOLHA, EM CHAPA DUPLA DE MADEIRA MACIÇA OU MDF, HERMÉTICA, 70MM DE ESPESSURA TOTAL, COM ENCHIMENTO EM LÃ DE ROCHA/PET E PLACA DE GESSO ACARTONADO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	1,000	UN	9.915,00	9.915,00
04.03.0004	C1448	GUARDA CORPO DE TUBO DE AÇO INOX	12,870	MT	129,13	1.661,90
04.03.0005	C4646	CORRIMÃO DUPLA ALTURA EM AÇO INOX DIAM 1 1/2	11,280	MT	415,57	4.687,63
04.03.0006	C3651	BATE-MACAS EM AÇO INOXIDÁVEL CONTRA IMPACTO EM PORTA DE MADEIRA	1,440	M2	631,61	909,52
Total do Grupo:						22.637,53

04.04 PAVIMENTAÇÃO						
04.04.0001	87622	CONTRAPISO EM ARGAMASSA TRAÇO 1:4 (CIMENTO E AREIA), PREPARO MANUAL, APLICADO EM ÁREAS SECAS SOBRE LAJE, ADERIDO, ACABAMENTO NÃO REFORÇADO, ESPESSURA 2CM. AF_07/2021	23,480	M2	33,33	782,59
04.04.0002	87261	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO COM PLACAS TIPO PORCELANATO DE DIMENSÕES 60X60 CM APLICADA EM AMBIENTES DE ÁREA MENOR QUE 5 M². AF_06/2014	11,610	M2	149,75	1.738,60
04.04.0003	87263	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO COM PLACAS TIPO PORCELANATO DE DIMENSÕES 60X60 CM APLICADA EM AMBIENTES DE ÁREA MAIOR QUE 10 M². AF_06/2014	15,260	M2	127,78	1.949,92
04.04.0004	101745	PISO TÊXTIL (CARPETE) EM MANTA (ROLO) E = 9 A 10MM. AF_09/2020	132,280	M2	166,89	22.076,21
04.04.0005	TJCE123030	SINALIZAÇÃO EM CARPETE DE ROLO	0,750	M2	200,55	150,41
04.04.0006	98678	PISO ELEVADO COM ESTRUTURA EM AÇO, COMPOSTO POR PEDESTAIS E LONGARINAS. AF_09/2020	39,000	M2	432,25	16.857,75
04.04.0007	98689	SOLEIRA EM GRANITO, LARGURA 15 CM, ESPESSURA 2,0 CM. AF_09/2020	5,000	M	97,29	486,45
04.04.0008	TJCE123032	PORCELANATO NATURAL 15X60CM PARA RODAPÉ	21,580	M	36,83	794,79
Total do Grupo:						44.836,72

04.05 IMPERMEABILIZAÇÃO						
04.05.0001	98560	IMPERMEABILIZAÇÃO DE PISO COM ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA, COM ADITIVO IMPERMEABILIZANTE, E = 2CM. AF_06/2018	6,680	M2	46,45	310,29
04.05.0002	98561	IMPERMEABILIZAÇÃO DE PAREDES COM ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA, COM ADITIVO IMPERMEABILIZANTE, E = 2CM. AF_06/2018	32,820	M2	41,64	1.366,62
04.05.0003	98558	TRATAMENTO DE RALO OU PONTO EMERGENTE COM ARGAMASSA POLIMÉRICA / MEMBRANA ACRÍLICA REFORÇADO COM VÉU DE POLIÉSTER (MAV). AF_06/2018	2,000	UN	8,99	17,98
04.05.0004	C4571	MASTIQUE BETUMINOSO MODIFICADO COM POLIURETANO, TIXOTRÓPICO, BICOMPONENTE PARA JUNTA DE DILATAÇÃO	14,640	MT	29,11	426,17
Total do Grupo:						2.121,06

04.06 PINTURA						
04.06.0001	88497	APLICAÇÃO E LIXAMENTO DE MASSA LÁTEX EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_06/2014	242,480	M2	13,60	3.297,73
04.06.0002	88496	APLICAÇÃO E LIXAMENTO DE MASSA LÁTEX EM TETO, DUAS DEMÃOS. AF_06/2014	93,510	M2	25,00	2.337,75
04.06.0003	88485	APLICAÇÃO DE FUNDO SELADOR ACRÍLICO EM PAREDES, UMA DEMÃO. AF_06/2014	242,480	M2	2,46	596,50
04.06.0004	88484	APLICAÇÃO DE FUNDO SELADOR ACRÍLICO EM TETO, UMA DEMÃO. AF_06/2014	93,510	M2	2,84	265,57
04.06.0005	88489	APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA LÁTEX ACRÍLICA EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_06/2014	242,480	M2	12,98	3.147,39
04.06.0006	88488	APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA LÁTEX ACRÍLICA EM TETO, DUAS DEMÃOS. AF_06/2014	93,510	M2	14,74	1.378,34
04.06.0007	102200	APLICAÇÃO MASSA ALQUÍDICA PARA MADEIRA, PARA PINTURA COM TINTA DE ACABAMENTO (PIGMENTADA). AF_01/2021	17,850	M2	15,86	283,10
04.06.0008	102219	PINTURA TINTA DE ACABAMENTO (PIGMENTADA) ESMALTE SINTÉTICO ACETINADO EM MADEIRA, 2DEMÃOS. AF_01/2021	17,850	M2	15,19	271,14

04

CLIENTE: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ
EMPRESA: DPCON, PROJETOS CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA EXECUÇÃO DO PROJETO DE REFORMA PARCIAL DO FÓRUM CLÓVIS BEVILÁQUA EM LOTE 01 REFERENTE À REFORMA PARCIAL DOS SALÕES DO JÚRI E AUDITÓRIO, MEDIANTE O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, PELO CRITÉRIO DE JULGAMENTO DO MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE.

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA N. 003/2023 - PROCESSO N.: 8526648-10.2022.8.06.0000

FONTE: SINAPI/CE 12/2022 (COM DESONERAÇÃO)_ENCARGOS 84,35% (HORA)_SEINFRA/CE 27.1_COMPOSIÇÃO PRÓPRIA (TJCE)_BDI SERVIÇOS 25,00% - BDI EQUIPAMENTO 18,12%.

LOTE I - REFORMA PARCIAL DOS SALÕES DO JURI E AUDITÓRIO

Total do Grupo: 11.577,52

04.07						
INSTALAÇÕES DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO						
04.07.0001	95749	ELETRODUTO DE AÇO GALVANIZADO, CLASSE LEVE, DN 20 MM (3/4), APARENTE, INSTALADO EM PAREDE- FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2016_P	47,000	M	26,40	1.240,80
04.07.0002	C0621	CAIXA DE LIGAÇÃO EM CHAPA AÇO ESTAMPADA, 3"X3",4"X2",4"X4"	9,000	UD	8,29	74,61
04.07.0003	TJCE123047	CABO BLINDADO PARA ALARME E DETECÇÃO DE INCÊNDIO 3X1,5MM ²	140,000	M	21,84	3.057,60
04.07.0004	C4041	DETECTOR IÔNICO DE FUMAÇA, MONTAGEM DE TETO, C/ BASE ALIMENTAÇÃO 220VAC, UMA SAÍDA DIGITAL - INSTALADO	7,000	UD	215,34	1.507,38
04.07.0005	C4042	ALARME SONORO/VISUAL, SIRENE 120 dB, COM ACIONADOR MANUAL, ALIMENTAÇÃO 220 VAC - INSTALADO	2,000	UD	225,80	451,60
04.07.0006	97599	LUMINÁRIA DE EMERGÊNCIA, COM 30 LÂMPADAS LED DE 2 W, SEM REATOR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_02/2020	5,000	UN	26,85	134,25
04.07.0007	101908	EXTINTOR DE INCÊNDIO PORTÁTIL COM CARGA DE PQS DE 4 KG, CLASSE BC - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020_P	1,000	UN	254,76	254,76
04.07.0008	C4626	PLACA EM ALUMÍNIO 15x30cm C/ VINIL APLICADO EM 1FACE E FIXAÇÃO COM FITA DÚPLA FACE (FORNECIMENTO E MONTAGEM)	6,000	UD	17,95	107,70
04.07.0009	C4649	SINALIZAÇÃO PARA EXTINTOR	3,000	UD	52,11	156,33
					Total do Grupo:	6.985,03

04.08						
INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS						
04.08.0001	91785	(COMPOSIÇÃO REPRESENTATIVA) DO SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE TUBOS DE PVC, SOLDÁVEL, ÁGUA FRIA, DN 25 MM (INSTALADO EM RAMAL, SUB-RAMAL, RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO OU PRUMADA), INCLUSIVE CONEXÕES, CORTES E FIXAÇÕES, PARA PRÉDIOS. AF_10/2015	50,000	M	40,60	2.030,00
04.08.0002	91792	(COMPOSIÇÃO REPRESENTATIVA) DO SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE TUBO DE PVC, SÉRIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 40 MM (INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO), INCLUSIVE CONEXÕES, CORTES E FIXAÇÕES, PARA PRÉDIOS. AF_10/2015	8,000	M	56,18	449,44
04.08.0003	91793	(COMPOSIÇÃO REPRESENTATIVA) DO SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE TUBO DE PVC, SÉRIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 MM (INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO), INCLUSIVE CONEXÕES, CORTES E FIXAÇÕES PARA, PRÉDIOS. AF_10/2015	26,000	M	91,68	2.383,68
04.08.0004	91795	(COMPOSIÇÃO REPRESENTATIVA) DO SERVIÇO DE INST. TUBO PVC, SÉRIE N, ESGOTO PREDIAL, 100 MM (INST. RAMAL DESCARGA, RAMAL DE ESG. SANIT., PRUMADA ESG. SANIT., VENTILAÇÃO OU SUB-COLETOR AÉREO), INCL. CONEXÕES E CORTES, FIXAÇÕES, P/ PRÉDIOS. AF_10/2015	35,000	M	66,23	2.318,05
04.08.0005	89987	REGISTRO DE GAVETA BRUTO, LATÃO, ROSCÁVEL, 3/4", COM ACABAMENTO E CANOPLA CROMADOS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2021	2,000	UN	87,34	174,68
04.08.0006	C4925	CAIXA SIFONADA PVC 100 X 100 X 50MM, ACABAMENTO INOX (GRELHA OU TAMPA CEGA)	2,000	UN	48,54	97,08
					Total do Grupo:	7.452,93

04.09						
LOUÇAS, METAIS E ACESSÓRIOS						
04.09.0001	TJCE96055	VASO SANITÁRIO (SEM ABERTURA FRONTAL) COM CAIXA ACOPLADA ACESSÍVEL	2,000	UN	737,13	1.474,26
04.09.0002	TJCE61147	ASSENTO SANITÁRIO PLÁSTICO COMPATÍVEL COM A BACIA SANITÁRIA TIPO MICROBAN	2,000	UN	44,95	89,90
04.09.0003	TJCE61290	LAVATÓRIO MÉDIO DE LOUÇA BRANCA C/ COLUNA SUSPensa E ACESSÓRIOS, S/ TORNEIRA	2,000	UND	988,83	1.977,66
04.09.0004	TJCE95897	TORNEIRA DE MESA COM ALAVANCA PARA LAVATÓRIO FECHAMENTO AUTOMÁTICO	2,000	UN	690,79	1.381,58
04.09.0005	TJCE60519	PORTA PAPEL TOALHA EM ABS	2,000	UN	63,03	126,06
04.09.0006	TJCE61038	PORTA SABONETE LIQUIDO EM ABS	2,000	UN	60,83	121,66
04.09.0007	TJCE60515	PORTA PAPEL HIGIÊNICO EM ABS PARA ROLO DE 300 A500M	2,000	UN	63,03	126,06
04.09.0008	100867	BARRA DE APOIO RETA, EM ACO INOX POLIDO, COMPRIMENTO 70 CM, FIXADA NA PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	2,000	UN	369,86	739,72
04.09.0009	100868	BARRA DE APOIO RETA, EM ACO INOX POLIDO, COMPRIMENTO 80 CM, FIXADA NA PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	4,000	UN	384,31	1.537,24
04.09.0010	TJCE123050	BARRA DE APOIO RETA, EM ACO INOX POLIDO, COMPRIMENTO 30 CM, FIXADA NA PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	2,000	UN	254,58	509,16
04.09.0011	TJCE123051	BARRA DE APOIO RETA, EM ACO INOX POLIDO, COMPRIMENTO 40 CM, FIXADA NA PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	4,000	UN	272,51	1.090,04
04.09.0012	C4835	ESPELHO CRISTAL, ESPESSURA 4MM, COM PARAFUSOS DE FIXAÇÃO, SEM MOLDURA	0,810	M2	459,86	372,49

CLIENTE: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ

EMPRESA: DPCON, PROJETOS CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA EXECUÇÃO DO PROJETO DE REFORMA PARCIAL DO FÓRUM CLÓVIS BEVLÁQUA EM LOTE 01 REFERENTE À REFORMA PARCIAL DOS SALÕES DO JÚRI E AUDITÓRIO, MEDIANTE O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, PELO CRITÉRIO DE JULGAMENTO DO MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE.

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA N. 003/2023 - PROCESSO N.: 8526648-10.2022.8.06.0000

FONTE: SINAPI/CE 12/2022 (COM DESONERAÇÃO)_ENCARGOS 84,35% (HORA)_SEINFRA/CE 27.1_COMPOSIÇÃO PRÓPRIA (TJCE)_BDI SERVIÇOS 25,00% - BDI EQUIPAMENTO 18,12%.

LOTE I - REFORMA PARCIAL DOS SALÕES DO JURI E AUDITÓRIO

Total do Grupo: 9.545,83

04.10		INSTALAÇÕES ELÉTRICAS					
04.10.0001	91871	ELETRODUTO RÍGIDO ROSCÁVEL, PVC, DN 25 MM (3/4"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	121,500	M	11,86	1.440,99	
04.10.0002	91872	ELETRODUTO RÍGIDO ROSCÁVEL, PVC, DN 32 MM (1"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	18,000	M	15,43	277,74	
04.10.0003	91855	ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO REFORÇADO, PVC, DN 25 MM (3/4"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	178,500	M	9,85	1.758,23	
04.10.0004	91857	ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO REFORÇADO, PVC, DN 32 MM (1"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	24,000	M	14,03	336,72	
04.10.0005	C1179	ELETRODUTO DE ALUMÍNIO, INCLUSIVE CONEXÕES DE 3/4"	39,000	MT	24,03	937,17	
04.10.0006	C1181	ELETRODUTO DE ALUMÍNIO, INCLUSIVE CONEXÕES DE 1"	100,000	MT	30,66	3.066,00	
04.10.0007	95817	CONDULETE DE PVC, TIPO X, PARA ELETRODUTO DE PVC SOLDÁVEL DN 25 MM (3/4"), APARENTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2016	91,000	UN	30,50	2.775,50	
04.10.0008	95818	CONDULETE DE PVC, TIPO X, PARA ELETRODUTO DE PVC SOLDÁVEL DN 32 MM (1"), APARENTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2016	16,000	UN	42,26	676,16	
04.10.0009	91939	CAIXA RETANGULAR 4" X 2" ALTA (2,00 M DO PISO), PVC, INSTALADA EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	39,000	UN	25,06	977,34	
04.10.0010	91942	CAIXA RETANGULAR 4" X 4" ALTA (2,00 M DO PISO), PVC, INSTALADA EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	2,000	UN	30,49	60,98	
04.10.0011	C1158	DUTO PERFURADO - ELETROCALHA CHAPA DE AÇO (50X50)mm	44,000	MT	54,30	2.389,20	
04.10.0012	C2301	TAMPA NORMAL P/DUTO PERFURADO, ATE (100X100)mm	44,000	MT	69,18	3.043,92	
04.10.0013	TJCE123055	CURVA 90º HORIZONTAL PARA ELETROCALHA METÁLICA 50X50MM	3,000	UN	20,28	60,84	
04.10.0014	TJCE123056	TÊ HORIZONTAL PARA ELETROCALHA METÁLICA 50X50MM	1,000	UN	39,64	39,64	
04.10.0015	TJCE123057	CURVA DE INVERSÃO PARA ELETROCALHA METÁLICA 50X50MM	1,000	UN	48,75	48,75	
04.10.0016	TJCE82019	SAÍDA HORIZONTAL DE ELETROCALHA PARA ELETRODUTO D = 3/4"	18,000	UN	4,23	76,14	
04.10.0017	C3484	SUPORTE DE EQUIPAMENTOS P/INSTALAÇÃO DE TOMADAS E INTERRUPTORES EM DUTOS DE ALUMÍNIO C/DIM. 73MM X 25MM	8,000	UD	18,61	148,88	
04.10.0018	C0598	CAIXA DE DERIVAÇÃO NO PISO 300X300MM OU 420X420MM	4,000	UD	81,10	324,40	
04.10.0019	91170	FIXAÇÃO DE TUBOS HORIZONTAIS DE PVC, CPVC OU COBRE DIÂMETROS MENORES OU IGUAIS A 40 MM OU ELETROCALHAS ATÉ 150MM DE LARGURA, COM ABRAÇADEIRA METÁLICA RÍGIDA TIPO D 1/2, FIXADA EM PERFILADO EM LAJE. AF_05/2015	322,500	M	3,40	1.096,50	
04.10.0020	91996	TOMADA MÉDIA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	42,000	UN	28,71	1.205,82	
04.10.0021	91953	INTERRUPTOR SIMPLES (1 MÓDULO), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	4,000	UN	24,15	96,60	
04.10.0022	91959	INTERRUPTOR SIMPLES (2 MÓDULOS), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	2,000	UN	38,26	76,52	
04.10.0023	91967	INTERRUPTOR SIMPLES (3 MÓDULOS), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	1,000	UN	52,35	52,35	
04.10.0024	C4932	TOMADA SIMPLES DE PISO PARA LÓGICA RJ45, 8 FIOS, CAT-6E, COMPLETA (PLACA/TAMPA EM LATÃO 4"x2", COM 1 CONECTOR, EXCETO CAIXA 4"x2")	17,000	UN	54,10	919,70	
04.10.0025	TJCE78899	CABO DE COBRE ISOLAMENTO TERMOPLASTICO 750V2,5MM2 ANTI-CHAMA, NÃO HALOGENADO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	2.124,000	M	5,05	10.726,20	
04.10.0026	TJCE80577	CABO DE COBRE ISOLAMENTO TERMOPLASTICO 750V4,0MM2 ANTI-CHAMA, NÃO HALOGENADO	14,000	M	7,91	110,74	
04.10.0027	TJCE80592	CABO DE COBRE ISOLAMENTO TERMOPLASTICO 0,6/1KV 16MM2 ANTI-CHAMA, NÃO HALOGENADO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	228,000	M	14,65	3.340,20	
04.10.0028	TJCE81591	CABO DE COBRE ISOLAMENTO TERMOPLASTICO 0,6/1KV 25MM2 ANTI-CHAMA, NÃO HALOGENADO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	880,000	M	30,65	26.972,00	
04.10.0029	98297	CABO ELETRÔNICO CATEGORIA 6, INSTALADO EM EDIFICAÇÃO INSTITUCIONAL - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2019	400,000	M	7,71	3.084,00	
04.10.0030	C3751	CABO DE FIBRA ÓPTICA, 02 PARES	235,000	MT	8,21	1.929,35	
04.10.0031	TJCE123062	LUMINÁRIA COMERCIAL DE EMBUTIR LED 35W EM CHAPA DE AÇO PINTURA ELETROSTÁTICA REFLETOR EM ALUMÍNIO 4.200LM	45,000	UN	516,33	23.234,85	
04.10.0032	TJCE123063	LUMINÁRIA DOWNLIGHT DE EMBUTIR LED 12W, CORPO EM ALUMÍNIO 1.200LM	4,000	UN	191,66	766,64	
04.10.0033	TJCE123064	LUMINÁRIA DOWNLIGHT DE SOBREPOR LED 12W, CORPO EM ALUMÍNIO 1.200LM	5,000	UN	245,56	1.227,80	
04.10.0034	TJCE123065	FITA DE LED 13MM	46,000	M	22,36	1.028,56	

CLIENTE: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ
 EMPRESA: DPCON, PROJETOS CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA
 OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA EXECUÇÃO DO PROJETO DE REFORMA PARCIAL DO FÓRUM CLÓVIS BEVLÁQUA EM LOTE 01 REFERENTE À REFORMA PARCIAL DOS SALÕES DO JÚRI E AUDITÓRIO, MEDIANTE O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, PELO CRITÉRIO DE JULGAMENTO DO MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE.

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA N. 003/2023 - PROCESSO N.: 8526648-10.2022.8.06.0000

FONTE: SINAPI/CE 12/2022 (COM DESONERAÇÃO)_ENCARGOS 84,35% (HORA)_SEINFRA/CE 27.1_COMPOSIÇÃO PRÓPRIA (TJCE)_BDI SERVIÇOS 25,00% - BDI EQUIPAMENTO 18,12%.

LOTE I - REFORMA PARCIAL DOS SALÕES DO JURI E AUDITÓRIO						
04.10.0035	TJCE60819	PLUG PROLONGADOR (2P+T)-10A-250V	45,000	UD	17,60	792,00
04.10.0036	C2077	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE LUZ EMBUTIR ATE 6DIVISÕES, C/BARRAMENTO	1,000	UD	180,44	180,44
04.10.0037	C2068	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE LUZ EMBUTIR ATÉ 24DIVISÕES 332X332X95mm, C/BARRAMENTO	1,000	UD	329,53	329,53
04.10.0038	93653	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 10A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	5,000	UN	12,54	62,70
04.10.0039	93654	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 16A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	8,000	UN	13,08	104,64
04.10.0040	93669	DISJUNTOR TRIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 20A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	2,000	UN	83,19	166,38
04.10.0041	93670	DISJUNTOR TRIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 25A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	2,000	UN	83,19	166,38
04.10.0042	C4562	DISPOSITIVO DE PROTEÇÃO CONTRA SURTOS DE TENSÃO - DPS's - 40 KA/440V	8,000	UD	176,86	1.414,88
04.10.0043	C3764	RACK FECHADO 24 U'S, 670mm, PROFUNDIDADE PADRÃO 19"	1,000	UD	2.403,48	2.403,48
04.10.0044	98302	PATCH PANEL 24 PORTAS, CATEGORIA 6 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2019	1,000	UN	1.186,74	1.186,74
04.10.0045	C4532	ADAPTER CABLE, CATEGORIA "6" DE 2,50m	34,000	UD	29,36	998,24
04.10.0046	C4568	ORGANIZADOR DE CABOS HORIZONTAL, ABERTO, PADRÃO RACK 19"	2,000	UD	40,03	80,06
04.10.0047	C4569	RÉGUA DE TOMADAS ELÉTRICAS, COM 08 TOMADAS, PADRÃO RACK 19"	1,000	UD	97,61	97,61
04.10.0048	C4567	BANDEJA MÓVEL, PADRÃO 19"	1,000	UD	61,31	61,31
04.10.0049	TJCE60963	CERTIFICAÇÃO DE PONTO DE REDE ESTRUTURADA	17,000	PT	67,24	1.143,08
04.10.0050	C4033	NO-BREAK TRIFÁSICO, 380/380 VAC-LL, 60 Hz, 2000VA, BATERIAS INCORPORADAS, AUTO-PORTANTE EM GABINETE IP-44 - INSTALADO	1,000	CJ	2.277,53	2.277,53
04.10.0051	C1406	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE BARRAMENTO DE COBRE P/QUADROS	0,300	KG	125,00	37,50
Total do Grupo:						105.808,93

04.11 CLIMATIZAÇÃO						
04.11.0001	TJCE123074	UNIDADE CONDENSADORA DE 24,0HP - COOLING ONLY- CONDENSAÇÃO A AR - 380V/3PH - MODULAR	1,000	UN	52.249,67	52.249,67
04.11.0002	TJCE123076	EQUIPAMENTO CONDICIONADOR DE AR - EXPANSÃO DIRETA TIPO VRF, MÓDULO EVAPORADOR CASSETE - GABINETE ISOLADO P/ INSTALAÇÃO INTERNA: CAPACIDADE NOMINAL 3,0 HP (27.296 BTU/H). ACIONAMENTO ELÉTRICO 220V/1Ø/60HZ - 0,07 KW C/QUADRO ELÉTRICO INTEGRADO.	5,000	UN	5.842,35	29.211,75
04.11.0003	TJCE123078	EQUIPAMENTO CONDICIONADOR DE AR - EXPANSÃO DIRETA TIPO VRF, MÓDULO EVAPORADOR TETO EMBUTIDO - GABINETE ISOLADO P/ INSTALAÇÃO INTERNA: CAPACIDADE NOMINAL 5,0 HP (48.000 BTU/H). 100% AR EXTERNO PARA RENOVAÇÃO. ACIONAMENTO ELÉTRICO 220V/3Ø/60HZ - 0,45 KW C/QUADRO ELÉTRICO INTEGRADO.	1,000	UN	6.471,48	6.471,48
1.0004	TJCE123080	EQUIPAMENTO CONDICIONADOR DE AR - EXPANSÃO DIRETA TIPO VRF, MÓDULO EVAPORADOR HI-WALL - GABINETE ISOLADO P/ INSTALAÇÃO INTERNA: CAPACIDADE NOMINAL 1,0 HP (9.600 BTU/H). ACIONAMENTO ELÉTRICO 220V/1Ø/60HZ - 0,02 KW C/QUADRO ELÉTRICO INTEGRADO.	1,000	UN	3.494,59	3.494,59
04.11.0005	TJCE123083	EQUIPAMENTO CONDICIONADOR DE AR - EXPANSÃO DIRETA TIPO VRF, MÓDULO EVAPORADOR HI-WALL - GABINETE ISOLADO P/ INSTALAÇÃO INTERNA: CAPACIDADE NOMINAL 2,0 HP (19.100 BTU/H). ACIONAMENTO ELÉTRICO 220V/1Ø/60HZ - 0,03 KW C/QUADRO ELÉTRICO INTEGRADO.	1,000	UN	4.769,67	4.769,67
04.11.0006	C4776	REDE FRIGORÍGENA C/ TUBO DE COBRE 1/4" FLEXÍVEL, ISOLADO COM BORRACHA ELASTOMÉRICA, SUSTENTAÇÃO, SOLDA E LIMPEZA	4,000	M	50,20	200,80
04.11.0007	C4777	REDE FRIGORÍGENA C/ TUBO DE COBRE 3/8" FLEXÍVEL, ISOLADO COM BORRACHA ELASTOMÉRICA, SUSTENTAÇÃO, SOLDA E LIMPEZA	38,000	M	50,54	1.920,52
04.11.0008	C4778	REDE FRIGORÍGENA C/ TUBO DE COBRE 1/2" FLEXÍVEL, ISOLADO COM BORRACHA ELASTOMÉRICA, SUSTENTAÇÃO, SOLDA E LIMPEZA	6,000	M	64,24	385,44
04.11.0009	C4779	REDE FRIGORÍGENA C/ TUBO DE COBRE 5/8" FLEXÍVEL, ISOLADO COM BORRACHA ELASTOMÉRICA, SUSTENTAÇÃO, SOLDA E LIMPEZA	38,000	M	75,90	2.884,20
04.11.0010	C4780	REDE FRIGORÍGENA C/ TUBO DE COBRE 3/4" FLEXÍVEL, ISOLADO COM BORRACHA ELASTOMÉRICA, SUSTENTAÇÃO, SOLDA E LIMPEZA	13,000	M	88,68	1.152,84
04.11.0011	C4781	REDE FRIGORÍGENA C/ TUBO DE COBRE 7/8" FLEXÍVEL, ISOLADO COM BORRACHA ELASTOMÉRICA, SUSTENTAÇÃO, SOLDA E LIMPEZA	1,000	M	86,06	86,06
04.11.0012	C4784	REDE FRIGORÍGENA C/ TUBO DE COBRE 1", ISOLADO COM BORRACHA ELASTOMÉRICA, SUSTENTAÇÃO, SOLDA E LIMPEZA	2,000	M	105,15	210,30
04.11.0013	C4785	REDE FRIGORÍGENA C/ TUBO DE COBRE 1 1/8", ISOLADO COM BORRACHA ELASTOMÉRICA, SUSTENTAÇÃO, SOLDA E LIMPEZA	14,000	M	107,10	1.499,40
04.11.0014	TJCE123087	MULTIKIT - R410A - LINE BRANCH - E1025NB2	4,000	UN	435,09	1.740,36
04.11.0015	TJCE123088	MULTIKIT - R410A - LINE BRANCH - E1625NB2	2,000	UN	503,70	1.007,40
04.11.0016	TJCE123089	MULTIKIT - R410A - LINE BRANCH - E2425NB2	1,000	UN	605,46	605,46

CLIENTE: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ
EMPRESA: DPCON, PROJETOS CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA EXECUÇÃO DO PROJETO DE REFORMA PARCIAL DO FÓRUM CLÓVIS BEVILÁQUA EM LOTE 01 REFERENTE À REFORMA PARCIAL DOS SALÕES DO JÚRI E AUDITÓRIO, MEDIANTE O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, PELO CRITÉRIO DE JULGAMENTO DO MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE.

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA N. 003/2023 - PROCESSO N.: 8526648-10.2022.8.06.0000

FONTE: SINAPI/CE 12/2022 (COM DESONERAÇÃO)_ENCARGOS 84,35% (HORA)_SEINFRA/CE 27.1_COMPOSIÇÃO PROPRÍA (TJCE)_BDI SERVIÇOS 25,00% - BDI EQUIPAMENTO 18,12%.

LOTE I - REFORMA PARCIAL DOS SALÕES DO JURI E AUDITÓRIO						
04.11.0017	C4119	REDE DE INSUFLAMENTO/RETORNO, C/ DUTOS EM CHAPA GALVANIZADA, DEFLETORES, CHAVEAMENTOS, FIXAÇÕES, ISOLAMENTO TÉRMICO EM MANTAS DE LÃ DE ROCHA OU VIDRO, DUTOS FLEXÍVEIS DE LIGAÇÃO ETC.	168,000	KG	15,63	2.625,84
04.11.0018	TJCE123091	PORTA DE INSPECAO P/ DUTOS AR CONDICIONADO+ISOLAM.250x150mm	6,000	UN	146,40	878,40
04.11.0019	TJCE122474	DUTO FLEXÍVEL ISOLADO PARA CLIMATIZAÇÃO D=150MM	3,000	M	29,85	89,55
04.11.0020	TJCE122478	DUTO FLEXÍVEL ISOLADO PARA CLIMATIZAÇÃO D=250MM	7,000	M	53,28	372,96
04.11.0021	TJCE77592	CARGA DE GÁS R401-A	11,350	KG	60,24	683,72
04.11.0022	TJCE123096	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE VÁLVULA ESFERA Ø 1/4" GBC PARA REDE FRIGORÍGENA.	2,000	UN	187,36	374,72
04.11.0023	TJCE123097	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE VÁLVULA ESFERA Ø 3/8" GBC PARA REDE FRIGORÍGENA.	6,000	UN	136,25	817,50
04.11.0024	TJCE123098	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE VÁLVULA ESFERA Ø 1/2" GBC PARA REDE FRIGORÍGENA.	2,000	UN	158,48	316,96
04.11.0025	TJCE123099	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE VÁLVULA ESFERA Ø 5/8" GBC PARA REDE FRIGORÍGENA.	6,000	UN	179,33	1.075,98
1.0026	C3873	GRELHA DE INSUFLAMENTO/RETORNO, EM ALUMÍNIO ATÉ 0,25 M2 (FORNECIMENTO E MONTAGEM)	2,000	UD	138,31	276,62
04.11.0027	C3874	GRELHA DE INSUFLAMENTO/RETORNO, EM ALUMÍNIO DE 0,26 M2 À 0,49 M2 (FORNECIMENTO E MONTAGEM)	2,000	UD	205,43	410,86
04.11.0028	TJCE123103	REGISTRO DE VAZÃO CONSTANTE FABRICADO EM PLÁSTICO RESISTENTE A TEMPERATURA MÁXIMA DE TRABALHO DE 60°C 50 A 100M³/H	1,000	UN	470,16	470,16
04.11.0029	TJCE123104	REGISTRO DE VAZÃO CONSTANTE FABRICADO EM PLÁSTICO RESISTENTE A TEMPERATURA MÁXIMA DE TRABALHO DE 60°C 100 A 180M³/H	1,000	UN	493,25	493,25
04.11.0030	TJCE123105	REGISTRO DE VAZÃO CONSTANTE FABRICADO EM PLÁSTICO RESISTENTE A TEMPERATURA MÁXIMA DE TRABALHO DE 60°C 300 A 5000M³/H	4,000	UN	742,46	2.969,84
04.11.0031	TJCE123108	AMORTECEDOR CALÇO P 100x100x25mm 700KG VIBRA- STOP (CJ 4 UNIDADES)	1,000	UN	117,85	117,85
04.11.0032	TJCE123109	COLARINHO EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO, SEM REGISTO 8" (200mm)	12,000	UN	60,33	723,96
04.11.0033	89865	TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, INSTALADO EM DRENO DE AR-CONDICIONADO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2022	96,000	M	15,46	1.484,16
Total do Grupo:						122.072,27

04.12 SINALIZAÇÃO						
04.12.0001	C4648	PLACAS COM BRAILLE PARA SINALIZAÇÃO TÁTIL	5,000	UD	68,85	344,25
04.12.0002	TJCE123148	PLACA EM ACRÍLICO PRETO, COM VINIL ADESIVO, DIMENSÕES 20X20CM FIXADA COM FITA DUPLA FACE	2,000	UN	83,02	166,04
04.12.0003	TJCE123150	PLACA EM ACRÍLICO PRETO, COM VINIL ADESIVO, DIMENSÕES 30X8CM FIXADA COM FITA DUPLA FACE	3,000	UN	83,02	249,06
04.12.0004	TJCE123152	PISO TÁTIL ALERTA - ELEMENTOS EM INOX	200,000	UN	1,59	318,00
Total do Grupo:						1.077,35

04.13 DIVERSOS						
04.13.0001	TJCE123155	BANCADA DE MÁRMORE NERO MARQUINA ACABAMENTO ALTO BRILHO	4,520	M2	2.896,06	13.090,19
04.13.0002	TJCE123156	REVESTIMENTO COM PLACA MDF 6MM	21,040	M2	109,90	2.312,30
04.13.0003	C2216	REVESTIMENTO C/LAMINADO MELAMÍNICO COLADO	21,040	M2	61,49	1.293,75
04.13.0004	TJCE123158	ESTRUTURA EM TUBO RETANGULAR METALON	30,640	M	42,40	1.299,14
04.13.0005	C0353	BALCÃO EM BRUMASA REVESTIDO EM FÓRMICA	5,060	M2	557,80	2.822,47
Total do Grupo:						20.817,85

Total da obra: 384.574,32

REFORMA DOS SALÕES DO JURI						
Referência	Código	Serviço	Quantidade	Unid.	Valor unitário	Custo Parcial
05.01 DEMOLIÇÕES						
05.01.0001	97633	DEMOLIÇÃO DE REVESTIMENTO CERÂMICO, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	732,720	M2	19,28	14.126,84
05.01.0002	97622	DEMOLIÇÃO DE ALVENARIA DE BLOCO FURADO, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	5,220	M3	48,18	251,50
05.01.0003	C3039	RETIRADA DE CARPETE S/REAPROVEITAMENTO	1.691,060	M2	4,61	7.795,79
05.01.0004	97640	REMOÇÃO DE FORROS DE DRYWALL, PVC E FIBROMINERAL, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	427,040	M2	1,40	597,86
05.01.0005	C1055	DEMOLIÇÃO DE FORRO DE TÁBUAS DE PINHO	577,720	M2	6,43	3.714,74
05.01.0006	TJCE123024	RETIRADA DE POLTRONAS/CADEIRAS FIXADAS COM PARAFUSOS	414,000	UN	18,70	7.741,80
05.01.0007	C1050	DEMOLIÇÃO DE DIVISÓRIA LEVE	32,540	M2	27,49	894,52

CLIENTE: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ
 EMPRESA: DPCON, PROJETOS CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA EXECUÇÃO DO PROJETO DE REFORMA PARCIAL DO FÓRUM CLÓVIS BEVILÁQUA EM LOTE 01 REFERENTE À REFORMA PARCIAL DOS SALÕES DO JÚRI E AUDITÓRIO, MEDIANTE O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, PELO CRITÉRIO DE JULGAMENTO DO MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE.

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA N. 003/2023 - PROCESSO N.: 8526648-10.2022.8.06.0000

FONTE: SINAPI/CE 12/2022 (COM DESONERAÇÃO)_ENCARGOS 84,35% (HORA)_SEINFRA/CE 27.1_COMPOSIÇÃO PROPRÍA (TJCE)_BDI SERVIÇOS 25,00% - BDI EQUIPAMENTO 18,12%.

LOTE I - REFORMA PARCIAL DOS SALÕES DO JURI E AUDITÓRIO						
05.01.0008	97644	REMOÇÃO DE PORTAS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	68,880	M2	7,88	542,77
05.01.0009	97663	REMOÇÃO DE LOUÇAS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	31,000	UN	10,38	321,78
05.01.0010	97666	REMOÇÃO DE METAIS SANITÁRIOS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	16,000	UN	7,56	120,96
05.01.0011	TJCE78813	REMOCAO DE TAMPO EM MARMORE OU GRANITO PARA BALCÃO	3,940	M2	37,45	147,55
05.01.0012	C1049	DEMOLIÇÃO DE CONCRETO SIMPLES	3,510	M3	270,46	949,31
05.01.0013	C2095	RASGO EM ALVENARIA P/TUBULAÇÕES D=15 A 25mm(1/2" A 1")	397,000	MT	6,96	2.763,12
05.01.0014	72897	CARGA MANUAL DE ENTULHO EM CAMINHAO BASCULANTE 6 M3	164,290	M3	24,06	3.952,82
05.01.0015	C2537	TRANSPORTE HORIZONTAL DE 30,00 ATÉ 60,00M DE MATERIAIS À GRANEL	164,290	M3	57,19	9.395,75
Total do Grupo:						53.317,11

05.02 PAREDES E PAINÉIS						
05.02.0001	103325	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA VERTICAL DE 14X19X39 CM (ESPESSURA 14 CM) E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COMPAREO MANUAL. AF_12/2021	38,410	M2	65,23	2.505,48
05.02.0002	102253	DIVISORIA SANITÁRIA, TIPO CABINE, EM GRANITO CINZA POLIDO, ESP = 3CM, ASSENTADO COM ARGAMASSA COLANTE AC III-E, EXCLUSIVE FERRAGENS. AF_01/2021	20,930	M2	745,70	15.607,50
Total do Grupo:						18.112,98

05.03 PAREDES E PAINÉIS						
05.03.0001	90845	KIT DE PORTA DE MADEIRA PARA PINTURA, SEMI-OCA (PESADA OU SUPERPESADA), PADRÃO MÉDIO, 80X210CM, ESPESSURA DE 3,5CM, ITENS INCLUSOS: DOBRADIÇAS, MONTAGEM E INSTALAÇÃO DO BATENTE, FECHADURA COM EXECUÇÃO DO FURO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	29,000	UN	1.328,76	38.534,04
05.03.0002	90846	KIT DE PORTA DE MADEIRA PARA PINTURA, SEMI-OCA (PESADA OU SUPERPESADA), PADRÃO MÉDIO, 90X210CM, ESPESSURA DE 3,5CM, ITENS INCLUSOS: DOBRADIÇAS, MONTAGEM E INSTALAÇÃO DO BATENTE, FECHADURA COM EXECUÇÃO DO FURO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	3,000	UN	1.402,98	4.208,94
05.03.0003	TJCE123028	PORTAS DE 0,60 X 1,60M DE ALTURA, ELEVADAS 0,20M DO PISO, LAMINADO ESTRUTURAL TS. PERFIS BATENTES DE ALUMÍNIO, NA MESMA ALTURA DAS PORTAS: COM PINTURA ELETROSTÁTICA BRILHANTE NA COR PRETA. FERRAGENS DAS PORTAS ESPECIAIS, DOBRADIÇAS AUTOMÁTICAS DE ALUMÍNIO (03 POR PORTA): COM PINTURA ELETROSTÁTICA BRILHANTE NA COR PRETA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	9,000	UN	1.831,55	16.483,95
05.03.0004	C4643	INSTALAÇÃO DE BARRA ANTI-PÂNICO C/ TRAVA EM AÇO INOX DIÂM. 1 1/2	4,000	CJ	1.369,61	5.478,44
05.03.0005	C1448	GUARDA CORPO DE TUBO DE AÇO INOX	1,620	MT	129,13	209,19
05.03.0006	C4646	CORRIMÃO DUPLA ALTURA EM AÇO INOX DIAM 1 1/2	8,580	MT	415,57	3.565,59
05.03.0007	C3651	BATE-MACAS EM AÇO INOXIDÁVEL CONTRA IMPACTO EM PORTA DE MADEIRA	2,160	M2	631,61	1.364,28
Total do Grupo:						69.844,43

05.04 PAVIMENTAÇÃO						
05.04.0001	87622	CONTRAPISO EM ARGAMASSA TRAÇO 1:4 (CIMENTO E AREIA), PREPARO MANUAL, APLICADO EM ÁREAS SECAS SOBRE LAJE, ADERIDO, ACABAMENTO NÃO REFORÇADO, ESPESSURA 2CM. AF_07/2021	328,550	M2	33,33	10.950,57
05.04.0002	87261	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO COM PLACAS TIPO PORCELANATO DE DIMENSÕES 60X60 CM APLICADA EM AMBIENTES DE ÁREA MENOR QUE 5 M². AF_06/2014	31,880	M2	149,75	4.774,03
05.04.0003	87262	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO COM PLACAS TIPO PORCELANATO DE DIMENSÕES 60X60 CM APLICADA EM AMBIENTES DE ÁREA ENTRE 5 M² E 10 M². AF_06/2014	36,740	M2	136,04	4.998,11
05.04.0004	87263	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO COM PLACAS TIPO PORCELANATO DE DIMENSÕES 60X60 CM APLICADA EM AMBIENTES DE ÁREA MAIOR QUE 10 M². AF_06/2014	259,930	M2	127,78	33.213,86
05.04.0005	101745	PISO TÊXTIL (CARPETE) EM MANTA (ROLO) E = 9 A 10MM. AF_09/2020	571,180	M2	166,89	95.324,23
05.04.0006	TJCE123030	SINALIZAÇÃO EM CARPETE DE ROLO	2,500	M2	200,55	501,38
05.04.0007	98678	PISO ELEVADO COM ESTRUTURA EM AÇO, COMPOSTO POR PEDESTAIS E LONGARINAS. AF_09/2020	62,000	M2	432,25	26.799,50
05.04.0008	98689	SOLEIRA EM GRANITO, LARGURA 15 CM, ESPESSURA 2,0 CM. AF_09/2020	32,940	M	97,29	3.204,73
Total do Grupo:						179.766,41

CLIENTE: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ
EMPRESA: DPCON, PROJETOS CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA EXECUÇÃO DO PROJETO DE REFORMA PARCIAL DO FÓRUM CLÓVIS BEVILÁQUA EM LOTE 01 REFERENTE À REFORMA PARCIAL DOS SALÕES DO JÚRI E AUDITÓRIO, MEDIANTE O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, PELO CRITÉRIO DE JULGAMENTO DO MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE.

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA N. 003/2023 - PROCESSO N.: 8526648-10.2022.8.06.0000

FONTE: SINAPI/CE 12/2022 (COM DESONERAÇÃO)_ENCARGOS 84,35% (HORA)_SEINFRA/CE 27.1_COMPOSIÇÃO PROPRÍA (TJCE)_BDI SERVIÇOS 25,00% - BDI EQUIPAMENTO 18,12%.

LOTE I - REFORMA PARCIAL DOS SALÕES DO JURI E AUDITÓRIO

05.05 IMPERMEABILIZAÇÃO						
05.05.0001	98560	IMPERMEABILIZAÇÃO DE PISO COM ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA, COM ADITIVO IMPERMEABILIZANTE, E = 2CM. AF_06/2018	68,340	M2	46,45	3.174,39
05.05.0002	98561	IMPERMEABILIZAÇÃO DE PAREDES COM ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA, COM ADITIVO IMPERMEABILIZANTE, E = 2CM. AF_06/2018	316,860	M2	41,64	13.194,05
05.05.0003	98558	TRATAMENTO DE RALO OU PONTO EMERGENTE COM ARGAMASSA POLIMÉRICA / MEMBRANA ACRÍLICA REFORÇADO COM VÉU DE POLIÉSTER (MAV). AF_06/2018	41,000	UN	8,99	368,59
05.05.0004	C4571	MASTIQUE BETUMINOSO MODIFICADO COM POLIURETANO, TIXOTRÓPICO, BICOMPONENTE PARA JUNTA DE DILATAÇÃO	137,570	MT	29,11	4.004,66
Total do Grupo:						20.741,69

05.06 REVESTIMENTO						
05.06.0001	C4446	PORCELANATO POLIDO C/ ARG. PRÉ-FABRICADA - P/ PAREDE	366,110	M2	142,19	52.057,18
05.06.0002	C1123	REJUNTAMENTO C/ ARG. PRÉ-FABRICADA, JUNTA ATÉ 2mm EM CERÂMICA, ACIMA DE 30x30 cm (900 cm²) E PORCELANATOS (PAREDE/PISO)	366,110	M2	9,20	3.368,21
05.06.0003	TJCE123037	REVESTIMENTO ACÚSTICO PARA PAREDE EM RÉGUAS DE MDF, PERFURADO, FACE FRISADA	247,430	M2	281,15	69.564,94
05.06.0004	TJCE123043	REVESTIMENTO ACÚSTICO PARA PAREDE EM RÉGUAS DE MDF, PERFURADO, FACE LISA	79,770	M2	369,70	29.490,97
05.06.0005	TJCE123039	REVESTIMENTO ACÚSTICO EM PAINÉIS DE LÃ DE VIDRO 25MM DE ESPESSURA, REVESTIDO COM POLIÉSTER	127,100	M2	356,91	45.363,26
05.06.0006	TJCE123045	NUVEM ACÚSTICA COMPOSTA POR SEIS PLACAS DE MADEIRA MDF, PERFURADAS, EM QUADRADIS 15X15CM	77,760	M2	585,55	45.532,37
Total do Grupo:						245.376,93

05.07 FORRO						
05.07.0001	96114	FORRO EM DRYWALL, PARA AMBIENTES COMERCIAIS, INCLUSIVE ESTRUTURA DE FIXAÇÃO. AF_05/2017_PS	829,110	M2	77,38	64.156,53
05.07.0002	TJCE123035	FORRO ACÚSTICO, REMOVÍVEL, MINERAL, EM PLACAS 625X625MM	129,300	M2	197,23	25.501,84
Total do Grupo:						89.658,37

05.08 PINTURA						
05.08.0001	88497	APLICAÇÃO E LIXAMENTO DE MASSA LÁTEX EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_06/2014	1.332,820	M2	13,60	18.126,35
05.08.0002	88496	APLICAÇÃO E LIXAMENTO DE MASSA LÁTEX EM TETO, DUAS DEMÃOS. AF_06/2014	829,110	M2	25,00	20.727,75
05.08.0003	88485	APLICAÇÃO DE FUNDO SELADOR ACRÍLICO EM PAREDES, UMA DEMÃO. AF_06/2014	1.332,820	M2	2,46	3.278,74
05.08.0004	88484	APLICAÇÃO DE FUNDO SELADOR ACRÍLICO EM TETO, UMA DEMÃO. AF_06/2014	829,110	M2	2,84	2.354,67
05.08.0005	88489	APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA LÁTEX ACRÍLICO EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_06/2014	1.332,820	M2	12,96	17.273,35
05.08.0006	88488	APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA LÁTEX ACRÍLICO EM TETO, DUAS DEMÃOS. AF_06/2014	829,110	M2	14,74	12.221,08
05.08.0007	102200	APLICAÇÃO MASSA ALQUÍDICA PARA MADEIRA, PARA PINTURA COM TINTA DE ACABAMENTO (PIGMENTADA). AF_01/2021	135,980	M2	15,86	2.156,64
05.08.0008	102219	PINTURA TINTA DE ACABAMENTO (PIGMENTADA) ESMALTE SINTÉTICO ACETINADO EM MADEIRA, 2DEMÃOS. AF_01/2021	135,980	M2	15,19	2.065,54
05.08.0009	TJCE123041	FORRO ACÚSTICO CONTÍNUO COM PERFURAÇÕES REDONDAS 8/15/20	185,420	M2	213,08	39.509,29
Total do Grupo:						117.713,41

05.09 INSTALAÇÕES DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO						
05.09.0001	95749	ELETRODUTO DE AÇO GALVANIZADO, CLASSE LEVE, DN 20 MM (3/4), APARENTE, INSTALADO EM PAREDE- FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2016_P	232,000	M	26,40	6.124,80
05.09.0002	C0621	CAIXA DE LIGAÇÃO EM CHAPA AÇO ESTAMPADA, 3"X3", 4"X2", 4"X4"	34,000	UD	8,29	281,86
05.09.0003	TJCE123047	CABO BLINDADO PARA ALARME E DETECÇÃO DE INCÊNDIO 3X1,5MM²	696,000	M	21,84	15.200,64
05.09.0004	C4041	DETECTOR IÔNICO DE FUMAÇA, MONTAGEM DE TETO, C/ BASE ALIMENTAÇÃO 220VAC, UMA SAÍDA DIGITAL - INSTALADO	27,000	UD	215,34	5.814,18
05.09.0005	C4042	ALARME SONORO/VISUAL, SIRENE 120 dB, COM ACIONADOR MANUAL, ALIMENTAÇÃO 220 VAC - INSTALADO	3,000	UD	225,80	677,40
05.09.0006	97599	LUMINÁRIA DE EMERGÊNCIA, COM 30 LÂMPADAS LED DE 2 W, SEM REATOR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_02/2020	26,000	UN	26,85	698,10
05.09.0007	101908	EXTINTOR DE INCÊNDIO PORTÁTIL COM CARGA DE PQS DE 4 KG, CLASSE BC - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020_P	5,000	UN	254,76	1.273,80

CLIENTE: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ

EMPRESA: DPCON, PROJETOS CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA EXECUÇÃO DO PROJETO DE REFORMA PARCIAL DO FÓRUM CLÓVIS BEVILÁQUA EM LOTE 01 REFERENTE À REFORMA PARCIAL DO SALÕES DO JÚRI E AUDITÓRIO, MEDIANTE O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, PELO CRITÉRIO DE JULGAMENTO DO MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE.

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA N. 003/2023 - PROCESSO N.: 8526648-10.2022.8.06.0000

FUNTE: SINAPI/CE 12/2022 (COM DESONERAÇÃO)_ENCARGOS 84,35% (HORA)_SEINFRA/CE 27.1_COMPOSIÇÃO PRÓPRIA (TJCE)_BDI SERVIÇOS 25,00% - BDI EQUIPAMENTO 18,12%.

LOTE I - REFORMA PARCIAL DOS SALÕES DO JURI E AUDITÓRIO

05.09.0008	C0010	ACIONADOR MANUAL, TIPO "QUEBRA VIDRO", MOD.EUOTRON/SIMILAR	4,000	UD	65,24	260,96
05.09.0009	C2275	SINALIZADOR AUDIO-VISUAL, SIRENE BITONAL E STROBO/SIMILAR	4,000	UD	210,34	841,36
05.09.0010	C4626	PLACA EM ALUMÍNIO 15x30cm C/ VINIL APLICADO EM 1FACE E FIXAÇÃO COM FITA DUPLA FACE (FORNECIMENTO E MONTAGEM)	2,000	UD	18,09	36,18
05.09.0011	C4649	SINALIZAÇÃO PARA EXTINTOR	12,000	UD	52,11	625,32
Total do Grupo:						31.834,60

05.10		INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS				
05.10.0001	91785	(COMPOSIÇÃO REPRESENTATIVA) DO SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE TUBOS DE PVC, SOLDÁVEL, ÁGUA FRIA, DN 25 MM (INSTALADO EM RAMAL, SUB-RAMAL, RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO OU PRUMADA), INCLUSIVE CONEXÕES, CORTES E FIXAÇÕES, PARA PRÉDIOS. AF_10/2015	21,000	M	40,60	852,60
05.10.0002	91792	(COMPOSIÇÃO REPRESENTATIVA) DO SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE TUBO DE PVC, SÉRIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 40 MM (INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO), INCLUSIVE CONEXÕES, CORTES E FIXAÇÕES, PARA PRÉDIOS. AF_10/2015	2,000	M	56,18	112,36
05.10.0003	91793	(COMPOSIÇÃO REPRESENTATIVA) DO SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE TUBO DE PVC, SÉRIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 MM (INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO), INCLUSIVE CONEXÕES, CORTES E FIXAÇÕES PARA, PRÉDIOS. AF_10/2015	10,000	M	91,68	916,80
05.10.0004	91795	(COMPOSIÇÃO REPRESENTATIVA) DO SERVIÇO DE INST. TUBO PVC, SÉRIE N, ESGOTO PREDIAL, 100 MM (INST. RAMAL DESCARGA, RAMAL DE ESG. SANIT., PRUMADA ESG. SANIT., VENTILAÇÃO OU SUB-COLETOR AÉREO), INCL. CONEXÕES E CORTES, FIXAÇÕES, P/ PRÉDIOS. AF_10/2015	8,000	M	66,23	529,84
05.10.0005	89987	REGISTRO DE GAVETA BRUTO, LATÃO, ROSCÁVEL, 3/4", COM ACABAMENTO E CANOPLA CROMADOS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2021	2,000	UN	87,34	174,68
05.10.0006	C4925	CAIXA SIFONADA PVC 100 X 100 X 50MM, ACABAMENTO INOX (GRELHA OU TAMPA CEGA)	2,000	UN	48,54	97,08
Total do Grupo:						2.683,36

05.11		LOUÇAS, METAIS E ACESSÓRIOS				
05.11.0001	TJCE61119	BACIA SANITÁRIA COM CAIXA ACOPLADA ECOLÓGICA	19,000	UN	920,56	17.490,64
05.11.0002	TJCE96055	VASO SANITÁRIO (SEM ABERTURA FRONTAL) COM CAIXA ACOPLADA ACESSÍVEL	3,000	UN	737,13	2.211,39
05.11.0003	TJCE61147	ASSENTO SANITÁRIO PLÁSTICO COMPATÍVEL COM A BACIA SANITÁRIA TIPO MICROBAN	22,000	UN	44,95	988,90
05.11.0004	TJCE61290	LAVATÓRIO MÉDIO DE LOUÇA BRANCA C/ COLUNA SUSPensa E ACESSÓRIOS, S/ TORNEIRA	13,000	UND	988,83	12.854,79
05.11.0005	TJCE98563	CUBA DE LOUÇA DE EMBUTIR S/ TORNEIRA E C/ ACESSÓRIOS	11,000	UN	394,14	4.335,54
05.11.0006	TJCE61138	TORNEIRA DE MESA PARA LAVATÓRIO FECHAMENTO AUTOMÁTICO	21,000	UN	534,38	11.221,98
05.11.0007	TJCE95897	TORNEIRA DE MESA COM ALAVANCA PARA LAVATÓRIO FECHAMENTO AUTOMÁTICO	3,000	UN	690,79	2.072,37
05.11.0008	TJCE60519	PORTA PAPEL TOALHA EM ABS	7,000	UN	63,03	441,21
05.11.0009	TJCE61038	PORTA SABONETE LÍQUIDO EM ABS	17,000	UN	60,83	1.034,11
05.11.0010	TJCE60515	PORTA PAPEL HIGIÊNICO EM ABS PARA ROLO DE 300 A500M	22,000	UN	63,03	1.386,66
05.11.0011	TJCE61048	CABIDE SIMPLES CROMADO PARA PORTA OU ALVENARIA	9,000	UN	113,46	1.021,14
05.11.0012	100867	BARRA DE APOIO RETA, EM ACO INOX POLIDO, COMPRIMENTO 70 CM, FIXADA NA PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	9,000	UN	369,86	3.328,74
05.11.0013	100868	BARRA DE APOIO RETA, EM ACO INOX POLIDO, COMPRIMENTO 80 CM, FIXADA NA PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	6,000	UN	384,31	2.305,86
05.11.0014	TJCE123050	BARRA DE APOIO RETA, EM ACO INOX POLIDO, COMPRIMENTO 30 CM, FIXADA NA PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	3,000	UN	254,58	763,74
05.11.0015	TJCE123051	BARRA DE APOIO RETA, EM ACO INOX POLIDO, COMPRIMENTO 40 CM, FIXADA NA PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	7,000	UN	272,51	1.907,57
05.11.0016	C4835	ESPELHO CRISTAL, ESPESSURA 4MM, COM PARAFUSOS DE FIXAÇÃO, SEM MOLDURA	14,600	M2	459,86	6.713,96
05.11.0017	C0358	BANCADA DE GRANITO PRETO C/BOLEAMENTO DUPLO (COLOCADO)	5,700	M2	926,30	5.279,91
Total do Grupo:						75.358,51

05.12		INSTALAÇÕES ELÉTRICAS				
05.12.0001	91871	ELETRODUTO RÍGIDO ROSCÁVEL, PVC, DN 25 MM (3/4"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	576,500	M	11,86	6.837,25

CLIENTE: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ
 EMPRESA: DPCON, PROJETOS CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA
 OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA EXECUÇÃO DO PROJETO DE REFORMA PARCIAL DO FÓRUM CLÓVIS BEVILÁQUA EM LOTE 01 REFERENTE À REFORMA PARCIAL DO SALÕES DO JÚRI E AUDITÓRIO, MEDIANTE O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, PELO CRITÉRIO DE JULGAMENTO DO MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE.

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA N. 003/2023 - PROCESSO N.: 8526648-10.2022.8.06.0000

FONTE: SINAPI/CE 12/2022 (COM DESONERAÇÃO)_ENCARGOS 84,35% (HORA)_SEINFRA/CE 27.1_COMPOSIÇÃO PRÓPRIA (TJCE)_BDI SERVIÇOS 25,00% - BDI EQUIPAMENTO 18,12%.

LOTE I - REFORMA PARCIAL DOS SALÕES DO JURI E AUDITÓRIO

05.12.0002	91872	ELETRODUTO RÍGIDO ROSCÁVEL, PVC, DN 32 MM (1"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	67,000	M	15,43	1.033,81
05.12.0003	91873	ELETRODUTO RÍGIDO ROSCÁVEL, PVC, DN 40 MM (1 1/4"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	4,000	M	18,91	75,64
05.12.0004	91855	ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO REFORÇADO, PVC, DN 25 MM (3/4"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	485,000	M	9,85	4.777,25
05.12.0005	91857	ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO REFORÇADO, PVC, DN 32 MM (1"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	68,000	M	14,03	954,04
05.12.0006	C1179	ELETRODUTO DE ALUMÍNIO, INCLUSIVE CONEXÕES DE 3/4"	205,000	MT	24,03	4.926,15
05.12.0007	C1181	ELETRODUTO DE ALUMÍNIO, INCLUSIVE CONEXÕES DE 1"	201,000	MT	30,66	6.162,66
05.12.0008	C1180	ELETRODUTO DE ALUMÍNIO, INCLUSIVE CONEXÕES DE 1 1/2"	6,000	MT	46,05	276,30
05.12.0009	C1183	ELETRODUTO DE ALUMÍNIO, INCLUSIVE CONEXÕES DE 2"	44,000	MT	63,49	2.793,56
05.12.0010	C4536	ELETRODUTO DE ALUMÍNIO, INCLUSIVE CONEXÕES DE 3"	15,000	MT	94,56	1.418,40
2.0011	97667	ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO, PEAD, DN 50 (1 1/2"), PARA REDE ENTERRADA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2021	1,500	M	10,58	15,87
05.12.0012	95817	CONDULETE DE PVC, TIPO X, PARA ELETRODUTO DE PVC SOLDÁVEL DN 25 MM (3/4"), APARENTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2016	382,000	UN	30,50	11.651,00
05.12.0013	95818	CONDULETE DE PVC, TIPO X, PARA ELETRODUTO DE PVC SOLDÁVEL DN 32 MM (1"), APARENTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2016	61,000	UN	42,26	2.577,86
05.12.0014	91939	CAIXA RETANGULAR 4" X 2" ALTA (2,00 M DO PISO), PVC, INSTALADA EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	86,000	UN	25,06	2.155,16
05.12.0015	91942	CAIXA RETANGULAR 4" X 4" ALTA (2,00 M DO PISO), PVC, INSTALADA EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	5,000	UN	30,49	152,45
05.12.0016	C1158	DUTO PERFURADO - ELETROCALHA CHAPA DE AÇO (50X50)mm	168,000	MT	54,30	9.122,40
05.12.0017	C2301	TAMPA NORMAL P/DUTO PERFURADO, ATE (100X100)mm	168,000	MT	69,18	11.622,24
05.12.0018	TJCE123055	CURVA 90º HORIZONTAL PARA ELETROCALHA METÁLICA 50X50MM	8,000	UN	20,28	162,24
05.12.0019	TJCE123056	TÊ HORIZONTAL PARA ELETROCALHA METÁLICA 50X50MM	3,000	UN	39,64	118,92
05.12.0020	TJCE123057	CURVA DE INVERSÃO PARA ELETROCALHA METÁLICA 50X50MM	2,000	UN	48,75	97,50
05.12.0021	TJCE82019	SAÍDA HORIZONTAL DE ELETROCALHA PARA ELETRODUTO D = 3/4"	44,000	UN	4,23	186,12
05.12.0022	C3484	SUPORTE DE EQUIPAMENTOS P/INSTALAÇÃO DE TOMADAS E INTERRUPTORES EM DUTOS DE ALUMÍNIO C/DIM. 73MM X 25MM	24,000	UD	18,61	446,64
05.12.0023	C0628	CAIXA DE PASSAGEM COM TAMPA PARAFUSADA 200X200X100mm	23,000	UD	80,83	1.859,09
05.12.0024	C0598	CAIXA DE DERIVAÇÃO NO PISO 300X300MM OU 420X420MM	16,000	UD	81,10	1.297,60
05.12.0025	91170	FIXAÇÃO DE TUBOS HORIZONTAIS DE PVC, CPVC OU COBRE DIÂMETROS MENORES OU IGUAIS A 40 MM OU ELETROCALHAS ATÉ 150MM DE LARGURA, COM ABRAÇADEIRA METÁLICA RÍGIDA TIPO D 1/2, FIXADA EM PERFILADO EM LAJE. AF_05/2015	1.286,500	M	4,24	5.454,76
05.12.0026	91996	TOMADA MÉDIA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	89,000	UN	28,71	2.555,19
05.12.0027	92004	TOMADA MÉDIA DE EMBUTIR (2 MÓDULOS), 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	6,000	UN	47,35	284,10
05.12.0028	91953	INTERRUPTOR SIMPLES (1 MÓDULO), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	22,000	UN	24,15	531,30
05.12.0029	91959	INTERRUPTOR SIMPLES (2 MÓDULOS), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	15,000	UN	38,26	573,90
05.12.0030	91967	INTERRUPTOR SIMPLES (3 MÓDULOS), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	6,000	UN	52,35	314,10
05.12.0031	C4932	TOMADA SIMPLES DE PISO PARA LÓGICA RJ45, 8 FIOS, CAT-6E, COMPLETA (PLACA/TAMPA EM LATÃO 4"x2", COM 1 CONECTOR, EXCETO CAIXA 4"x2")	64,000	UN	54,10	3.462,40
05.12.0032	TJCE78899	CABO DE COBRE ISOLAMENTO TERMOPLÁSTICO 750V2,5MM2 ANTI-CHAMA, NÃO HALOGENADO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	7.301,000	M	5,05	36.870,05
05.12.0033	TJCE80577	CABO DE COBRE ISOLAMENTO TERMOPLÁSTICO 750V4,0MM2 ANTI-CHAMA, NÃO HALOGENADO	677,000	M	7,91	5.355,07
05.12.0034	TJCE80575	CABO DE COBRE ISOLAMENTO TERMOPLÁSTICO 750V6,0MM2 ANTI-CHAMA, NÃO HALOGENADO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	156,000	M	8,89	1.386,84
05.12.0035	TJCE80582	CABO DE COBRE ISOLAMENTO TERMOPLÁSTICO 0,6/1KV 10MM2 ANTI-CHAMA, NÃO HALOGENADO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	681,000	M	13,80	9.397,80
05.12.0036	TJCE80592	CABO DE COBRE ISOLAMENTO TERMOPLÁSTICO 0,6/1KV 16MM2 ANTI-CHAMA, NÃO HALOGENADO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	507,000	M	14,65	7.427,55
05.12.0037	TJCE80597	CABO DE COBRE ISOLAMENTO TERMOPLÁSTICO 0,6/1KV 35MM2 ANTI-CHAMA, NÃO HALOGENADO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	500,000	M	26,24	13.120,00

CLIENTE: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ

EMPRESA: DPCON, PROJETOS CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA EXECUÇÃO DO PROJETO DE REFORMA PARCIAL DO FÓRUM CLÓVIS BEVILÁQUA EM LOTE 01 REFERENTE À REFORMA PARCIAL DOS SALÕES DO JÚRI E AUDITÓRIO, MEDIANTE O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, PELO CRITÉRIO DE JULGAMENTO DO MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE.

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA N. 003/2023 - PROCESSO N.: 8526648-10.2022.8.06.0000

FONTE: SINAPI/CE 12/2022 (COM DESONERAÇÃO)_ENCARGOS 84,35% (HORA)_SEINFRA/CE 27.1_COMPOSIÇÃO PRÓPRIA (TJCE)_BDI SERVIÇOS 25,00% - BDI EQUIPAMENTO 18,12%.

LOTE I - REFORMA PARCIAL DOS SALÕES DO JÚRI E AUDITÓRIO						
05.12.0038	TJCE81414	CABO DE COBRE ISOLAMENTO TERMOPLASTICO 0,6/1,0 kV 70MM2 ANTI-CHAMA, NÃO HALOGENADO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	70,000	M	40,23	2.816,10
05.12.0039	TJCE81416	CABO DE COBRE ISOLAMENTO TERMOPLASTICO 0,6/1,0 kV 95MM2 ANTI-CHAMA, NÃO HALOGENADO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	120,000	M	83,70	10.044,00
05.12.0040	TJCE120369	CABO DE COBRE ISOLAMENTO TERMOPLASTICO 0,6/1,0 kV 150MM2 ANTI-CHAMA, NÃO HALOGENADO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	480,000	M	153,59	73.723,20
05.12.0041	98297	CABO ELETRÔNICO CATEGORIA 6, INSTALADO EM EDIFICAÇÃO INSTITUCIONAL - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2019	1.170,000	M	7,71	9.020,70
05.12.0042	C3751	CABO DE FIBRA ÓPTICA, 02 PARES	310,000	MT	8,21	2.545,10
05.12.0043	TJCE123062	LUMINÁRIA COMERCIAL DE EMBUTIR LED 35W EM CHAPA DE AÇO PINTURA ELETROSTÁTICA REFLETOR EM ALUMÍNIO 4.200LM	121,000	UN	516,33	62.475,93
05.12.0044	TJCE123063	LUMINÁRIA DOWNLIGHT DE EMBUTIR LED 12W, CORPO EM ALUMÍNIO 1.200LM	36,000	UN	191,66	6.899,76
05.12.0045	TJCE123070	LUMINÁRIA DOWNLIGHT DE EMBUTIR LED 18,5W, CORPO EM ALUMÍNIO 1.780LM	41,000	UN	212,01	8.692,41
05.12.0046	TJCE123071	LUMINÁRIA CONTÍNUA DE EMBUTIR LED 17,5W, CORPO EM ALUMÍNIO EXTRUDADO PINTURA ELETROSTÁTICA DIFUSOR EM ACRÍLICO	6,000	UN	557,59	3.345,54
2.0047	TJCE123072	LUMINÁRIA PENDENTE LINEAR EM LED 35W CORPO EM ALUMÍNIO EXTRUDADO PINTURA ELETROSTÁTICA	50,000	UN	674,26	33.713,00
05.12.0048	TJCE60819	PLUG PROLONGADOR (2P+T)-10A-250V	177,000	UD	17,60	3.115,20
05.12.0049	C2077	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE LUZ EMBUTIR ATE 6DIVISÕES, C/BARRAMENTO	7,000	UD	180,44	1.263,08
05.12.0050	C2068	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE LUZ EMBUTIR ATÉ 24DIVISÕES 332X332X95mm, C/BARRAMENTO	3,000	UD	329,53	988,59
05.12.0051	C2069	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE LUZ EMBUTIR ATÉ 36DIVISÕES 457X332X95mm, C/ BARRAMENTO	2,000	UD	403,98	807,96
05.12.0052	C2088	QUADRO DE FORÇA, C/ BARRAMENTO (0.90X1.90X0.60)M	1,000	UD	2.839,26	2.839,26
05.12.0053	93653	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 10A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	20,000	UN	12,54	250,80
05.12.0054	93654	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 16A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	30,000	UN	13,08	392,40
05.12.0055	93655	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 20A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	2,000	UN	14,19	28,38
05.12.0056	93670	DISJUNTOR TRIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 25A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	15,000	UN	83,19	1.247,85
05.12.0057	93672	DISJUNTOR TRIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 40A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	1,000	UN	93,19	93,19
05.12.0058	101893	DISJUNTOR TRIPOLAR TIPO NEMA, CORRENTE NOMINAL DE 10 ATÉ 50A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	9,000	UN	100,06	900,54
05.12.0059	101894	DISJUNTOR TRIPOLAR TIPO NEMA, CORRENTE NOMINAL DE 60 ATÉ 100A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	2,000	UN	165,39	330,78
05.12.0060	101895	DISJUNTOR TERMOMAGNÉTICO TRIPOLAR, CORRENTE NOMINAL DE 125A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	2,000	UN	459,37	918,74
05.12.0061	74130/6	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO TRIPOLAR PADRAO NEMA (AMERICANO) 125 A 150A 240V, FORNECIMENTO E INSTALACAO	2,000	UN	404,31	808,62
05.12.0062	101897	DISJUNTOR TERMOMAGNÉTICO TRIPOLAR, CORRENTE NOMINAL DE 250A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	2,000	UN	1.121,29	2.242,58
05.12.0063	C4530	DISJUNTOR DIFERENCIAL DR-16A - 40A, 30mA	13,000	UD	183,84	2.389,92
05.12.0064	C4562	DISPOSITIVO DE PROTEÇÃO CONTRA SURTOS DE TENSÃO - DPS's - 40 KA/440V	40,000	UD	176,86	7.074,40
05.12.0065	C3764	RACK FECHADO 24 U'S, 670mm, PROFUNDIDADE PADRÃO 19"	2,000	UD	2.403,48	4.806,96
05.12.0066	98302	PATCH PANEL 24 PORTAS, CATEGORIA 6 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2019	4,000	UN	1.186,74	4.746,96
05.12.0067	C4532	ADAPTER CABLE, CATEGORIA "6" DE 2,50m	128,000	UD	29,36	3.758,08
05.12.0068	C4568	ORGANIZADOR DE CABOS HORIZONTAL, ABERTO, PADRÃO RACK 19"	5,000	UD	40,03	200,15
05.12.0069	C4569	RÉGUA DE TOMADAS ELÉTRICAS, COM 08 TOMADAS, PADRÃO RACK 19"	2,000	UD	97,61	195,22
05.12.0070	C4567	BANDEJA MÓVEL, PADRÃO 19"	2,000	UD	61,31	122,62
05.12.0071	TJCE60963	CERTIFICAÇÃO DE PONTO DE REDE ESTRUTURADA	64,000	PT	67,24	4.303,36
05.12.0072	C4033	NO-BREAK TRIFÁSICO, 380/380 VAC-LL, 60 Hz, 2000VA, BATERIAS INCORPORADAS, AUTO-PORTANTE EM GABINETE IP-44 - INSTALADO	1,000	CJ	2.277,53	2.277,53
05.12.0073	C1406	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE BARRAMENTO DE COBRE P/QUADROS	0,600	KG	125,00	75,00
					Total do Grupo:	416.907,16
05.13	CLIMATIZAÇÃO					
05.13.0001	TJCE123120	UNIDADE CONDENSADORA DE 14,0HP - COOLING ONLY- CONDENSAÇÃO A AR - 380V/3PH - MODULAR	1,000	UN	40.106,65	40.106,65

CLIENTE: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ

EMPRESA: DPCON, PROJETOS CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA EXECUÇÃO DO PROJETO DE REFORMA PARCIAL DO FÓRUM CLÓVIS BEVLÁQUA EM LOTE 01 REFERENTE À REFORMA PARCIAL DOS SALÕES DO JÚRI E AUDITÓRIO, MEDIANTE O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, PELO CRITÉRIO DE JULGAMENTO DO MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE.

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA N. 003/2023 - PROCESSO N.: 8526648-10.2022.8.06.0000

FONTE: SINAPI/CE 12/2022 (COM DESONERAÇÃO)_ENCARGOS 84,35% (HORA)_SEINFRA/CE 27.1_COMPOSIÇÃO PRÓPRIA (TJCE)_BDI SERVIÇOS 25,00% - BDI EQUIPAMENTO 18,12%.

LOTE I - REFORMA PARCIAL DOS SALÕES DO JURI E AUDITÓRIO

05.13.0002	TJCE123121	UNIDADE CONDENSADORA DE 16,0HP - COOLING ONLY- CONDENSAÇÃO A AR - 380V/3PH - MODULAR	1,000	UN	48.959,26	48.959,26
05.13.0003	TJCE123122	UNIDADE CONDENSADORA DE 18,0HP - COOLING ONLY- CONDENSAÇÃO A AR - 380V/3PH	3,000	UN	49.036,05	147.108,15
05.13.0004	TJCE123074	UNIDADE CONDENSADORA DE 24,0HP - COOLING ONLY- CONDENSAÇÃO A AR - 380V/3PH - MODULAR	1,000	UN	52.249,67	52.249,67
05.13.0005	TJCE123123	EQUIPAMENTO CONDICIONADOR DE AR - EXPANSÃO DIRETA TIPO VRF, MÓDULO EVAPORADOR HI-WALL - GABINETE ISOLADO P/ INSTALAÇÃO INTERNA: CAPACIDADE NOMINAL 1,5 HP (13.648 BTU/H). ACIONAMENTO ELÉTRICO 220V/1Ø/60HZ - 0,05 KW C/QUADRO ELÉTRICO INTEGRADO	6,000	UN	3.695,67	22.174,02
05.13.0006	TJCE123124	EQUIPAMENTO CONDICIONADOR DE AR - EXPANSÃO DIRETA TIPO VRF, MÓDULO EVAPORADOR HI-WALL - GABINETE ISOLADO P/ INSTALAÇÃO INTERNA: CAPACIDADE NOMINAL 2,5 HP (24.225 BTU/H). ACIONAMENTO ELÉTRICO 220V/1Ø/60HZ - 0,03 KW C/QUADRO ELÉTRICO INTEGRADO	2,000	UN	4.764,05	9.528,10
05.13.0007	TJCE123125	EQUIPAMENTO CONDICIONADOR DE AR - EXPANSÃO DIRETA TIPO VRF, MÓDULO EVAPORADOR CASSETE - GABINETE ISOLADO P/ INSTALAÇÃO INTERNA: CAPACIDADE NOMINAL 2,5 HP (24.200 BTU/H). ACIONAMENTO ELÉTRICO 220V/1Ø/60HZ - 0,07 KW C/QUADRO ELÉTRICO INTEGRADO	4,000	UN	5.514,90	22.059,60
05.13.0008	TJCE123126	EQUIPAMENTO CONDICIONADOR DE AR - EXPANSÃO DIRETA TIPO VRF, MÓDULO EVAPORADOR CASSETE - GABINETE ISOLADO P/ INSTALAÇÃO INTERNA: CAPACIDADE NOMINAL 4,0 HP (38.214 BTU/H). ACIONAMENTO ELÉTRICO 220V/1Ø/60HZ - 0,13 KW C/QUADRO ELÉTRICO INTEGRADO	8,000	UN	5.903,21	47.225,68
05.13.0009	TJCE123127	EQUIPAMENTO CONDICIONADOR DE AR - EXPANSÃO DIRETA TIPO VRF, MÓDULO EVAPORADOR DE TETO - GABINETE ISOLADO P/ INSTALAÇÃO INTERNA: CAPACIDADE NOMINAL 5,0 HP (47.800 BTU/H). ACIONAMENTO ELÉTRICO 220V/1Ø/60HZ - 0,16 KW C/QUADRO ELÉTRICO INTEGRADO	2,000	UN	7.877,29	15.754,58
05.13.0010	TJCE123128	EQUIPAMENTO CONDICIONADOR DE AR - EXPANSÃO DIRETA TIPO VRF, MÓDULO EVAPORADOR PISO/DUTO - GABINETE ISOLADO P/ INSTALAÇÃO INTERNA: CAPACIDADE NOMINAL 10 HP (96.000 BTU/H). 100% AR EXTERNO PARA RENOVAÇÃO. ACIONAMENTO ELÉTRICO 220V/3Ø/60HZ - 2,16 KW C/QUADRO ELÉTRICO INTEGRADO E PRESSÃO DE TRABALHO DE 20MMCA	1,000	UN	16.876,73	16.876,73
05.13.0011	TJCE123129	EQUIPAMENTO CONDICIONADOR DE AR - EXPANSÃO DIRETA TIPO VRF, MÓDULO EVAPORADOR PISO DUTO - GABINETE ISOLADO P/ INSTALAÇÃO INTERNA: CAPACIDADE NOMINAL 16,0 HP (154.000 BTU/H). ACIONAMENTO ELÉTRICO 220V/3Ø/60HZ - 3,14 KW C/QUADRO ELÉTRICO INTEGRADO	1,000	UN	19.263,88	19.263,88
05.13.0012	TJCE123078	EQUIPAMENTO CONDICIONADOR DE AR - EXPANSÃO DIRETA TIPO VRF, MÓDULO EVAPORADOR TETO EMBUTIDO - GABINETE ISOLADO P/ INSTALAÇÃO INTERNA: CAPACIDADE NOMINAL 5,0 HP (48.000 BTU/H). 100% AR EXTERNO PARA RENOVAÇÃO. ACIONAMENTO ELÉTRICO 220V/3Ø/60HZ - 0,45 KW C/QUADRO ELÉTRICO INTEGRADO.	2,000	UN	6.471,48	12.942,96
05.13.0013	C4776	REDE FRIGORÍGENA C/ TUBO DE COBRE 1/4" FLEXÍVEL, ISOLADO COM BORRACHA ELASTOMÉRICA, SUSTENTAÇÃO, SOLDA E LIMPEZA	14,000	M	50,20	702,80
05.13.0014	C4777	REDE FRIGORÍGENA C/ TUBO DE COBRE 3/8" FLEXÍVEL, ISOLADO COM BORRACHA ELASTOMÉRICA, SUSTENTAÇÃO, SOLDA E LIMPEZA	74,000	M	50,54	3.739,96
05.13.0015	C4778	REDE FRIGORÍGENA C/ TUBO DE COBRE 1/2" FLEXÍVEL, ISOLADO COM BORRACHA ELASTOMÉRICA, SUSTENTAÇÃO, SOLDA E LIMPEZA	58,000	M	64,24	3.725,92
05.13.0016	C4779	REDE FRIGORÍGENA C/ TUBO DE COBRE 5/8" FLEXÍVEL, ISOLADO COM BORRACHA ELASTOMÉRICA, SUSTENTAÇÃO, SOLDA E LIMPEZA	70,000	M	75,90	5.313,00
05.13.0017	C4780	REDE FRIGORÍGENA C/ TUBO DE COBRE 3/4" FLEXÍVEL, ISOLADO COM BORRACHA ELASTOMÉRICA, SUSTENTAÇÃO, SOLDA E LIMPEZA	46,000	M	88,68	4.079,28
05.13.0018	C4781	REDE FRIGORÍGENA C/ TUBO DE COBRE 7/8" FLEXÍVEL, ISOLADO COM BORRACHA ELASTOMÉRICA, SUSTENTAÇÃO, SOLDA E LIMPEZA	16,000	M	86,06	1.376,96
05.13.0019	C4784	REDE FRIGORÍGENA C/ TUBO DE COBRE 1", ISOLADO COM BORRACHA ELASTOMÉRICA, SUSTENTAÇÃO, SOLDA E LIMPEZA	16,000	M	105,15	1.682,40
05.13.0020	C4785	REDE FRIGORÍGENA C/ TUBO DE COBRE 1 1/8", ISOLADO COM BORRACHA ELASTOMÉRICA, SUSTENTAÇÃO, SOLDA E LIMPEZA	38,000	M	107,10	4.069,80
05.13.0021	C4786	REDE FRIGORÍGENA C/ TUBO DE COBRE 1 1/4", ISOLADO COM BORRACHA ELASTOMÉRICA, SUSTENTAÇÃO, SOLDA E LIMPEZA	2,000	M	147,96	295,92
05.13.0022	C4788	REDE FRIGORÍGENA C/ TUBO DE COBRE 1 1/2", ISOLADO COM BORRACHA ELASTOMÉRICA, SUSTENTAÇÃO, SOLDA E LIMPEZA	30,000	M	174,43	5.232,90
05.13.0023	TJCE123087	MULTIKIT - R410A - LINE BRANCH - E102SNB2	10,000	UN	435,09	4.350,90
05.13.0024	TJCE123088	MULTIKIT - R410A - LINE BRANCH - E162SNB2	9,000	UN	503,70	4.533,30
05.13.0025	TJCE123089	MULTIKIT - R410A - LINE BRANCH - E242SNB2	3,000	UN	605,46	1.816,38
05.13.0026	TJCE123134	MULTIKIT (DERIVAÇÃO DE COBRE SET-FREE) E302SNB2	8,000	UN	783,84	6.270,72
05.13.0027	TJCE123135	MULTIKIT (DERIVAÇÃO DE COBRE SET-FREE) E962SNB2	1,000	UN	3.676,78	3.676,78

CLIENTE: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ
EMPRESA: DPCON, PROJETOS CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA EXECUÇÃO DO PROJETO DE REFORMA PARCIAL DO FÓRUM CLÓVIS BEVLÁQUA EM LOTE 01 REFERENTE À REFORMA PARCIAL DOS SALÕES DO JÚRI E AUDITÓRIO, MEDIANTE O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, PELO CRITÉRIO DE JULGAMENTO DO MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE.

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA N. 003/2023 - PROCESSO N.: 8526648-10.2022.8.06.0000

FONTE: SINAPI/CE 12/2022 (COM DESONERAÇÃO)_ENCARGOS 84,35% (HORA)_SEINFRA/CE 27.1_COMPOSIÇÃO PROPRÍA (TJCE)_BDI SERVIÇOS 25,00% - BDI EQUIPAMENTO 18,12%.

LOTE I - REFORMA PARCIAL DOS SALÕES DO JURI E AUDITÓRIO

05.13.0028	C4119	REDE DE INSUFLAMENTO/RETORNO, C/ DUTOS EM CHAPA GALVANIZADA, DEFLETORES, CHAVEAMENTOS, FIXAÇÕES, ISOLAMENTO TÉRMICO EM MANTAS DE LÃ DE ROCHA OU VIDRO, DUTOS FLEXÍVEIS DE LIGAÇÃO ETC.	408,000	KG	15,63	6.377,04
05.13.0029	TJCE123091	PORTA DE INSPECAO P/ DUTOS AR CONDICIONADO+ISOLAM.250x150mm	20,000	UN	146,40	2.928,00
05.13.0030	TJCE122474	DUTO FLEXÍVEL ISOLADO PARA CLIMATIZAÇÃO D=150MM	14,000	M	29,85	417,90
05.13.0031	TJCE122478	DUTO FLEXÍVEL ISOLADO PARA CLIMATIZAÇÃO D=250MM	37,000	M	53,28	1.971,36
05.13.0032	TJCE123136	DUTO AR CONDICIONADO TIPO OVAL CHAPA 24 (KG/M2)	40,920	M	326,86	13.375,11
05.13.0033	TJCE77592	CARGA DE GÁS R401-A	567,500	KG	60,24	34.186,20
05.13.0034	TJCE123096	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE VÁLVULA ESFERA Ø 1/4" GBC PARA REDE FRIGORÍGENA.	6,000	UN	187,36	1.124,16
05.13.0035	TJCE123097	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE VÁLVULA ESFERA Ø 3/8" GBC PARA REDE FRIGORÍGENA.	20,000	UN	136,25	2.725,00
05.13.0036	TJCE123098	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE VÁLVULA ESFERA Ø 1/2" GBC PARA REDE FRIGORÍGENA.	6,000	UN	158,48	950,88
05.13.0037	TJCE123099	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE VÁLVULA ESFERA Ø 5/8" GBC PARA REDE FRIGORÍGENA.	20,000	UN	179,33	3.586,60
05.13.0038	C3873	GRELHA DE INSUFLAMENTO/RETORNO, EM ALUMÍNIO ATÉ 0,25 M2 (FORNECIMENTO E MONTAGEM)	10,000	UD	138,31	1.383,10
05.13.0039	C3874	GRELHA DE INSUFLAMENTO/RETORNO, EM ALUMÍNIO DE 0,26 M2 À 0,49 M2 (FORNECIMENTO E MONTAGEM)	10,000	UD	205,43	2.054,30
05.13.0040	C3876	GRELHA DE INSUFLAMENTO/RETORNO, EM ALUMÍNIO DE 0,65 M2 À 0,81M2 (FORNECIMENTO E MONTAGEM)	2,000	UD	304,45	608,90
05.13.0041	TJCE123103	REGISTRO DE VAZÃO CONSTANTE FABRICADO EM PLÁSTICO RESISTENTE A TEMPERATURA MÁXIMA DE TRABALHO DE 60°C 50 A 100M³/H	5,000	UN	470,16	2.350,80
05.13.0042	TJCE123104	REGISTRO DE VAZÃO CONSTANTE FABRICADO EM PLÁSTICO RESISTENTE A TEMPERATURA MÁXIMA DE TRABALHO DE 60°C 100 A 180M³/H	1,000	UN	493,25	493,25
05.13.0043	TJCE123105	REGISTRO DE VAZÃO CONSTANTE FABRICADO EM PLÁSTICO RESISTENTE A TEMPERATURA MÁXIMA DE TRABALHO DE 60°C 300 A 5000M³/H	8,000	UN	742,46	5.939,68
05.13.0044	TJCE123138	DIFUSOR DE JATO DE AR ORIENTÁVEL, DE LONGO ALCANCE, FORMATO REDONDO, PARA INSUFLAMENTO DE AR, ALUMÍNIO PINTADO COM ESMALTE SINTÉTICO	30,000	UN	1.349,45	40.483,50
05.13.0045	TJCE123108	AMORTECEDOR CALCO P 100x100x25mm 700KG VIBRA- STOP (CJ 4 UNIDADES)	5,000	UN	117,85	589,25
05.13.0046	TJCE123109	COLARINHO EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO, SEM REGISTO 8" (200mm)	28,000	UN	60,33	1.689,24
05.13.0047	89865	TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, INSTALADO EM DRENO DE AR-CONDICIONADO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2022	312,000	M	15,46	4.823,52
Total do Grupo:						633.174,09

05.14						
PLATAFORMAS ELEVATÓRIAS						
05.14.0001	TJCE123143	PLATAFORMA ELEVATÓRIA VERTICAL, PARA PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS CONFORME NBR ISO 9386-1, 02 PARADAS, 01PASSAGEIRO, VELOCIDADE DE 0,1 A 0,15 M/S, PORTAS DO MESMO LADO, CABINE DE AÇO COMUM COM PINTURA METÁLICA COM FECHAMENTO A MEIA ALTURA, PORTAS DE PAVIMENTO COM ALTURACOMPLETA 210CM. CAIXA DE CORRIDA EM ESTRUTURA METÁLICA E CHAPAS DE AÇO, BARRAS DE APOIO E BOTOEIRAS EM AÇO COMUM, SISTEMA DE RESGATE MANUAL. MODELO PV1 COM CAIXA DE CORRIDA EM ESTRUTURA METÁLICA E TAPAMENTO EM VIDRO OU CHAPAS DE AÇO	1,000	UN	80.359,13	80.359,13
05.14.0002	TJCE123144	PLATAFORMA DE ACESSIBILIDADE INCLINADA PARA AMBIENTE INTERNO CONFORME REQUISITOS NBR9050, SEM CURVA, COMPRIMENTO DE PERCURSO DE 5,5 METROS COM TRILHO DE SUSTENTAÇÃO ANCORADO NA PAREDE, 2 PARADAS, CAPACIDADE 225KG	1,000	UN	87.674,56	87.674,56
05.14.0003	TJCE123145	PLATAFORMA DE ACESSIBILIDADE INCLINADA PARA AMBIENTE INTERNO CONFORME REQUISITOS NBR9050, COM CURVA, COMPRIMENTO DE PERCURSO DE 6,7 METROS COM TRILHO DE SUSTENTAÇÃO ANCORADO NA PAREDE, 2 PARADAS, CAPACIDADE 225KG,	1,000	UN	107.115,31	107.115,31
Total do Grupo:						275.149,00
05.15						
SINALIZAÇÃO						
05.15.0001	C4648	PLACAS COM BRAILLE PARA SINALIZAÇÃO TÁTIL	15,000	UD	68,85	1.032,75

CLIENTE: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ
 EMPRESA: DPCON, PROJETOS CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA
 OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA EXECUÇÃO DO PROJETO DE REFORMA PARCIAL DO FÓRUM CLÓVIS BEVLÁQUA EM LOTE 01 REFERENTE À REFORMA PARCIAL DOS SALÕES DO JÚRI E AUDITÓRIO, MEDIANTE O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, PELO CRITÉRIO DE JULGAMENTO DO MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE.

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA N. 003/2023 - PROCESSO N.: 8526648-10.2022.8.06.0000
 FONTE: SINAPI/CE 12/2022 (COM DESONERAÇÃO)_ENCARGOS 84,35% (HORA)_SEINFRA/CE 27.1_COMPOSIÇÃO PRÓPRIA (TJCE)_BDI SERVIÇOS 25,00% - BDI EQUIPAMENTO 18,12%.

LOTE I - REFORMA PARCIAL DOS SALÕES DO JURI E AUDITÓRIO						
05.15.0002	TJCE123148	PLACA EM ACRÍLICO PRETO, COM VINIL ADESIVO, DIMENSÕES 20X20CM FIXADA COM FITA DUPLA FACE	11,000	UN	83,02	913,22
05.15.0003	TJCE123150	PLACA EM ACRÍLICO PRETO, COM VINIL ADESIVO, DIMENSÕES 30X8CM FIXADA COM FITA DUPLA FACE	10,000	UN	83,02	830,20
05.15.0004	TJCE123161	ELEMENTO TÁTIL DE ALERTA, TERMOPLÁSTICO, AUTOADESIVO NA COR CINZA	2.275,000	UN	0,81	1.842,75
05.15.0005	TJCE123162	ELEMENTO TÁTIL DE DIRECIONAL, TERMOPLÁSTICO, AUTOADESIVO NA COR CINZA	789,000	UN	6,86	5.412,54
05.15.0006	101094	PISO PODOTÁTIL DE ALERTA OU DIRECIONAL, DE BORRACHA, ASSENTADO SOBRE ARGAMASSA. AF_05/2020	14,000	M	192,53	2.695,42
Total do Grupo:						12.726,88

05.16 DIVERSOS						
05.16.0001	TJCE123155	BANCADA DE MÁRMORE NERO MARQUINA ACABAMENTO ALTO BRILHO	18,040	M2	2.896,06	52.244,92
05.16.0002	TJCE123156	REVESTIMENTO COM PLACA MDF 6MM	84,160	M2	109,90	9.249,18
05.16.0003	C2216	REVESTIMENTO C/LAMINADO MELAMÍNICO COLADO	84,160	M2	61,49	5.175,00
05.16.0004	TJCE123158	ESTRUTURA EM TUBO RETANGULAR METALON	122,560	M	42,40	5.196,54
05.16.0005	C0353	BALCÃO EM BRUMASA REVESTIDO EM FÓRMICA	22,400	M2	557,80	12.494,72
Total do Grupo:						84.360,36
Total da obra:						2.326.725,29

SERVIÇOS FINAIS						
Referência	Código	Serviço	Quantidade	Unid.	Valor unitário	Custo Parcial
06.00.0001	TJCE45907	LIMPEZA FINAL DA OBRA	2.200,000	M2	3,39	7.458,00
06.00.0002	TJCE77345	ART DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA COM CONTRATO ATÉ R\$ 8.000,00	1,000	UN	88,78	88,78
06.00.0003	TJCE61054	ELABORAÇÃO DE PROJETO "AS BUILT"	15,000	UD	296,95	4.454,25
Total do Grupo:						12.001,03
Total da obra:						12.001,03

Total do Orçamento : 2.836.793,42

IMPORTA O PRESENTE ORÇAMENTO VALOR GLOBAL DE R\$ 2.836.793,42 (DOIS MILHÕES, OITOCENTOS E TRINTA E SEIS MIL, SETECENTOS E NOVENTA E TRÊS REAIS E QUARENTA E DOIS CENTAVOS)

FORTALEZA(CE) 26 DE JULHO DE 2023

[Assinatura]
 DPCON - ENGENHARIA E PROJETOS
 Davi Pinheiro Moreira / CEO
 CREA / CE Nº 06138367-5 RNP
 CPF: 038.939.943-43 | Diretor Executivo

[Assinatura]
 DPCON - ENGENHARIA E PROJETOS
 Daniel Silva de Queiroz / Eng. Civil
 CREA / CE Nº 060692086-2 RNP
 CPF: 802.501.303-00 / Resp. Técnico

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

ANEXO III DO CONTRATO

PROPOSTA DE PREÇOS

- ✓ Composição Analítica do BDI
- ✓ Composição dos Encargos Sociais
- ✓ Cronograma Físico-Financeiro.

ANEXO IV DO CONTRATO

Composição de BDI

CLIENTE: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ
 EMPRESA: DPCON, PROJETOS CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA
 OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA EXECUÇÃO DO PROJETO DE REFORMA PARCIAL DO FÓRUM CLÓVIS BEVILÁQUA EM LOTE 01 REFERENTE À REFORMA PARCIAL DOS SALÕES DO JÚRI E AUDITÓRIO, MEDIANTE O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, PELO CRITÉRIO DE JULGAMENTO DO MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE.
 EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA N. 003/2023 - PROCESSO N.: 8526648-10.2022.8.06.0000
 FONTE: SINAPI/CE 12/2022 (COM DESONERAÇÃO)_ENCARGOS 84,35% (HORA)_SEINFRA/CE 27.1_COMPOSIÇÃO PRÓPRIA (TJCE) BDI SERVIÇOS 25,00% - BDI EQUIPAMENTO 18,12%.

COMPOSIÇÃO DE BDI - LOTE 1 - REFORMA PARCIAL DOS SALÕES DO JURI E AUDITÓRIO

CUSTOS INDIRETOS		
TIPO	DESCRIÇÃO	TAXA (%)
AC	Administração Central	1,50%
SG	Seguro e Garantia do Empreendimento	0,48%
R	Riscos	0,85%
DF	Despesas Financeiras	0,90%

TRIBUTOS		
TIPO	DESCRIÇÃO	TAXA (%)
	PIS	0,65%
	ISS 1	0,50%
	COFINS	3,00%
	Contribuição Previdenciária sobre a Renda Bruta (CPRB)	4,50%
T	Total de Tributos	8,65%

BENEFÍCIOS		
TIPO	DESCRIÇÃO	TAXA (%)
L	Lucro	4,00%

1 O percentual de ISS considerando mão de obra de 10% do Preço de Venda - ISS Municipal de 3,00%

CÁLCULO DO BDI

$$BDI = \left[\frac{(1+(AC+S+R+G))(1+DF)(1+L)}{(1-I)} - 1 \right] \times 100$$

BDI REFERENCIAL	18,12%
------------------------	---------------

Observações:

- I - Os percentuais informados se referem aos valores admitidos para a composição do BDI, conforme acórdão TCU - Plenário 2622/2013.
- II - Os tributos IRPJ e CSLL não deverão integrar o cálculo do BDI, nem tampouco a planilha de custos direto, por se constituírem em tributos de natureza direta e personalística, que oneram pessoalmente o contrato, não devendo ser repassado à contratante, conforme Súmula/TCU n.º 254/2010.
- III - A inserção da CPRB decorre das alterações promovidas pelas leis n.º 12.844/2013 e 13.043/2014, conforme orientação do Acórdão TCU n.º 2.293/2013 – Plenário. A nova sistemática de recolhimento da contribuição previdenciária poderá impactar as taxas de BDI mediante a majoração do percentual correspondente a 2% sobre o preço total da obra, em substituição à contribuição previdenciária patronal de 20% prevista nos encargos sociais. Nos orçamentos de obras públicas, somente se aplicará durante os períodos de sua vigência legal e depende do enquadramento da obra e das empresas contratadas nas respectivas atividades econômicas expressamente citadas na legislação.
- IV - A lei n.º 13.161/2015, em seu art. 7º, aumenta a contribuição previdenciária sobre receita bruta para 4,5%, a partir de 01/01/2016.

FORTALEZA(CE) 14 DE ABRIL DE 2023

[Assinatura]
 DPCON - ENGENHARIA E PROJETOS
 Janiel Silva de Queiroz / Eng. Civil
 CREA / CE Nº 060692086-2 RNP
 CPF: 802.501.303-00 / Resp. Técnico

[Assinatura]
 DPCON - ENGENHARIA E PROJETOS
 Davi Pinheiro Moreira / CEO
 CREA / CE Nº 06138367-5 RNP
 CPF: 038.939.943-43 | Diretor Executivo

107

CLIENTE: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ
 EMPRESA: DPCON, PROJETOS CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA
 OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA EXECUÇÃO DO PROJETO DE REFORMA PARCIAL DO FÓRUM CLÓVIS BEVILÁQUA EM LOTE 01 REFERENTE À REFORMA PARCIAL DOS SALÕES DO JÚRI E AUDITÓRIO, MEDIANTE O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, PELO CRITÉRIO DE JULGAMENTO DO MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE.
 EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA N. 003/2023 - PROCESSO N.: 8526648-10.2022.8.06.0000
 FONTE: SINAPI/CE 12/2022 (COM DESONERAÇÃO)_ENCARGOS 84,35% (HORA)_SEINFRA/CE 27.1_COMPOSIÇÃO PRÓPRIA (TJCE) BDI SERVIÇOS 25,00% - BDI EQUIPAMENTO 18,12%.

COMPOSIÇÃO DE BDI - LOTE 1 - REFORMA PARCIAL DOS SALÕES DO JURI E AUDITÓRIO

CUSTOS INDIRETOS		
TIPO	DESCRIÇÃO	TAXA (%)
AC	Administração Central	3,60%
SG	Seguro e Garantia do Empreendimento	0,80%
R	Riscos	1,27%
DF	Despesas Financeiras	0,90%

TRIBUTOS		
TIPO	DESCRIÇÃO	TAXA (%)
	PIS	0,65%
	ISS ₁	1,25%
	COFINS	3,00%
	Contribuição Previdenciária sobre a Renda Bruta (CPRB)	4,50%
T	Total de Tributos	9,40%

BENEFÍCIOS		
TIPO	DESCRIÇÃO	TAXA (%)
L	Lucro	6,22%

1 O percentual de ISS considerando mão de obra de 25% do Preço de Venda - ISS Municipal de 3,00%

CÁLCULO DO BDI

$$BDI = \left[\frac{(1 + (AC + S + R + G))(1 + DF)(1 + L)}{(1 - I)} - 1 \right] \times 100$$

BDI REFERENCIAL 25,00%

Observações:

I - Os percentuais informados se referem aos valores admitidos para a composição do BDI, conforme acórdão TCU - Plenário 2622/2013.

II - Os tributos IRPJ e CSLL não deverão integrar o cálculo do BDI, nem tampouco a planilha de custos direto, por se constituírem em tributos de natureza direta e personalística, que oneram pessoalmente o contrato, não devendo ser repassado à contratante, conforme Súmula/TCU n.º 254/2010.

III - A inserção da CPRB decorre das alterações promovidas pelas leis n.º 12.844/2013 e 13.043/2014, conforme orientação do Acórdão TCU n.º 2.293/2013 – Plenário. A nova sistemática de recolhimento da contribuição previdenciária poderá impactar as taxas de BDI mediante a majoração do percentual correspondente a 2% sobre o preço total da obra, em substituição à contribuição previdenciária patronal de 20% prevista nos encargos sociais. Nos orçamentos de obras públicas, somente se aplicará durante os períodos de sua vigência legal e depende do enquadramento da obra e das empresas contratadas nas respectivas atividades econômicas expressamente citadas na legislação.

IV - A lei n.º 13.161/2015, em seu art. 7º, aumenta a contribuição previdenciária sobre receita bruta para 4,5%, a partir de 01/01/2016.

FORTALEZA(CE) 26 DE JULHO DE 2023

[Assinatura]
 DPCON - ENGENHARIA E PROJETOS
 Janiel Silva de Queiroz / Eng. Civil
 CREA / CE Nº 060692086-2 RNP
 CPF: 802.501.303-00 / Resp. Técnico

[Assinatura]
 DPCON - ENGENHARIA E PROJETOS
 Davi Pinheiro Moreira / CEO
 CREA / CE Nº 06138367-5 RNP
 CPF: 038.939.943-43 / Diretor Executivo

ANEXO V DO CONTRATO
COMPOSIÇÃO DOS ENCARGOS SOCIAIS

CLIENTE: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ

EMPRESA: DPCON, PROJETOS CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA EXECUÇÃO DO PROJETO DE REFORMA PARCIAL DO FÓRUM CLÓVIS BEVILÁQUA EM LOTE 01 REFERENTE À REFORMA PARCIAL DOS SALÕES DO JÚRI E AUDITÓRIO, MEDIANTE O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, PELO CRITÉRIO DE JULGAMENTO EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA N. 003/2023 - PROCESSO N.: 8526648-10.2022.8.06.0000

FONTE: SINAPI/CE 12/2022 (COM DESONERAÇÃO)_ENCARGOS 84,35% (HORA)_SEINFRA/CE 27.1_COMPOSIÇÃO PRÓPRIA (TJCE)_BDI SERVIÇOS 25,00% - BDI EQUIPAMENTO 18,12%.

COMPOSIÇÃO DE ENCARGO SOCIAIS - LOTE 1 - REFORMA PARCIAL DOS SALÕES DO JURI E AUDITÓRIO		
CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO DAS TAXAS	%
GRUPO A		
A1	INSS	0,00%
A2	SESI	1,50%
A3	SENAI	1,00%
A4	INCRA	0,20%
A5	SEBRAE	0,60%
A6	Salário Educação	2,50%
A7	Seguro contra os acidentes do trabalho	3,00%
A8	FGTS	8,00%
A9	SECONCI	0,00%
SUBTOTAL		16,80%
GRUPO B		
B1	Resposou Semanal Remunerado	17,85%
B2	Feriados	3,71%
B3	Auxílio - Enfermidade	0,87%
B4	13º Salário	10,98%
B5	Licença paternidade	0,07%
B6	Faltas Justificadas	0,73%
B7	Dias de Chuva	1,58%
B8	Auxílio Acidente de Trabalho	0,11%
B9	Férias Gozadas	11,63%
B10	Salário Maternidade	0,04%
SUBTOTAL		47,57%
GRUPO C		
C1	Aviso Prévio Indenizado	5,49%
C2	Aviso Prévio Trabalhado	0,13%
C3	Férias Indenizadas	2,43%
C4	Depósito Recisão sem Justa Causa	3,02%
C5	Indenização Adicional	0,46%
SUBTOTAL		11,53%
GRUPO D		
D1	Reincidência de "A" sobre "B"	7,99%
D2	Reincidência de "A" sobre Aviso Prévio Trabalhado e Reincidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,46%
SUBTOTAL		8,45%
TOTAL (A+B+C+D)		84,35%

FORTALEZA(CE) 26 DE JULHO DE 2023


 DPCON - ENGENHARIA E PROJETOS
 Janiel Silva de Queiroz / Eng. Civil
 CREA / CE N° 060692086-2 RNP
 CPF: 802.501.303-00 / Resp. Técnico


 DPCON - ENGENHARIA E PROJETOS
 Davi Pinheiro Moreira / CEO
 CREA / CE N° 06138367-5 RNP
 CPF: 038.939.943-43 / Diretor Executivo

ANEXO VI DO CONTRATO
CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

CLIENTE: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ
 EMPRESA: DPCON, PROJETOS CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA
 OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA EXECUÇÃO DO PROJETO DE REFORMA PARCIAL DO FÓRUM CLÓVIS BEVILÁQUA EM LOTE 01 REFERENTE À REFORMA PARCIAL DOS SALÕES DO JÚRI E AUDITÓRIO, MEDIANTE O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, PELO CRITÉRIO DE JULGAMENTO DO MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE.

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA N. 003/2023 - PROCESSO N.: 8526648-10.2022.8.06.0000
 FONTE: SINAPI/CE 12/2022 (COM DESONERAÇÃO) - ENCARGOS 84,35% (HORA) - SEINFRA/CE 27.1 - COMPOSIÇÃO PRÓPRIA (TICE) - BDI SERVIÇOS 25,00% - BDI EQUIPAMENTO 18,12%.

Grupo	Descrição	1º ao 30º dia		31º ao 60º dia		61º ao 90º dia		91º ao 120º dia		121º ao 150º dia		151º ao 180º dia		181º ao 210º dia		211º ao 240º dia		241º ao 270º dia		271º ao 300º dia	
		%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor
001	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	5,00%	86.180,48	5,00%	4.309,02	5,00%	8.618,05	15,00%	12.927,07	15,00%	12.927,07	5,00%	4.309,02	10,00%	8.618,05	10,00%	8.618,05	15,00%	12.927,07	10,00%	8.618,05
002	CANTEIRO DE OBRAS	100,00%	15.981,23	100,00%	15.981,23																
003	SERVIÇOS PRELIMINARES	100,00%	11.331,07	100,00%	11.331,07																
004	REFORMA DO AUDITÓRIO - DEMOLIÇÕES	80,00%	7.489,87	20,00%	1.872,47																
005	REFORMA DO AUDITÓRIO - PAREDES E PAINÉIS	20,00%	4.055,79	20,00%	4.055,79	35,00%	7.097,64	15,00%	3.041,84	10,00%	2.027,90										
006	REFORMA DO AUDITÓRIO - ESQUADRIAS E FERRAGENS	25,00%	5.659,38	25,00%	5.659,38	15,00%	3.395,63	10,00%	2.263,75	20,00%	4.527,51	30,00%	6.794,26								
007	REFORMA DO AUDITÓRIO - PAVIMENTAÇÃO	15,00%	8.967,34	20,00%	8.967,34	15,00%	6.725,51	10,00%	4.483,67	25,00%	11.209,18	10,00%	4.483,67								
008	REFORMA DO AUDITÓRIO - IMPERMEABILIZAÇÃO	20,00%	4.242,11	20,00%	4.242,11	60,00%	12.776,64	10,00%	2.121,11												
009	REFORMA DO AUDITÓRIO - PINTURA	10,00%	1.157,75	30,00%	3.473,26																
010	REFORMA DO AUDITÓRIO - INSTALAÇÕES DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO	35,00%	2.444,76	15,00%	1.047,75																
011	REFORMA DO AUDITÓRIO - INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS	70,00%	5.217,05	30,00%	2.235,88																
012	REFORMA DO AUDITÓRIO - LOUÇAS, METAIS E ACESSÓRIOS	20,00%	1.909,17	50,00%	4.774,92																
013	REFORMA DO AUDITÓRIO - INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	15,00%	15.871,34	20,00%	21.161,79	10,00%	10.580,89	10,00%	10.580,89	10,00%	10.580,89	10,00%	10.580,89	10,00%	10.580,89	15,00%	15.871,34				
014	REFORMA DO AUDITÓRIO - CLIMATIZAÇÃO	15,00%	18.310,84	15,00%	18.310,84	10,00%	12.207,23	10,00%	12.207,23	20,00%	24.414,45	10,00%	12.207,23								
015	REFORMA DO AUDITÓRIO - SINALIZAÇÃO	5,00%	1.040,89	30,00%	6.245,36	15,00%	3.122,68														
016	REFORMA DO AUDITÓRIO - DIVERSOS	80,00%	42.653,69	20,00%	10.663,42																
017	REFORMA DOS SALÕES DO JÚRI - DEMOLIÇÕES	20,00%	3.622,60	20,00%	3.622,60	35,00%	6.339,54	15,00%	2.716,95	10,00%	1.811,30										
018	REFORMA DOS SALÕES DO JÚRI - PAREDES E PAINÉIS	25,00%	17.461,11	15,00%	10.476,66	10,00%	6.984,44	20,00%	13.968,89	30,00%	20.953,33										
019	REFORMA DOS SALÕES DO JÚRI - ESQUADRIAS E FERRAGENS	15,00%	26.964,96	10,00%	17.976,64	25,00%	44.941,60	10,00%	17.976,64	10,00%	17.976,64	10,00%	17.976,64	10,00%	17.976,64	10,00%	17.976,64				
020	REFORMA DOS SALÕES DO JÚRI - PAVIMENTAÇÃO	10,00%	35.953,28	20,00%	35.953,28	15,00%	26.964,96	10,00%	17.976,64	25,00%	44.941,60	10,00%	17.976,64								
021	REFORMA DOS SALÕES DO JÚRI - IMPERMEABILIZAÇÃO	20,00%	49.075,39	20,00%	49.075,39	10,00%	24.537,69	10,00%	24.537,69	10,00%	24.537,69	10,00%	24.537,69	10,00%	24.537,69	10,00%	24.537,69	10,00%	24.537,69	10,00%	24.537,69
022	REFORMA DOS SALÕES DO JÚRI - REVESTIMENTO	20,00%	17.931,67	20,00%	17.931,67	10,00%	8.965,84	10,00%	8.965,84	10,00%	8.965,84	10,00%	8.965,84	10,00%	8.965,84	10,00%	8.965,84	10,00%	8.965,84	10,00%	8.965,84
023	REFORMA DOS SALÕES DO JÚRI - FORRO	10,00%	11.771,34	30,00%	35.314,02																
024	REFORMA DOS SALÕES DO JÚRI - PINTURA	35,00%	11.142,11	15,00%	4.775,19																
025	REFORMA DOS SALÕES DO JÚRI - INSTALAÇÕES DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO	70,00%	1.878,35	30,00%	805,01																
026	REFORMA DOS SALÕES DO JÚRI - INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS																				
027	REFORMA DOS SALÕES DO JÚRI - LOUÇAS, METAIS E ACESSÓRIOS																				
028	REFORMA DOS SALÕES DO JÚRI - INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	10,00%	41.690,72	15,00%	62.536,07	10,00%	41.690,72	20,00%	83.381,43	10,00%	41.690,72	10,00%	41.690,72	10,00%	41.690,72	15,00%	62.536,07				
029	REFORMA DOS SALÕES DO JÚRI - CLIMATIZAÇÃO ELEVATORIAS	15,00%	94.976,11	15,00%	94.976,11	10,00%	63.317,41	10,00%	63.317,41	10,00%	63.317,41	10,00%	63.317,41	10,00%	63.317,41	10,00%	63.317,41	10,00%	63.317,41	10,00%	63.317,41
030	REFORMA DOS SALÕES DO JÚRI - PLATAFORMAS																				
031	REFORMA DOS SALÕES DO JÚRI - SINALIZAÇÃO																				
032	REFORMA DOS SALÕES DO JÚRI - DIVERSOS																				
033	SERVIÇOS FINAIS																				
TOTAL																					

PORTALEZA(CE) 26 DE JULHO DE 2023
 DPCON - ENGENHARIA E PROJETOS
 Daniel Silva de Queiroz / Eng. Civil
 CREA / CE Nº 060692086-2 RNP
 CPF: 802.501.303-00 / Resp. Técnico

DPCON - ENGENHARIA E PROJETOS
 Davi Pinheiro Moleta / CEO
 CREA / CE Nº 061303671-5 RNP
 CPF: 088.939.943-43 / Diretor Executivo

ANEXO VII DO CONTRATO

CADERNO DE ENCARGOS E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E PRANCHAS DE DESENHOS

PECAS:

Lote 01 – Reforma Parcial dos Salões do Júri e Auditório:

PROJETOS: (fls. 0003 a 0010 do P.A. n.º 8526648-10.2022.8.06.0000);

- Projeto de Arquitetura (Partes 1 e 2) – 45 (quarenta e cinco) pranchas;
- Projeto Acústico – 10 (dez) pranchas;
- Projeto de Climatização – 12 (doze) pranchas;
- Projeto de Instalações Elétricas – 24 (vinte e quatro) pranchas;
- Projeto de Instalações Hidrossanitárias – 04 (quatro) pranchas;
- Projeto de Proteção de Combate a Incêndio e Pânico – 04 (quatro) prancha;
- Projeto de Telecomunicações – 12 (doze) pranchas
- Projeto de Canteiro de Obras (fl. 0219).

DOCUMENTOS: (anexado ao P.A. n.º 8526648-10.2022.8.06.0000):

- Orçamento Sintético: quantitativos estimados em projetos (fls. 0177 a 0194);
- Orçamento Analítico: composições dos serviços (fl. 0195);
- Cronograma Físico-Financeiro (fl. 0196);
- Encargos Sociais e BDI 2022 (fls. 0197 a 0199);
- Metodologia SINAPI para cálculo de encargos complementares (fl. 0033);
- Caderno de Encargos e Especificações Técnicas (fl. 0034).

As pranchas de desenhos integrantes deste Projeto Básico estarão disponibilizadas na Comissão de Contratação bem como na Gerência de Engenharia do TJCE, em formato “PDF” e no tamanho original.

Caso necessário, serão disponibilizadas para a CONTRATADA as pranchas e desenhos em formato “DWG”.